

Marisa Antonia de Souza

Educação e Convivência Familiar: Programa Acalento

UNISAL

Americana

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marisa Antonia de Souza

Educação e Convivência Familiar: Programa Acalento

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação a Comissão Julgadora ao Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de Americana, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Antonio Groppo.

UNISAL

Americana

2007

COMISSÃO JULGADORA

Dedico às minhas queridas filhas Raquel Beatriz e Renata Gabriele, inspiração da minha
causa.

E ao meu esposo José Geraldo, que me estimulou a buscar um novo rumo profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus que deu me vida, saúde e condições financeiras para realizar este sonho.

Ao Dr. José Carlos Servilha, que foi o primeiro a acreditar no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Luís Antonio Groppo que apesar de seu conhecimento e sabedoria continua agindo com humildade.

Aos membros convidados para as Bancas de Qualificação e Defesa do Mestrado: Prof^a. Dr^a. Margareth Brandini Park e Prof. Dr. João Ribeiro Junior, que não mediram esforços para aprimorar este trabalho.

“Não é a vida dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência.” (Karl Marx)

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é fornecer a fundamentação teórica no campo da educação a fim de subsidiar as intervenções sócio-educativas direcionadas às mães, durante os seis primeiros meses de vida da criança. O objeto da pesquisa é o Programa Acalento, implantado no município da Estância Turística de Salto/SP, cuja intervenção se pauta na efetivação dos direitos da criança buscando assegurar-lhes a convivência familiar. No decorrer da pesquisa foi feita uma análise sócio-histórica da família brasileira, apresentando os direitos da criança desde a sua concepção, a identificação dos vínculos familiares como medida de proteção, as responsabilidades da sociedade e do Estado de fornecer condições para que toda família possa criar e educar seus filhos com dignidade. Busca-se no campo da psicologia o entendimento do da função socializadora da família e sua influência no desenvolvimento da criança. Destaca-se a proposta da educação como prática da liberdade na construção de uma sociedade mais humana e fraterna e a contribuição educação não-formal, como uma alternativa eficiente de educação familiar.

Palavras-chave: Família; Educação; Criança; Convivência.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es dar los fundamentos teóricos en el campo de la educación a fin de subsidiar las intervenciones socioeducativas dirigidas a las madres durante los primeros seis meses de vida del niño. El objetivo de la investigación es el Programa Acalanto, implantado en el municipio de la Estância Turística de Salto/SP, cuya intervención tiene como base la efectivación de los derechos del niño buscando garantizarles la convivencia familiar. Durante la investigación fué hecha una análise sócio-histórica de la familia brasileña, con la presentación de los derechos de la niñez desde su concepción, la identificación de los lazos familiares como medida de protección, las responsabilidades de la sociedad y del Estado para ofrecer las condiciones para que toda familia pueda criar y educar sus hijos con dignidad. Se busca en el campo de la psicología la comprensión de la función socializadora de la familia y su influencia en el desarrollo del niño. Assim se destaca la propuesta de la educación como práctica de la libertad en la construcción de una sociedad más humana y fraternal, como también la contribución de la educación no formal, como alternativa eficaz de educación familiar.

Palabras llaves: Familia, Educación , Niñez, convivencia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. FAMÍLIA BRASILEIRA E LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO.....	14
1. Contextualização da Família Brasileira.....	14
2. Legislação de Proteção.....	21
2.1. Proteção Familiar.....	21
2.2. Proteção à Criança.....	30
2. A CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES.....	34
1. Apego.....	34
2. Vínculo Afetivo.....	38
3. A Formação Social da Criança.....	38
4. Preservação dos Vínculos Familiares.....	44
4.1. Medidas de Proteção.....	44
4.2. Registro Civil.....	51
4.3. A Questão dos Vínculos e a Família Considerada Pobre.....	55
5. A Política Nacional da Assistência Social.....	63
5.1. A questão Familiar na Política Nacional da Assistência Social.....	68
3. PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO.....	73
1. Educação como Prática da Liberdade.....	79
2. A Educação-Não Formal.....	84
3. Educação em Busca da Convivência Familiar.....	97
3.1. Pastoral da Criança.....	97
3.2. Iniciativa Hospitalar.....	100
4. Bases do Programa Acalento.....	102

4.1. Descrição do Programa Acalento.....	108
4.2. Análise de Dados - Programa Acalento.....	113
4.3. Análise dos Acompanhamentos Complementares.....	118
CONCLUSÕES.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	124
ANEXOS.....	127
ANEXO I - Projeto do Programa Acalento.....	128
ANEXO II - Cronograma de Implantação do Programa Acalento.....	132
ANEXO III - Ficha de Acompanhamento do Programa Acalento.....	133
ANEXO IV - Logomarca do Programa Acalento.....	135
ANEXO V - Cartilha Informativa do Programa Acalento.....	136
ANEXO VI - Lei Municipal do Programa Acalento.....	146

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a fazer uma reflexão sobre as condições da família brasileira e a legislação de proteção à criança. Pretende servir como base teórica para o Programa Acalento, implantado no município da Estância Turística de Salto/SP, que inicia suas intervenções educativas na maternidade do Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat, na qual a equipe técnica é orientada para incentivar a amamentação em busca de fortalecer os vínculos e proteger a criança garantindo-lhe a convivência familiar.

Para melhor entendimento da questão, buscamos primeiramente situar a cidade nos aspectos geográficos, populacional, econômico e social. O município de Salto pertence à região administrativa de Sorocaba, situa-se no Vale Médio do Rio Tietê, a 90 km da cidade de São Paulo. Segundo dados fornecidos pelo atual Prefeito Municipal,¹ os dados do IBGE de 2007 acusam que a população atual é de 100.619 habitantes.

De acordo com informações do Secretário Municipal de Finanças², a arrecadação anual do município de Salto em 2006 foi de R\$ 111.750.000 (Cento e Onze Milhões, Setecentos e Cinquenta Mil Reais). A maior fonte de arrecadação vem da área industrial, com pequena participação do comércio e da área rural, além de verbas Federais e Estaduais.

A Secretária de Ação Social e Cidadania³ informou-nos que a cidade, neste ano de 2007, conta com quatro mil famílias cadastradas vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social⁴, das quais 2.410 estão incluídas em programas de transferência de renda (Bolsa Família, Agente Jovem e Renda Cidadã). Para acompanhar essas famílias foram implantados na cidade quatro Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na busca de romper com as práticas assistencialistas que predominaram durante muitos anos na cidade.

¹ Sr. José Geraldo Garcia, em entrevista realizada em 10 de setembro de 2007.

² Sr. Mário do Amaral, em entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2007.

³ Jussara Benedita B. M. Villaça, em entrevista realizada no dia 03 de setembro de 2007.

⁴ Esta expressão, após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), veio substituir o termo “carente”. São consideradas em situação de risco e vulnerabilidade social as famílias cuja renda per capita seja inferior a meio salário mínimo.

A cidade conta com hospital próprio mantido com verba municipal. Sua manutenção custa R\$ 1.300.000,00 (Um Milhão e Trezentos Mil Reais), dos quais apenas duzentos mil reais são repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Hospital atende exclusivamente usuários do SUS, tem 95 leitos destinados a internações clínicas e cirúrgicas, dos quais 32 são reservados para ginecologia e obstetrícia, e nascem em média 90 crianças por mês. Além disso, são feitos aproximadamente dez mil atendimentos médicos no pronto socorro⁵. A Rede Básica da cidade é composta por onze Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde são feitos os acompanhamentos de puericultura⁶ e as vacinas; conta ainda com um Ambulatório de Especialidades Geral e um Ambulatório de Saúde da Mulher, que atende prioritariamente as mulheres neste local foi instalada a sala da coordenação do Programa Acalento em outubro de 2005, contando com apoio do Secretário de Saúde⁷.

O referido programa foi implantado, ainda que de forma empírica, baseado apenas nas experiências práticas de sua idealizadora. As intervenções educativas iniciadas no ambiente hospitalar oferecem apoio às mães, em que a equipe técnica informa sobre os benefícios da amamentação e orienta sobre os cuidados especiais que o recém nascido requer para se desenvolver satisfatoriamente. O incentivo à amamentação faz parte de uma estratégia de aproximação para conhecer a mãe e conquistar sua confiança. Esse contato oferece a oportunidade de se observar as atitudes da mãe em relação à criança. São apresentados os direitos da criança, assim como as responsabilidades legais da família junto dela. A família nem sempre consegue por si própria garantir a efetivação de todos os direitos da criança conforme assegurados na nossa legislação.

Desde seu início o Programa Acalento se fundamentou no respeito à mãe, oferecendo-lhe o apoio incondicional de toda equipe. Leva-se em conta que a mãe tem a liberdade de

⁵ Informações fornecidas pela Sr^a Ceumi Cardoso Silveira, Diretora Administrativa do Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Monte Serrat, em 12 de setembro de 2007.

⁶ Acompanhamento médico de crianças para avaliar seu crescimento e desenvolvimento.

⁷ José Carlos Servilha, médico cardiologista.

aceitar a criança como filho, ou de entregá-la em adoção, no entanto esse ato tem que ser muito bem refletido e amparado de acordo com a legislação vigente no nosso País. Com esse trabalho pretende-se evitar a negligência, a violência e o abandono, impedindo por meio dessas ações que muitas crianças venham a sofrer a privação da convivência familiar. Partindo desses pressupostos básicos o Programa Acalento assume o compromisso de desenvolver a educação para a convivência a partir do nascimento da criança, por meio do acompanhamento materno até a criança completar seis meses, na expectativa de que durante esse período os vínculos familiares sejam estabelecidos.

Buscando a correta fundamentação teórica e o aprimoramento do Programa Acalento, passaremos a adotá-lo como nosso objeto de estudo. Como o referido programa atua no âmbito familiar, no primeiro capítulo da presente dissertação realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre as condições da família contemporânea. Percorremos os caminhos da história refletindo e analisando os impactos e as transformações sócio-econômicas sobre a constituição familiar. Esse aprofundamento se fez necessário para melhorar nosso entendimento sobre as questões que envolvem a família, dando subsídios para assumirmos a defesa da convivência familiar respeitando suas diferenças. Foram apresentados novos modelos familiares reconhecidos na legislação vigente, os quais para sua compreensão exigem o respeito e ampliação do conceito familiar. Cabe destacar que a sociedade tem apresentado uma visão um tanto distorcida do papel da família nesse momento histórico, assim como as atribuições de papéis em relação à infância e os direitos a ela conferidos. Nossa expectativa é que os diferentes atores sociais⁸ possam enxergar que existem diferenças fundamentais entre maus tratos e pobreza. Só assim estaremos assumindo o importante papel de agente transformador, fazendo com que os adultos em geral, indiferentemente da classe a

⁸ O termo foi atribuído para identificar todos aqueles que, no seu exercício profissional, atendem ou avaliam as relações familiares.

qual pertencem, possam assumir suas obrigações de proteger e cuidar da criança, oferecendo condições para ela crescer e se desenvolver satisfatoriamente.

No segundo capítulo analisamos o desenvolvimento afetivo dos seres humanos e o apego, em que defendemos a preservação dos vínculos e a convivência familiar. Nesse momento, buscando romper os preconceitos, analisamos as questões de pertencimento e a construção da personalidade por meio do vínculo afetivo. Demonstramos que as famílias consideradas pobres possuem vínculos fortes e tentamos dissociar a situação de pobreza de negligência. Situamos o espaço que o Estado tem reservado para a família de acordo com a Política Nacional da Assistência Social, destacando os objetivos dos trabalhos nos Centros Regionais de Assistência Social (CRAS). Apresentamos a fundamentação legal desta prática assim como as influências das mudanças relacionadas com a política econômica e social.

No terceiro capítulo, apesar da vasta abrangência que envolve a vida familiar, buscamos a fundamentação teórica na área da educação, destacando a educação como prática da liberdade segundo Paulo Freire, seguida da necessária conceituação da educação não-formal. Analisamos as origens e as propostas metodológicas da Pastoral da Criança, buscando sua necessária compreensão em decorrência de seu envolvimento com o programa na cidade de Salto. Por último passamos para a descrição da intervenção educativa do Programa Acalento, que se situa na área da educação não-formal, fundamentando suas ações em busca de assegurar à criança que nasce na cidade de Salto o direito de crescer em família.

Embora correndo o risco de sermos considerados utópicos, pretendemos transformar as intervenções educativas contidas no Programa Acalento em Política Pública Municipal. Assegurar-se-ia, deste modo, a toda criança da cidade de Salto o direito de crescer e se desenvolver convivendo em família, sendo acalentada nos braços da sua mãe natural, ou daquela que a acolheu como filho como um gesto de amar amparado na justiça.

CAPÍTULO I:

FAMÍLIA BRASILEIRA E LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Para conceituar o grupo social denominado família faz-se necessário conhecer as transformações sociais que ocorreram dentro do processo civilizatório no Brasil, tomando como referência que a sociedade é dinâmica e está em contínua mudança. Nas últimas décadas a família no Brasil vem sofrendo profundas mudanças. Pode se considerar que estas mudanças se acentuaram principalmente com a expansão processo de industrialização e o acirramento do capitalismo exigindo a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Seria oportuno lembrar que, apesar das mudanças de papéis dentro do grupo familiar e o surgimento de novos arranjos familiares nas últimas décadas, a família continua desenvolvendo seu papel de agente socializador e mantenedor da vida. Constatou-se, no entanto, que a família e a escola já não eram mais capazes de suprir sozinhas as necessidades de cuidados, formação e socialização. Diante dessa dificuldade as crianças passaram a se inserir cada vez mais cedo no convívio social. Iniciando este raciocínio considero oportuno citar as considerações de Kaloustian (2005) sobre o assunto:

O Brasil, cada vez mais urbano, vem sendo marcado por profundas transformações sociais, econômicas, culturais, éticas e mesmo ao nível do comportamento humano. Permanece, contudo, um consenso em torno da família como espaço privilegiado para a prática de valores comunitários e aprofundamento de relações de solidariedade (p.9).

Lakatos (1982) conceitua a família como uma unidade social básica universal, composta pelo sistema de parentesco ou por afinidade, com papéis e funções definidas conforme citação a seguir: “A família de modo geral, é considerada como uma unidade social básica e universal. Básica, porque dela depende a sociedade, universal, pois em todas as sociedades humanas encontra-se, de uma forma ou de outra, a família.” (p.154)

A família é universal na espécie humana, que se distingue da maioria dos outros animais pela sua verdadeira incapacidade de sobreviver sem ajuda de terceiros, principalmente na infância. Deve-se considerar que a família exerce um papel fundamental na vida de cada ser humano, pois ela é a responsável pela sua sobrevivência, pela transmissão da herança cultural e das tradições que passam pelas sucessivas gerações, por meio das quais são acumuladas as experiências humanas determinando a qualidade dos relacionamentos futuros.

Além disso, ela tem um papel educativo, é o lugar onde seus membros aprendem a se relacionar uns com os outros e quando existe o respeito mútuo, este oferece a oportunidade ao ser humano de desfrutar da verdadeira liberdade, garantindo a segurança e a dignidade de cada pessoa. A importância da família brasileira é destacada por Kaloustian (2005) como:

[...] o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. (p.12)

O grupo familiar está presente em toda sociedade humana. No entanto, ocorrem variações quanto a sua constituição e quanto aos papéis que cada membro ocupa dentro do grupo, dependendo da cultura em que ela está inserida e dos valores transmitidos de geração em geração.

Gentili (2003) conceitua a família como a base edificadora da sociedade, na qual toda cultura se sustenta. Considera a estabilidade familiar como sendo determinante da vitalidade moral da sociedade, sustentada pelos valores morais, os quais são transmitidos para as crianças durante sua infância.

É importante lembrar que a formação da criança não depende apenas dos valores transmitidos dentro de casa pela sua família, pois ela recebe influência do meio social mais amplo em que ela vive. A sua personalidade vai sendo construída no cotidiano de acordo com as relações sociais desenvolvidas na comunidade, na escola e na sociedade como um todo.

É oportuno lembrar que o vínculo familiar basicamente se forma pelo nascimento como um sistema natural de pertencimento parental. O vínculo também pode ser construído por afinidade por meio do casamento, pelo qual a pessoa também se torna parente. Na relação parental a pessoa pode se identificar ou divergir em relação aos valores morais e princípios que foram transmitidos pela sua família de origem e pela sociedade, na qual ela vivia antes de se vincular à nova família.

Essa miscigenação afetiva e cultural traz mudanças nas atitudes e comportamentos, tornando a sociedade heterogênea nas suas relações. Para validar essa afirmação recorremos a Lakatos (1982) que define: “a família é parte de um todo maior, o sistema de parentesco, que consiste numa estrutura de papéis e relações baseados nos laços de sangue (consangüinidade) e no casamento (afinidade), que ligam, num todo organizado, homem, mulheres e crianças.” (p.155)

Carvalho (2000) sintetiza a estrutura formal da família introduzindo o conceito de laços afetivos, legitimando a formação do grupo. A autora chama a atenção sobre o caráter de universalidade do parentesco:

O parentesco é uma estrutura formal da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. (p.40)

É oportuno acrescentar que, na sociedade brasileira, além da família ser constituída pela consangüinidade, também pode ser constituída por meio da adoção, atribuindo ao adotado as mesmas condições de filho, tendo assegurado todos os direitos de filiação e sucessórios. Outra mudança significativa na formação do grupo familiar foi o reconhecimento da união estável, esse novo conceito familiar foi introduzido em 2002 com a revisão do nosso Código Civil (CC).

Lakatos cita as quatro funções básicas da família, acrescentando a seguir a função socializadora, que considera tão importante quanto as demais: “Entre as várias funções da família, que têm variado através dos séculos, os estudiosos colocam quatro funções básicas: sexual, reprodução, econômica e educacional.” (p.155)

A família também funciona como agente educador, exercendo a função socializadora, na transmissão da herança cultural e social, durante os primeiros anos de vida: linguagem, usos e costumes, valores, crenças etc., preparando a criança para seu ingresso na sociedade, e a função social, quando proporciona a conquista de diferente status: étnico, nacional, religioso, residencial, de classe, político e educacional (ibid., p.156).

Segundo Engels (apud Carvalho, 2000), o termo família originou-se de *famulus*, que significa escravo doméstico, e foi inventado pelos romanos para designar um novo grupo social que surgiu para suprir a necessidade de mão-de-obra agrícola. Este núcleo era subordinado ao chefe da casa, vivendo sob seu poder a esposa, os filhos menores, assim como os escravos. A autora complementa: “Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com poder de vida e morte sobre todos eles, o paterpotestas” (p.31).

Apesar de todas as mudanças ocorrida atualmente ainda se espera que a família esteja estruturada de acordo com o modelo nuclear burguês, em que o pai ocupa a posição de provedor e gestor do grupo familiar, sendo que a mãe é a responsável pela administração da casa e pelos cuidados com os filhos. Carvalho (2000) considera que a família contemporânea ainda toma como referência básica o modelo de família burguesa, que começou a se delinear no século XVIII e pouca efetividade mantém na contemporaneidade. Apesar disto, esse modelo ainda continua sendo idealizado pela sociedade. O modelo de família burguesa, na maioria das vezes, encontra-se descontextualizado, distante do modelo que a autora denomina de família vivida.

Para maior compreensão da estrutura familiar contemporânea se faz necessária uma avaliação da real constituição familiar acompanhando o processo de desenvolvimento social e tomando o devido cuidado contra as idealizações. A referida autora observa que a sociedade, quando faz referência à família, geralmente toma como fundamento o modelo ideal da família burguesa.

A atitude de valorização do modelo idealizado acaba discriminando as famílias que não se enquadram neste modelo e as mesmas acabam sendo rotuladas como desestruturadas ou incompletas. Por outro lado, não devemos desconsiderar as influências psicológicas que a família exerce sobre os seus membros, bem como as conseqüências que se podem trazer ao desenvolvimento dos seres humanos, principalmente na infância, como podemos observar na citação a seguir: (op. cit)

Desde Freud, família em especial, a relação mãe-filho, tem aparecido como referencial da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como o lócus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento (p.23).

É indiscutível o papel da família no desenvolvimento dos seus membros. Esta relação pode ser positiva ou negativa, como descreve o texto acima, porém nem sempre o arranjo familiar no qual se vive retrata o modelo sonhado. Antes de julgar ou rotular a família faz-se necessário distinguir as relações que nela se processam e a sua situação dentro do complexo histórico e social. O profissional precisa saber identificar a expectativa ideologicamente constituída no imaginário coletivo, verificando se o que está sendo tomado como padrão de análise é o modelo real ou aquele idealizado. Nossa cultura ainda se espelha no modelo de família burguesa, pois a sociedade toma-a como referência e acaba reforçando os preconceitos contra outros modelos existentes.

Trilla (2003) considera que, com o desenvolvimento econômico e social, surgiram diferentes demandas referentes aos cuidados específicos com os grupos de crianças. Na época da família burguesa, estes papéis eram desempenhados pelas próprias mães ou por criados que atendiam às famílias. O autor chama a atenção ao considerar que as famílias de classes média e baixa cada vez mais têm se eximido da sua função socializadora. Esta afirmação é facilmente constatada, pois nos localidades onde não existem equipamentos sociais próximos (creches e escolas), muitas crianças acabam se socializando nas ruas e praças.

A transferência da socialização também está presente em outras classes sociais. A diferença básica é que as crianças das classes média e alta são colocadas em instituições particulares de ensino, cada qual com um projeto pedagógico distinto, transmitindo normas e valores, o que antes era prerrogativa familiar. Todo esse processo de mudança fez com que o modelo de família burguesa fosse perdendo espaço, surgindo novos modelos com características bastante distintas.

Com a revisão do Código Civil, a sociedade brasileira avançou no sentido de superar os modelos já ultrapassados, que se tornaram incapazes de regular as relações sociais contemporâneas, principalmente ao considerar a situação dos grupos familiares com seus diversos arranjos. Neste aspecto a contribuição de Carvalho (2000) é notável:

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa de força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar. (p.27)

Quando se trabalha com famílias, o importante é buscar seu fortalecimento enquanto grupo social. A família deve ser valorizada, aceita e fortalecida na sociedade para que ela possa continuar cumprindo com suas funções de educadora e socializadora. Não se deve, portanto, adotar apenas um modelo padrão de família quando se busca seu fortalecimento, evitando desta forma, a exclusão de outros modelos constituídos na sociedade.

A autora (op. cit.) apresenta uma visão contemporânea da função familiar: “A maior expectativa é que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida de seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (p. 13).

Para entender a situação da família contemporânea, considerando-a como uma unidade social, se faz necessário identificar o contexto sócio-cultural na qual ela está inserida. Essa análise deve levar em conta as mudanças econômicas, políticas e sociais que interferiram no desenvolvimento da família nas últimas décadas. Um dos fatores responsáveis pelas mudanças na história da família brasileira foi a aprovação da Lei do Divórcio⁹, a qual veio legitimar as novas uniões consensuais que já se verificavam na prática.

A lei apresentou um avanço no sentido de que diversas relações familiares deixaram de ser consideradas ilegítimas, sendo assim, o novo casamento veio reordenar as relações familiares. Para assegurar os cuidados necessários às crianças, os legisladores precisaram atribuir as responsabilidades sobre as crianças, para ambos os pais, sem fazer distinção de gênero. As inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais exigiram a revisão do texto constitucional brasileiro, que se encontrava ultrapassado, pois era fruto de um período ditatorial. Desta forma, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, a qual ainda se encontra em vigor.

É importante destacar que, naquele momento histórico, a mulher brasileira conquistara mais espaços a caminho da igualdade na vida social. Na prática ela já tinha conseguido muito da sua emancipação, mas por outro lado legalmente ainda era considerada tutelada do pai ou do marido. A nova Constituição denominada “cidadã” finalmente atribuiu às mulheres a

⁹ Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Emenda proposta pelo Senador Nelson Carneiro

igualdade de direitos, sendo que foram reconhecidas suas obrigações e responsabilidades para com os filhos.

Embora sabendo que o alcance das medidas de proteção social não inclui apenas a criança, contemplando também o adolescente, o deficiente físico e o idoso, nesse momento, para não fugir do objetivo da nossa pesquisa, serão abordados apenas os direitos da criança, reconhecendo que, para efetivação dos direitos, se faz necessário também apresentar e discutir os deveres dos adultos no contexto familiar, comunitário e social. Para melhor entendimento será apresentada a seguir uma seqüência de leis denominadas de legislação de proteção.

2. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO

2.1. PROTEÇÃO FAMILIAR

A partir da promulgação da Constituição Federal fez-se necessário situar o papel da família na nossa sociedade frente às inovações acrescentadas no texto constitucional. A sociedade brasileira passou a reconhecer que o grupo familiar é a base da sociedade. Podemos interpretar que a família legalmente é enxergada como a responsável pelos destinos da nação. Essa afirmação está registrada no artigo 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” Sendo assim podemos interpretar que as responsabilidades não pertencem apenas à família, mas incluíram a participação do Estado na área de proteção, promover o acesso à escola, garantindo sua permanência e condições de saúde, habitação e lazer a todos os cidadãos.

Indo mais adiante a Constituição, apresenta mais uma evolução no conceito da família brasileira, pois os filhos a partir dela passaram a ser considerados responsabilidade de ambos os pais, diferenciando-se da legislação anterior, na qual somente o homem era o responsável pelo grupo familiar. Desta forma está legitimada a participação da mulher no núcleo familiar

sendo reconhecido também um novo modelo de família que não existia anteriormente, como pode ser constatado na transcrição do texto constitucional a seguir:

Artigo 226 – **A família, base da sociedade**, tem especial proteção do Estado.

1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a **união estável** entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

4º Entende-se, também, **como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes**.

5º Os direitos e deveres da sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. [...]

8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, **criando mecanismos para coibir a violência** no âmbito de suas relações (grifos nossos).

Aprofundando a reflexão sobre os itens destacados no artigo 226, seria legítimo afirmar que, sob o ponto de vista legal, não se deve mais usar o termo família desestruturada, partindo do princípio que a legislação reconheceu outros modelos familiares.

Seguindo a presente análise, o parágrafo 5º representou um significativo marco inovador para a sociedade brasileira, sendo que só a partir da aprovação da Constituição a mulher casada deixou de ser marginalizada juridicamente, equiparando-se ao homem na condição de detentora de direitos.

Em Heller (2002), o início da conquista das mulheres é atribuído ao movimento feminista, iniciado na Europa ocidental em meados da década de 1960, essa obra contribui acrescentando que depois desse movimento cultural o mundo jamais foi o mesmo. Seguido essa onda de mudanças, a legislação brasileira também passou a atender os anseios da mulher que já ocupava, nas práticas sociais, o seu devido lugar tanto na sociedade como na família, pois além de contribuir com o orçamento doméstico, também participava dos assuntos referentes à administração familiar.

Quando a legislação prescreve os deveres familiares, está atribuindo as responsabilidades para aqueles que constituíram o núcleo familiar, sem distinção de gênero, como se pode conferir no artigo da CF que se segue:

Artigo 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Consideramos que, desta forma, foi apresentado um novo modelo norteador, atribuindo responsabilidades ao Estado. Sendo que sociedade seria o facilitador para o acesso aos recursos necessários, a fim de garantir os direitos da criança e do adolescente. É interessante observar a seqüência das entidades responsáveis pela criança apresentada nesse artigo, em primeiro lugar nomeia a família, em segundo lugar a sociedade é contemplada, sendo que por último aparece o Estado, ou seja, quando todos falharam cabe ao Estado assumir seu papel de proteção.

O artigo que destacamos acima se desdobrou no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, o qual será analisado na seqüência. Porém, nesse momento, cabe lembrar que o Estatuto reproduziu e interpretou que na condição peculiar de sua idade, a criança e o adolescente precisam ser protegidos e respeitados, levando-se em conta que eles ainda não conseguem por si só garantir sua sobrevivência.

Sarti (2005) traz mais complexidade a essa questão, apresentando que a visão da infância varia dentro da mesma sociedade. Como contribuição peculiar ela chama nossa atenção observando que nas classes consideradas pobres, quando a criança nasce, ela pode ser o centro das atenções do mundo adulto, os quais se mobilizam para receber o novo membro familiar sendo que os seus primeiros anos de vida são comemorados com festas efusivas.

Nesses acontecimentos, a família se organiza dividindo as despesas entre os adultos para que o aniversário se torne inesquecível. A autora salientando que nessas ocasiões busca-

se imitar as classes mais altas. Porém, a medida que a criança vai crescendo, vai perdendo a atenção do grupo familiar e, em casos extremos, ela pode inclusive ser abandonada à sua própria sorte. Esse fato é observado principalmente quando outra criança nasce na família, ocupando o espaço dos mais velhos.

A questão levantada também é observada no sistema de ensino, em que a família dificilmente participa da vida escolar da criança, e esta na medida em que vai crescendo, tem que resolver por si só os seus problemas.

Destaca (op. cit) ainda que os adultos das classes consideradas pobres, apesar de terem fortes vínculos familiares, ainda não têm claro quais são suas responsabilidades legais relacionadas ao crescimento e desenvolvimento das crianças. Assim como desconhecem os direitos da criança de viver a sua infância podendo brincar, enquanto tem seu próprio tempo para amadurecer e assim, assumir as responsabilidades da vida adulta no momento certo. Por falta de condições financeiras da família, a criança pode ser obrigada desde muito cedo a entrar no mercado informal de trabalho, em busca de recursos para garantir seu próprio sustento, ou para colaborar com os adultos na manutenção familiar (op. cit).

Podemos afirmar que existe uma corrente de violação de direitos não intencionais, decorrentes da política econômica, que além de oferecer poucas oportunidades para que os responsáveis possam garantir o sustento da família, não os esclarece quanto à legislação vigente.

Percebemos que o Estado tem procurado reverter essa situação da infância. É oportuno lembrar que o artigo 227 em seu parágrafo primeiro destaca que o Estado brasileiro regulamenta a participação das entidades não-governamentais, buscando efetivar ações concretas de proteção à infância: “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidade não-governamental.” Podemos considerar que esse artigo é estratégico, quando abre a possibilidade legal do

envolvimento da sociedade civil por meio de associações, organizações e da iniciativa privada, incentivando a sua participação nas ações que possam oferecer um melhor suporte ao indivíduo, juntamente com sua família. Desta forma o terceiro setor é reconhecido como coadjuvante no processo de proteção à infância.

Antes deste período, os atendimentos na área social eram individualizados, sendo que no fim do século XIX foi construída a idéia de periculosidade, quando procurava-se institucionalizar aqueles que apresentavam algum tipo de desajuste. Foi um longo período construindo os conhecidos orfanatos, asilos e hospitais psiquiátricos, dentre outras instituições, sem dar muita atenção para o núcleo familiar de origem do indivíduo atendido. A crise da década de 1970 fez com que esse modelo fosse questionado (Castel, 2007).

Fornecendo bases para a Constituição Federal apresentar um novo direcionamento para as questões sociais, Carvalho (2000) defende a nova visão familiar introduzida na legislação, a autora faz sua cobrança considerando que a família obrigatoriamente deveria passar a receber um espaço de destaque no desenvolvimento das políticas de atendimento social. “A família é revalorizada na sua função socializadora” (p.16). As questões sociais nesse período estavam sendo avaliadas e os profissionais ligados ao serviço social compartilhavam dos ideais de Carvalho, tentando desenhar um novo modelo de política social. Observamos que a autora conseguiu identificar os primeiros sinais de mudanças, solicitando a ampliação do espaço em que a família passava a ocupar na sociedade, como podemos conferir na seguinte citação (op.cit.):

[...] a família ganha um lugar de destaque na política pública. Sua inclusão num cenário de partilha de responsabilidade entre Estado, sociedade civil e iniciativas privada, aliadas aos processos de descentralização e fortalecimento da gestão local (município), desenharam as novas tendências na condução da política social deste final de século (p.20).

Em 2004, o discurso oficial do Estado, ao implantar a atual Política Nacional da Assistência Social (PNAS), passou a pautar-se na busca da superação do assistencialismo,

inclusive ao desenvolver programas de transferência e geração de renda, tendo como centralidade o atendimento do indivíduo inserido na sua família. No entanto, uma parcela da população continua vivendo em condição de pobreza ou sob a ameaça do desemprego.

A partir da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005 os projetos sociais procuraram envolver as famílias e a comunidade com atenção especial. Começam a ser desenvolvidos programas visando a inclusão social do ser humano, reconhecendo a importância de cada família como grupo de proteção, fortalecimento e de socialização do homem, com suas características peculiares.

O aspecto positivo da atual política é a busca do fortalecimento dos vínculos familiares, procurando superar os preconceitos referentes à constituição familiar, difundindo a idéia de que a família deve ser respeitada e protegida na sua condição, independente do seu arranjo peculiar.

Apesar das inovações no conceito familiar, ainda se faz necessário distinguir a real situação da família contemporânea dissociada da expectativa ideologicamente constituída no imaginário coletivo. Mesmo com as mudanças e as conquistas sociais que aconteceram, ainda hoje é comum encontrar pessoas criticando as famílias que apresentam outro modelo na sua estrutura, diferente daquele que supostamente vigorou nos séculos passados. Ou seja, o modelo nuclear burguês, no qual pai ocupa a posição de provedor e gestor do grupo familiar, enquanto que a mãe é a responsável pela administração da casa e pelos cuidados com os filhos menores, ainda continua presente no inconsciente coletivo da sociedade (Sarti, 2005).

Infelizmente, a família continua sendo idealizada. Porém, para mudar esta visão será necessário reformular noções usuais do senso comum, adotando uma nova conduta. A família precisa ser pensada como um núcleo, sem se preocupar com o tipo de formação e o tipo de relação que ela reproduz na sociedade, além de oferecer a ela condições mínimas para que as relações afetivas possam se reproduzir com qualidade.

A sociedade e o Estado continuam tendo uma expectativa em relação ao papel da família, como também observa Carvalho (2000):

A maior expectativa é que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor a qualidade de vida de seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (p. 13).

Porém, para a família atender a essa expectativa de proteção e afeto, ela precisa ter assegurada sua condição de vida com qualidade, necessita de uma estrutura que a torna capaz de garantir: alimentação, educação, saúde e moradia.

Para o real conhecimento da situação familiar será necessário identificar o contexto cultural no qual ela está inserida, bem como as mudanças políticas e sociais que ocorreram no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Vale registrar o que afirma Bilac in Carvalho (2000):

É certo que vivemos tempos turbulentos em que a crise da sociedade se reflete em uma profunda crise teórica das Ciências Sociais, e a percepção de um real fragmentado, diversificado desafia os paradigmas clássicos e parece refratário, não apenas à elaboração de qualquer síntese globalizadora, mas, até mesmo, a qualquer teoria parcial e, portanto, provisória, sobre campos ou dimensões específicas da vida social (p. 29).

É curioso observar que a sociedade acaba criando uma grande expectativa sobre a capacidade da família de manter sua estrutura antiga. A autora (op. cit) não apenas compartilha esta idéia, mas ressalta a dificuldade do ser humano em se desvincular do modelo da família burguesa. Explica que, quando as pessoas, de modo em geral, sonham em constituir a sua própria família, procuram seguir este modelo. Por outro, lado quando as pessoas não conseguem reproduzir o modelo que tomaram como referência, podem sentir-se frustradas, desqualificadas e marginalizadas diante da sociedade a qual pertencem. Mello in Carvalho (2000) acrescenta que:

As aspirações legítimas de afeição e aconchego organizam-se, hoje no modelo ideal da família burguesa, de tal modo que é esse ideal que povoia a imaginação de todos, mesmo daqueles que tiveram experiências familiares desastrosas ou nem mesmo viveram a experiência da família. Parece que tendemos a reconstruir uma família boa, aquela que desejamos e não tivemos (p. 59).

Olhando esta questão sobre outro aspecto, ela pode ser compreendida também se levarmos em conta que a própria legislação introduz o casamento como a instituição civil responsável pela constituição familiar, como podemos constatar no Código Civil em seu artigo 1.511 “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos dos cônjuges”.

Continuando a análise das questões familiares, constatamos que a condição da mulher foi resgatada legalmente enquanto cidadã, reconhecendo sua capacidade de participar igualmente com o homem das decisões referentes à família e assegurando-lhe o direito de contribuir com a manutenção familiar. Ao reconhecer a comunhão plena de vida entre ambos os cônjuges, o homem deixou de ser o único responsável pela família, como era considerado anteriormente. Cabe lembrar que mesmo a mulher fazia parte de sua responsabilidade. O artigo em questão, no entanto, veio legitimar o que já vinha se desenvolvendo na sociedade: a inserção da mulher como força de trabalho.

Observe o que sanciona o CC referendando a obrigação de ambos os cônjuges no artigo 1.565: “Pelo casamento, o homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos de família.” É interessante observarmos que esse artigo coloca o homem e a mulher como sujeitos iguais, com os mesmos direitos e deveres em relação aos encargos familiares. No entanto, no convívio social, principalmente entre a população considerada pobre, a própria mulher ainda continua idealizando o homem como sendo o responsável pela provisão da família, cabendo a ela ocupar a posição de responsável pela casa em condição de submissão (Sarti, 2005).

Contraditoriamente, observamos que cada vez mais a mulher está se inserindo no mercado de trabalho, assumindo muitas vezes sozinha a responsabilidade da manutenção familiar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo realizado em 2004, apresenta os dados sobre o número de famílias que são sustentadas pelo sexo feminino, conforme caderno da Folha de São Paulo de 07/10/2007. Os dados apontam que a participação da mulher como referência principal ou única da família cresceu bastante. Em 1992, aproximadamente 22% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, sendo que em 2002 esta porcentagem subiu para 29%. Esta tendência de crescimento varia de acordo com cada região do país: no norte e nordeste a participação da mulher como responsável pela família é maior que nos estados do sul. Observa-se que nas classes pobres a incidência da participação da mulher na manutenção familiar é fundamental para garantir a sobrevivência da família.

Outra questão importante a ser destacada se refere às obrigações dos pais para com seus filhos, que na prática acaba não acontecendo, pois após o divórcio há uma grande incidência de mulheres que têm assumido a guarda e o sustento dos filhos sozinha, apesar do CC prescrever no artigo 1.579 que: “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.” Nas Varas de Família, dentro do Poder Judiciário, quando se trata de separação é comum o litígio das partes, nos quais os pais se divergem sobre a guarda e sobre as responsabilidades que os filhos menores incidem.

Estes processos são considerados de difícil solução, podendo exigir a participação de técnicos, tais como: advogados, assistentes sociais e psicólogos, assumindo a função de mediadores para fazer com que cada uma das partes venha entender a sua responsabilidade, bem como os direitos das crianças.

A separação não pode ser responsável pela dissolução da família. Apesar do casal não mais conviver sob o mesmo teto, o vínculo familiar ainda permanece por causa da criança que continua tendo um pai e uma mãe (Pontes, 2007).

A oficialização do divórcio trouxe novos arranjos familiares, mas não isentou o homem ou a mulher das responsabilidades assumidas mutuamente através do casamento. Baseados nas questões analisada, podemos afirmar que o CC tornou as questões mais claras e objetivas em se tratando da família. Podemos considerar ainda que ele veio disciplinar a sociedade, advertindo ao homem e à mulher que os filhos menores continuam sob a responsabilidade de ambos, independente das condições de convivência sob o mesmo teto.

2.2. PROTEÇÃO À CRIANÇA

Pode se afirmar que os direitos da criança já se iniciam antes de seu nascimento, conforme pode ser observado no texto Constitucional, pois ao apresentar o capítulo dos direitos sociais, faz referência ao futuro concépto como sujeito de direitos: “Artigo 6º - São direitos sociais a educação, à saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (grifo nosso).

Na promulgação da lei soberana se destacou a proteção especial à maternidade e à infância, além da garantia da cidadania para todos. Toda criança mesmo antes de nascer já é considerada sujeito de direitos, sendo que estes direitos para serem efetivados necessitam da verdadeira compreensão por parte dos adultos que a cercam.

A expectativa do Estado e da sociedade em geral é que os adultos, ao gerar as crianças, estejam conscientes de suas responsabilidades e dos direitos inerentes a elas como cidadã na sua condição peculiar de desenvolvimento necessitando de cuidados especiais dos adultos. O ECA define em seu artigo 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária** (grifos nosso).

Este artigo pode ser considerado muito complexo, atribuindo as responsabilidades sobre as crianças não apenas a sua família, mas também à comunidade que a cerca e a seguir o Estado. O artigo 4º pluraliza as responsabilidades tomando como referência que, se a criança não se desenvolver satisfatoriamente, ela poderá trazer problemas para a sociedade, portanto, é melhor investir na sua proteção, gastar com medidas corretivas.

Cabe lembrar que as estruturas familiares são heterogêneas e continuam sendo constituídas num processo histórico social, no qual cada geração se comporta de acordo com os valores. Esses valores são herdados naturalmente de seus antecessores. Sendo assim, por exemplo, os pais que não tiveram acesso à escola formal, conseqüentemente não tiveram a oportunidade de rever seus valores, continuam educando seus filhos baseados na aprendizagem informal e não formal adquiridas por meio do convívio familiar e social. Em muitos casos os pais acabam se colocando numa condição autoritária no relacionamento com seus filhos, pois entendem que a educação só acontece por meio do autoritarismo, e que ela é a melhor maneira de educar (Sarti, 2005). Desta forma os pais acabam adotando métodos disciplinares considerados inadequados na nossa sociedade. Devemos considerar que essas atitudes ocorrem em decorrência das limitações no campo da educação. As famílias muitas vezes não conseguem entender ou colocar em prática as exigências legais por ignorância, desta forma acabam “em nome da disciplina” usando a violência e conseqüentemente desrespeitando os direitos das crianças.

O ECA no artigo 4º ao atribuir os deveres de proteção das crianças para a comunidade e para a sociedade, mas quando não é bem interpretado acaba confundindo o papel da família, desta forma abre espaços para interferências nas relações familiares, principalmente naquelas que são consideradas pobres. A sociedade se sente no direito de julgar a competência das famílias de educar seus filhos. É muito comum as análises serem feitas apenas baseadas nas questões econômicas, nas quais não leva-se em conta os valores culturais e os vínculos

afetivos também presentes nos grupos familiares de origem considerada pobre. Para a devida compreensão desse artigo em especial, deve se ir muito além do senso comum e da formulação do juízo de valores precipitado. O profissional que se propõe trabalhar com famílias precisa, antes de julgá-las, buscar entendê-las em sua peculiaridade, oferecendo condições para que elas se desenvolvam, partindo da reflexão sobre seus valores e suas atitudes.

Retornando ao ECA, pode se identificar uma nova questão em relação ao conceito familiar, pois ele introduz o conceito de família natural, conforme podemos observar no artigo 25: “Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer um deles e seus descendentes.”

Todas essas mudanças têm proporcionado às pessoas maior liberdade, minimizando sua culpa por não se enquadrar num único modelo de família, entretanto, nem todos estão preparados para exercer a sua liberdade, respeitando os direitos dos seus filhos de conviverem em família. Observamos que a mídia frequentemente exalta a liberdade individual, construindo um mundo virtual que eleva o sujeito a uma condição autônoma, fazendo com que as pessoas percam as referências, esquecendo-se que elas não foram criadas pelas suas próprias mãos, que também necessitaram dos adultos para suprir suas necessidades materiais e de afeto, necessários para garantir a sua sobrevivência. Sarti in Carvalho (2000) exterioriza sua preocupação afirmando que: “No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido de tradição” (p.43).

Nesse aspecto, o que se lamenta é o fato do ser humano não seguir a tradição familiar de cuidar e de proteger sua prole. Por outro lado o Estado, ao promulgar as leis, procura regular e ordenar a sociedade, exigindo que esses indivíduos assumam suas responsabilidades principalmente em relação às crianças e os adolescentes.

Passaremos a pesquisar nos próximos capítulos as questões referentes à construção dos vínculos afetivos, além de investigar o aparato legal para que os vínculos se estabeleçam de maneira satisfatória. Entendemos que a legislação faz parte do controle social do Estado em busca do bem estar da sociedade, mas contraditoriamente esse mesmo controle necessariamente tem trazido muito sofrimento para as crianças. Quando elas sofrem algum tipo de violência em casa, as autoridades competentes, ao tomar conhecimento do fato, acabam encaminhando as crianças para abrigos como medida de proteção. Na prática essa pobre criança está sendo mais uma vez violentada, quando por força de lei é obrigada a separar-se daqueles que ela ama, sendo obrigada a iniciar uma nova convivência com pessoas estranhas, conseqüentemente ficam privadas do convívio familiar, sem poder ver seus irmãos vizinhos e amigos de escola, enquanto o adulto autor da violência continua levando a sua vida normalmente.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

1. APEGO

As pesquisas desenvolvidas por Bowlby (2002) consideram que, geralmente no oitavo mês de vida, a criança apresenta as primeiras mudanças qualitativas no conhecimento social, conseguindo identificar uma pessoa estranha. Ela não somente passa a fazer distinção entre pessoas, como também reconhece seus familiares, podendo adotar uma posição de cautela, receio ou medo diante de desconhecidos.

Inicia-se nesta fase da vida o conhecimento social, sendo que a qualidade destes relacionamentos terá importância vital, influenciando na formação da personalidade do indivíduo, pois foi comprovado que, dependendo da forma e tipo do encontro com o estranho e da proximidade da mãe, a criança manifestará maior ou menor cautela, receio ou medo. Estas reações são identificadas em condutas visuais, sonoras e motoras. Ou seja, a criança apresenta uma inquietação no olhar, resmunga ou chora, abraça a mãe, ou oculta o rosto, essas atitudes demonstram que a criança já consegue fazer uma avaliação da pessoa que se aproxima dela, ou tem alguma noção do encontro identificando o lugar conhecido.

Para a criança fazer essa avaliação, é preciso um conhecimento social não somente do desconhecido, mas também do significado de diferentes situações de interação social, ou seja, o contato presente remete a um conhecimento ou uma experiência anterior agradável ou desagradável. Cabe lembrar que o reconhecimento de si é posterior, enquanto que o reconhecimento das outras pessoas só ocorre a partir do momento em que a criança consegue se identificar e se diferenciar dos outros. Antes de completar um ano, as crianças em seu desenvolvimento dentro da normalidade já são capazes de reconhecer objetos que lhes pertencem, identificando elementos parciais de seu corpo. No entanto, reagem diante de sua própria imagem refletida no espelho como se estivessem observando outra pessoa. Embora as

crianças já demonstrem certa habilidade para reconhecer a si mesmas, conseguindo diferenciar-se dos demais no relacionamento social.

Por volta do segundo ano de vida, podemos afirmar com segurança que as crianças já conseguem identificar sua imagem com clareza, sendo que neste mesmo período elas já são capazes de usar os pronomes pessoais. Bowlby (2002) considera que as pesquisas ainda são insuficientes para identificar quando e como as crianças adquirem sua identidade, sendo capazes de elaborar uma teoria sobre si mesma. Pressupõe-se que a consciência de si mesmo, ou seja, a identidade existencial consiste no entendimento de si mesmo como entidade individual, algo que permanece ao longo de toda a vida humana. Este entendimento se forma por meio de uma série de conhecimentos relativamente estáveis referentes à própria pessoa, incluindo a identidade corporal e gênero.

A identidade existencial é responsável por diferenciar os indivíduos dos demais, ao passo que a identidade categorial identifica como somos, quais são as características que nos definem como pessoas. A capacidade de identificação das diferenças entre o eu e os outros pode ser adquirida de forma precoce, quando a criança interage socialmente com diferentes pessoas. A interação da criança com as pessoas que cuidam dela oferecem vastas possibilidades para que elas aprendam que são diferentes dos demais.

Na primeira infância a criança é capaz de se auto-reconhecer, percebendo-se como diferente dos demais e adquirindo padrões de conduta que serão mantidas de forma relativamente estáveis na fase adulta.

Inicialmente a criança desenvolve um sistema que pode ser denominado sensório-motor, o qual a capacita para agir intencionalmente, no seu desenvolvimento posterior ela começa a atribuir sentido à permanência das pessoas, construindo conceitos sobre cada uma delas. São essas capacidades que possibilitam à criança reconhecer-se como sujeito ativo,

diferenciando-se dos demais, algo que, uma vez desenvolvido, irá permanecer durante toda a vida.

Outra importante identificação destacada por Bowlby (2002) está relacionada ao gênero ou identidade sexual que é assimilada socialmente. Por meio do convívio familiar a criança vai adquirindo sua identidade tomando como referência os pais ou os adultos mais próximos.

Nesse aspecto a convivência é muito importante quando consideramos que as crianças pequenas não distinguem entre identidade sexual e de gênero, já que assimilam as atribuições sociais como se estivessem inevitavelmente unidas ao fato de ser homem ou mulher. Neste campo a intervenção educacional é bastante determinante.

A família exerce sua função de caráter educativo como agente socializador, pois é ela a principal responsável pelos padrões de condutas consideradas aceitáveis ou indesejáveis socialmente. A criança vai assimilando naturalmente os valores, normas e hábitos sociais e aprendendo a controlar sua própria conduta. Essa aprendizagem inclui os hábitos sociais tais como vestir, comer, conversar, desculpar-se, dentre outros, de acordo com a cultura em que está inserida. A criança vai assimilando os hábitos e desenvolvendo suas habilidades sociais já nos primeiros anos de vida.

Podemos considerar que o processo de educação do ser humano inicia-se desde seu o nascimento, sendo que a aquisição dos hábitos já é percebida antes dos dois anos. No entanto, são manifestados mais fortemente por volta dos dois anos de idade, nesse momento as crianças começam a expressar suas preferências, incluindo o gosto pelas roupas, o manejo dos talheres e o controle esfinteriano.

Durante os dois primeiros anos de vida, as crianças ainda são incapazes de fazer juízo de valores como também regular sua conduta, pois elas apenas reproduzem os relacionamentos que estão a sua volta, podendo ocorrer numerosos conflitos nos quais as

crianças podem reagir fazendo “*birras*”, que é a forma que elas conhecem de fazer prevalecer a sua vontade. Essas manifestações emocionais aparentemente irracionais somente podem ser entendidas como a expressão de um conflito produzido frente as exigências ou limitações impostas entre os adultos. Essas reações demonstram que a criança ainda não possui maturidade para lidar com as frustrações. Desta maneira as condutas sociais são aprendidas pelas crianças por meio da aprendizagem: instrução, reforço positivo, imitação, preparação e prática, dentre outras informações.

Como já foi visto anteriormente, durante os dois primeiros anos de vida, as figuras de apego têm um papel decisivo, porque são elas que controlam o ambiente social no qual a criança vive, sendo que, ao mesmo tempo, são elas que colocam em jogo todas as condutas humanas. As figuras de apego têm um significado muito especial na vida da criança, favorecendo a identificação dela mesma, tornando-a capaz de assimilar os valores, normas e condutas sociais.

Um dos aspectos mais importantes do convívio social é o do desenvolvimento afetivo que se reproduz nos dois primeiros anos de vida das crianças. Pois elas nascem com a tendência natural de estabelecer fortes elos emocionais com seus cuidadores. Essa relação em primeira instância é responsável pela sobrevivência de muitos dos animais à medida que há em muitas das espécies atenção ao recém-nascido.

O relacionamento afetivo é construído e mantido por uma gama de comportamentos que criados e sustentados com a proximidade entre pais e filhos ou entre grupos. As crianças já nascem com uma grande capacidade de aprender, buscando desde o início da vida estímulos sociais devido a necessidade de estabelecer vínculos afetivos com os membros de sua espécie. (op. cit.)

2. VÍNCULO AFETIVO

O vínculo afetivo foi definido por Bowlby (2002) como sendo um vínculo relativamente duradouro, no qual o parceiro é importante como um indivíduo único, não podendo ser trocado por outro. Ele estabelece um elo afetivo, no qual existe um desejo de se manter próximo do parceiro. Pode se considerar que o apego e a amizade são os vínculos afetivos básicos, tendo o apego um papel fundamental nestes primeiros anos de vida.

O apego é uma variável de vínculo emocional em que a sensação de segurança de uma pessoa está inseparavelmente ligada à relação que se estabelece com a outra pessoa. (op. cit.) Podemos afirmar que a pessoa está apegada a alguém quando ela sente uma sensação especial de segurança e conforto na presença do outro. Nesta perspectiva, a relação da criança com o genitor é uma relação de apego. Ao passo que o genitor não tem a mesma sensação de segurança na presença do bebê, ainda que este possa representar a sua base segura.

O apego é um vínculo afetivo que a criança estabelece com as pessoas que interagem com ela de forma privilegiada, sendo caracterizado por determinadas condutas, representações mentais e sentimentos expressados. Os vínculos afetivos e as relações de apego são estados internos, portanto fica difícil mensurá-los. Ele pode ser percebido de acordo com a relação que os adultos estabelecem com seus amigos íntimos ou com um parceiro adulto, sendo que neste caso pode estabelecer a relação de apego.

Outra importante questão a ser destacada são os afetos relacionais os quais impulsionam o indivíduo a vincular-se de uma forma ou de outra com os demais que podem se manifestar por meio do desejo, da atração física, da paixão, da empatia e da amizade.

3. A FORMAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

Nesse momento da pesquisa passamos a analisar da teoria de Vygotsky (2002), que se situa em outra linha da psicologia, a qual considera que o desenvolvimento humano depende das

suas vivências sociais. Interpretando essa proposta que pode se dizer que o homem é produto das relações sociais, se desenvolvendo e agindo de acordo com a cultura onde ele vive. Essa corrente teórica nos ajuda a entender as questões familiares de pertencimento e a construção dos vínculos afetivos. Apesar da abrangência e da riqueza dessa teoria vamos refletir apenas sobre o desenvolvimento da linguagem na infância e a sua socialização.

O autor (op.cit.) considera que o desenvolvimento do comportamento humano se concretiza a partir da linguagem. As vivências sociais oferecem a possibilidade ao indivíduo de perceber-se como ser social e por meio da comunicação realizar as ações integrando-se no grupo, passando a entender e se relacionar com o mundo em que vive. Por meio da integração com grupo, o homem deixa de estar isolado e ao se socializar passa a fazer parte da cultura, atuando sobre ela de forma voluntária ou involuntariamente. Para ocorrer a interação social é necessário que haja a comunicação, que é fundamental na construção do conhecimento humano.

As vivências sociais são responsáveis pelo desenvolvimento dos instrumentos de mediação, que são capazes de transformar as atividades mentais. A relação entre o sujeito e objeto é sempre modificada, independente da prática social em que ocorre. Esse processo resulta o chamado caráter social do conhecimento.

Na busca da compreensão da espécie humana o autor (op.cit.) estuda o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, dividindo-os em dois momentos, que são a fase pré-verbal e a fase pré-intelectual. No que se refere à criança, considera-se que seu comportamento é determinado de acordo com a relação que ela estabelece com o mundo a sua volta, são esses relacionamentos que irão interferir nos seus processos psicológicos. A família exerce grande influência no desenvolvimento da criança, pois seu comportamento em sociedade reproduz e expressa o tipo de educação que ela recebeu em casa.

Para Vygotsky a relação entre o pensamento e a fala passa por várias mudanças ao longo do desenvolvimento infantil, pois a linguagem é capaz de expressar e organizar o pensamento da criança. Antes de aprender a falar, a criança encontra-se no estágio pré-lingüístico, que é considerado como o primeiro estágio de desenvolvimento do pensamento. Num determinado momento do desenvolvimento infantil, o percurso do pensamento encontra-se com a linguagem, iniciando uma nova forma de funcionamento psicológico, quando o pensamento torna-se verbal e cada palavra é mediada por significados oferecidos pela linguagem.

Por meio das interações com as pessoas a criança vai aprendendo a usar a linguagem, como instrumento do pensamento e como meio de comunicação. Quando ocorrem os processos de desenvolvimento do pensamento e da linguagem, com a mediação simbólica o ser humano passa a ter o funcionamento psicológico, que atribui inconscientemente um sentido para as experiências vividas, ficando registradas no subconsciente. O tom de voz da mãe, as expressões faciais e suas atitudes são internalizadas pela criança, desenvolvendo um sentido no plano psicológico, que pode resultar num padrão de comportamento adequado ou conflituoso no relacionamento social.

Na infância a linguagem é usada nas situações da vida concreta e também no mundo imaginário das brincadeiras. Essas experiências reais e imaginárias são responsáveis pela criação da zona de desenvolvimento proximal. Entendida como um mecanismo de compreensão dos fatos, quando a criança utiliza o brinquedo, ela preenche suas necessidades e se relaciona de forma mais avançada, as quais não são possíveis nas atividades da vida real. Esse tipo de experiência vivenciada pela criança atua no seu processo de desenvolvimento cognitivo, todas as experiências reais ou imaginárias são utilizadas como instrumentos que atuam no desenvolvimento e na estrutura das funções psicológicas. (op.cit.)

A forma como a fala é utilizada na interação social com adultos desempenha um papel importante na formação e organização do pensamento complexo e abstrato individual. A fala modifica a qualidade do conhecimento e o pensamento que se tem do mundo. É quando a criança estabelece um processo de relação com o brinquedo. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte da realização do seu desenvolvimento. Mesmo conscientes da diferença entre o comportamento na vida real e o comportamento na brincadeira, o desempenho da criança no mundo imaginário é capaz de criar, a zona de desenvolvimento proximal, que consiste na criação de conceitos, ou nos processos em desenvolvimento.

A imaginação depende de experiências, das necessidades e dos interesses, assim como da capacidade de exercitar-se por meio de uma atividade lúdica. Para haver um desenvolvimento satisfatório é necessário oferecer à criança a possibilidade de brincar, conforme defende o autor: "que se não entendemos o caráter especial dessas necessidades da criança, não podemos entender a singularidade do brinquedo como uma forma de atividade" (op.cit, p.122).

Para maior compreensão do desenvolvimento segundo Vygotsky, citamos suas três idéias centrais consideradas como pilares básicos do pensamento: a primeira idéia define que as funções psicológicas têm um suporte biológico, elas não existem sem as atividades cerebrais; a segunda idéia considera que as relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior se desenvolvem num processo histórico, partindo do princípio que as reações psicológicas são influenciadas pelas relações sociais, e por último, a relação do homem com o mundo é mediada por sistemas simbólicos.

A análise sobre a relação do homem com o trabalho traduz a visão marxista do autor, que compreende o homem como ser biológico, que por meio de seu trabalho transforma a natureza e realiza sua função sócio-histórica interferindo no processo cultural. O

desenvolvimento psicológico do indivíduo se dará por meio da interação deste com outros membros da sociedade, além dos diversos elementos do ambiente cultural. As funções psicológicas têm sua origem nas relações do sujeito e seu contexto cultural e social, pois a estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento enraizado nas relações entre história individual e social.

O desenvolvimento é entendido como um processo socialmente construído, sendo assim, a interação social tem papel fundamental. O desenvolvimento do sujeito ocorre a partir das interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais complexas emergem da vida social. Desta forma o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro, dando significados à realidade.

A pesquisa sobre apego e formação social do homem nos oferece condições de afirmar que os contatos do recém nascido com a figura materna acontecem por meio da amamentação. A criança saudável nasce com o instinto da sucção e a medida que suga o seio materno ao satisfazer sua fome sente prazer. Essa relação prazerosa contribui para o estreitamento dos vínculos afetivos entre a criança e sua mãe.

O fato de a mãe optar por amamentar seu filho pode ser traduzido como uma forma de dar continuidade ao vínculo estabelecido durante a gravidez, período em que a criança é alimentada no útero materno por meio do cordão umbilical e quando ela se alimenta de uma forma natural que não exige nenhum esforço consciente de ambas as partes.

A partir do nascimento da criança a mãe tem a opção de continuar sendo a única responsável pela manutenção da vida da criança com qualidade por meio da amamentação. O contato físico propicia a troca afetiva pela qual mãe e filho se reconhecem e se relacionam socialmente, por meio desse relacionamento vão estreitando-se os vínculos afetivos de forma

natural. O relacionamento afetivo cria uma linguagem fraterna capaz de garantir o amadurecimento psicológico e a sobrevivência com qualidade.

Para que o vínculo se estabeleça de forma tranqüila é necessário que esse contato entre a figura materna com a criança seja satisfatório para ambos. Nesse aspecto a mulher necessita de um ambiente tranqüilo e seguro para poder exercer seu papel maternal, em certos casos ela pode precisar do apoio da sua família e de técnicos para poder cuidar bem da criança que gerou.

Vicente in Kalostian, (2005) nos traz grande contribuição ao defender o vínculo familiar, atribuindo que este possui as dimensões biológicas, afetivas e sociais. Acrescenta que o nascimento de uma criança em si, já traz explícito um encontro que aconteceu anteriormente entre um homem e uma mulher. Ressaltamos que a ciência já tem a capacidade de gerar seres humanos sem o referido encontro, mas nada substitui os cuidados e o carinho que a criança necessita depois do nascimento.

O cordão umbilical corresponde ao primeiro vínculo concreto entre os humanos estabelecendo a ligação entre a mãe e o feto. Este vínculo interrompido com o nascimento é novamente estabelecido por meio da amamentação. De forma primitiva, pode se considerar que a criança sobrevive nos primeiros meses de vida graças a essa vinculação orgânica. Porém, com o crescimento, os vínculos afetivo e social passam a ganhar importantes dimensões na vida humana (op. cit). Buscando essa proteção a sociedade brasileira por meio do ECA atribuiu uma série de responsabilidades, as quais passamos a refletir a seguir.

4. A PRESERVAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

4.1. MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Algumas medidas de proteção à criança já foram apresentadas anteriormente, quando destacamos o artigo 4º do ECA. Nesse momento nossa atenção retorna à convivência familiar e comunitária, estabelecida como um direito de toda criança.

Cabe lembrar que legalmente a proteção da criança já se inicia no período em que a mãe está grávida, O Estado por meio do SUS assegura às gestantes o acesso às consultas do pré-natal, cujo objetivo é, além de verificar suas condições de saúde realizando os exames de rotina, acompanhar-se o desenvolvimento fetal. O trabalho de parto é considerado, em qualquer hospital, um caso de emergência seguindo o protocolo de prioridades para seu atendimento.

Ampliando o conceito de proteção à vida e à criança, se faz necessário analisar a proteção da mulher inserida no ambiente de trabalho formal. Essa questão trabalhista é apresentada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nos artigos 392 e 396. Diz o artigo 392 – “É proibido o trabalho da mulher grávida no período de (4) quatro semanas antes e (8) oito semanas depois do parto”.

Ao buscar o entendimento desse artigo podemos considerar que ele retoma o artigo 6º da Constituição Federal que, conforme já foi citado anteriormente, assegura a proteção do Estado à maternidade, pois ao proteger a mãe está oferecendo condições de proteção à criança antes e depois do seu nascimento.

Cabe ressaltar que na prática o período de repouso da gestante de quatro semanas antes do parto não tem sido respeitado, pois as próprias gestantes ainda não têm consciência da necessidade de repouso para que o parto possa transcorrer com maior tranquilidade. A

legislação procura proteger não apenas a mulher, mas também assegurar condições para que o período de gestação seja completado, reduzindo os riscos de partos prematuros.

Nesse período a gestante tem a oportunidade de preparar o ambiente familiar para receber a criança e, após o parto, o período de licença maternidade oferece condições para a mulher recuperar-se das mudanças ocorridas no período de gravidez.

O período de licença maternidade é de 160 dias, que é considerado o tempo adequado para que a mãe possa se recuperar das mudanças causadas pela gravidez. Além de ter a oportunidade de continuar convivendo em período integral com seu filho, a amamentação oferece o suporte psicológico necessário para a criança estreitar os vínculos afetivos com a mãe, superando os traumas vividos durante o parto. Pois até o momento do parto a criança encontrava-se num ambiente seguro e protegido, acostumada apenas com os sons dos batimentos cardíacos e da voz materna.

A passagem para o novo ambiente requer muitos cuidados, sendo que a presença materna é fundamental. Felizmente a CLT foi efetiva assegurando a possibilidade desta convivência, conforme transcrição do artigo 396 “Para amamentar o próprio filho até que este complete (6) seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um”.

Esse mesmo artigo é complementado por meio do acréscimo de um parágrafo que abre a possibilidade da licença ser ampliada caso a criança, por motivos de saúde, possa necessitar da presença materna para sua perfeita recuperação. Parágrafo único: “Quando o exigir a saúde do filho, o período de (6) seis meses poderá ser dilatado, a critério de autoridade competente”.

Essa autoridade é reservada ao médico pediatra mediante a emissão do atestado comprovando a necessidade da criança permanecer junto da mãe durante seu tratamento, visando resguardar sua vida.

A mãe adotiva passou a ser beneficiada com a Licença Maternidade¹⁰, pois quando a criança adotada possui menos de um ano, lhes são assegurados os mesmos direitos da mãe biológica, atendendo igualmente o artigo 396 da CLT já citado. Esse período vai diminuindo à medida que a idade da criança é maior, partindo do princípio que quanto mais velha ela é, mais ela será independente requerendo menos cuidados. A referida lei se fundamentou na necessidade de proteção da criança, tendo em vista que ela terá melhores possibilidades de se apegar a sua nova mãe, estreitando-se os vínculos entre ambos, os quais não são apenas necessários, mas fundamentais para o bom desenvolvimento físico e mental da criança.

Particularmente fica difícil concordar com essa questão, quando se parte do princípio que a adaptação da criança maior requer grande esforço daquela que se dispôs a acolhê-la como filho. A responsabilidade da mulher que se torna mãe por meio da adoção não se difere das demais, sendo que as mudanças sociais são até mais evidentes.

O período da gestação e sua visibilidade nos aspectos físicos, podem contribuir para preparar a futura mãe, a família e a sociedade em geral para acolher o novo membro familiar. Enquanto que no caso da adoção as pessoas nunca sabem quando serão contempladas, tendo em vista que dependem de inúmeras circunstâncias alheias as suas vontades para que possam se tornarem pais. Nesse aspecto, após a adoção a mãe também necessita de um período de calma e tranqüilidade, livre das pressões características do ambiente de trabalho, podendo dedicar um tempo maior para dispensar os cuidados que a criança pequena necessita.

Podemos considerar que a licença maternidade para a mãe adotiva já foi uma grande conquista, mas essa questão ainda deve ser melhor refletida para que a legislação venha ampliar esse direito indiscriminadamente para todos aqueles que venham adotar uma criança independente da idade desta.

¹⁰ Lei nº 10.421 de 15 de abril de 2002.

A legislação brasileira prescreve que, no ato do nascimento, a criança já deve ter garantido o seu pertencimento, passando a fazer parte de uma família, a qual deve acolhê-la e assegurar-lhe todos os direitos inerentes à pessoa humana. No entanto a sociedade brasileira ainda necessita de longa caminhada para atender essas exigências. Cabe destacar a luta desempenhada pelo Cecif¹¹, na busca da defesa das crianças no sentido do fortalecimento dos vínculos familiares. A participação de Gabriela Schreiner, diretora executiva do Cecif no X ENAPA¹², confirmou que nosso País ainda tem uma longa caminhada na preservação dos vínculos familiares, ao divulgar que no Brasil existem pelo menos 200 mil crianças e adolescentes vivendo em abrigos aguardando para serem adotadas. Conseqüentemente pode ser constatado que essas referidas crianças estão privadas do direito da convivência familiar. O Cecif além de atuar na área de formação profissional é um importante incentivador da criação de GAAD(s)¹³, sendo que um dos objetivos destes grupos é a colocação de crianças em famílias substitutas, para que elas possam ter assegurada a convivência familiar.

Quando se verifica o número elevado de crianças aguardando para serem adotadas percebe-se que muitos vínculos foram rompidos. Seria correto afirmar que cada criança abrigada é fruto do descomprometimento de pais e mães que não assumiram suas responsabilidades, no entanto, deve se considerar que essa situação pode ter ocorrido por falta de condições ou mesmo de conhecimento dos pais e da comunidade nas quais eles convivem.

Nossa sociedade carece de programas sócio-educativos que possam buscar fortalecimento dos vínculos familiares precocemente, durante a gestação ou logo após o nascimento, quando a mãe deve ser amparada e a criança protegida, prevenindo o abandono. Neste sentido se faz necessário o atendimento e o desenvolvimento de programas educativos eficazes para que cada família possa assumir suas novas tarefas conscientes de suas

¹¹ Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de profissionais, voluntários e organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar.

¹² Encontro Nacional de Apoio a Adoção, realizado em Goiânia no período de 26 a 29 de maio de 2005.

¹³ Grupos de Apoio à Adoção

responsabilidades mesmo antes da criança nascer, conforme pode ser observado no texto Constitucional no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, à saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.”

As famílias precisam principalmente de apoio, respeito e consideração para, sobretudo, refletir sobre a sua condição, rever seus valores, sua cultura, bem como se adequar às responsabilidades instituídas pelo Estado e pela sociedade. Apesar de todos os esforços neste sentido, poucos conhecem as leis do País, principalmente aquelas relativas aos direitos e deveres relacionados às crianças.

O desconhecimento por parte da família resulta em violação de direitos. Conseqüentemente, acaba sendo um dos grandes responsáveis pelos freqüentes casos de abrigamento de crianças, que são fundamentados como medida de proteção. Faz-se necessário, no entanto, a implantação de programas eficazes os quais se justificam por meio do ECA em seu artigo 7º: “A criança ou adolescente tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Apesar das prescrições do Estatuto da Criança e das constantes cobranças do Estado, o próprio Poder Público ainda continua desenvolvendo uma política precária, agindo sobre os efeitos, não atuando sobre as causas dos problemas. Pode se considerar que os programas desenvolvidos ainda são insuficientes para efetivar os direitos de muitas crianças, que continuam vivendo nos bolsões de miséria e em situação de abandono, como apresentaremos na seqüência deste trabalho.

Cabe ressaltar que alguns municípios se destacaram no sentido de garantir a convivência familiar implantando o programa de famílias acolhedoras, dentre eles destacamos

o município de Franca que foi o pioneiro nesta questão, seguido por Campinas que implantou o Projeto Sapeca, sob a coordenação da assistente social Janete Valente.

A manutenção desse tipo de programa depende da parceria entre o Poder Público e o Poder Judiciário, além da participação de famílias da comunidade que se dispõem acolher crianças que foram afastadas do convívio de sua família. Enquanto as crianças estão sob a guarda das famílias acolhedoras, as famílias de origem são acompanhadas por técnicos do programa, visando preparar os adultos para receber seus filhos de volta, com o objetivo de evitar reincidência na violação dos direitos das crianças.

Nossa legislação é clara quando trata da relação de pertencimento humano, buscando assegurar a preservação da identidade do ser humano desde o seu nascimento. A identificação da criança ao nascer é obrigatória, independente da mãe manifestar o desejo de entregá-la para adoção. Visando a preservação da identidade, exige-se o cumprimento de rotinas básicas e específicas em relação ao nascimento, estabelecendo deveres e compromissos das instituições e dos profissionais que nelas trabalham no sentido de oferecer condições para que toda a criança tenha garantida a preservação dos seus vínculos familiares. Para melhor compreensão dessas obrigações se faz necessário observar as exigências formais contidas no ECA que se seguem abaixo:

Artigo 10º - Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registros das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo dezoito anos;

II – **identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe**, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade competente; [...]

V – **manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência da mãe** (grifos nossos).

Ao focalizar o artigo em questão, percebemos que a preocupação com a preservação dos vínculos familiares começa a partir do momento em que a criança nasce, sendo que a

seguir ela passa a ser uma responsabilidade em primeira instância da sua família de origem, conforme constatamos na leitura do artigo 19: “Toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”.

Portanto para o bom desenvolvimento humano é fundamental que os pais, ao receberem seus filhos, estejam preparados para assumir as responsabilidades inerentes ao novo papel que passam a assumir na sociedade. Esta experiência por sua vez desperta novas emoções, sensações e exigem novas atitudes acompanhadas de maiores responsabilidades.

Não se pode, no entanto, analisar esta questão de forma simplista, pois as relações humanas sempre são complexas, sendo que o apego dos pais para com os filhos também é influenciado, entre outros, pela qualidade dos relacionamentos que estes tiveram durante sua infância. Cada família possui suas características, sendo que os relacionamentos se desenvolvem de acordo com os valores e padrões culturais, que são interiorizados no decorrer da vida.

A chegada do novo membro familiar traz consigo, além das novas exigências materiais, um turbilhão de novas emoções e responsabilidades atribuídas em primeira instância aos pais, como guardiões naturais de sua prole, tendo em vista que o ser humano não teria condições de sobreviver sem os cuidados e apoio de seus genitores. Validando esta prática, o ECA determina no artigo 22: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais”.

Ao refletirmos um pouco mais sobre este artigo, observamos que a legislação teve a intenção de legitimar uma prática natural da própria sociedade na qual a família está inserida. A legislação brasileira nesse aspecto acrescenta que, quando a família natural ou biológica não consegue por si só garantir as condições de sobrevivência das crianças, o Estado passa a

ser o responsável de assegurar esse direito, para que as crianças possam desfrutar da convivência familiar dignamente. Mas, infelizmente, percebemos que as ações governamentais têm sido insuficientes para garantir esses direitos das nossas crianças. Devemos obrigatoriamente recompor o conceito de socialização das crianças priorizando a convivência familiar.

4.2. REGISTRO CIVIL

O Código Civil revisado busca apresentar respostas frente às inúmeras exigências advindas das mudanças histórico-sociais ocorridas nas últimas décadas. Aqui interessa citar uma particularidade importante contida no seu artigo 2º, o qual fundamenta a personalidade humana considerando sua existência desde a concepção, vejamos: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com a vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”.

A seguir o referido Código Civil normatiza os registros públicos referentes às pessoas humanas em seus diferentes estados civis, conforme descritos no artigo 9º: “Serão registrado em registro público: I - os nascimentos, casamentos e óbitos; [...]”.

Seguindo essa seqüência são assegurados os direitos da personalidade que se inicia com o nascimento, por meio do qual temos garantido a nossa identidade como parte integrante do grupo familiar passando a fazer parte dele.

Entretanto a lei prevê exceção nos casos de adoção de crianças ou adolescentes, sendo que o ato da adoção se constitui por meio de Sentença Judicial, a qual anula o primeiro registro civil, averbando outro registro em seu lugar, permitindo inclusive a mudança do nome do adotando. Essa exceção aparece grafada no Código Civil, em seu artigo 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransferíveis e irrefutáveis, não

podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”. Cabe acrescentar que os processos de adoção ficam arquivados ao longo dos anos, permitindo que a pessoa que foi adotada pelas vias judiciais, se desejar, possa ter acesso ao respectivo processo podendo identificar a sua origem.

Como já foi observado anteriormente, o direito personalíssimo só se torna possível quando a pessoa ganha um nome por meio do registro civil, passando desta forma a ser reconhecida oficialmente como cidadã, tendo assegurados os seus direitos no país em que nasceu.

No artigo 15 foi estabelecido que: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.” Cabe lembrar, porém que para efetivação desse direito é necessário o empenho dos adultos. No entanto, nem todo cidadão brasileiro tem consciência do significado do registro de nascimento, deixando de cumprir essa exigência legal por falta de recursos ou ignorância. É importante resgatar o conceito de que as sanções legais e as obrigações sociais exigidas para com a vida humana se iniciam antes do seu nascimento, sendo que o parto é o acontecimento que caracteriza o início da vida em sociedade. O apontamento do registro de nascimento em Cartório de Registro Civil personaliza o ser humano dando-lhe a condição de cidadania, garantindo a defesa de direitos iguais a todos que nasceram naquele determinado país, conforme as leis vigentes referentes às condições de cidadania.

O ECA contribui ao prescrever a inviolabilidade da identidade como um direito a ser assegurado conforme constatamos em seu artigo 17 “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.”

Entretanto, cabe lembrar que as leis tendem a seguir uma lógica buscando manter o ordenamento social. As relações sociais não seguem necessariamente essa mesma lógica, elas se reproduzem de acordo com os valores culturais, construídos ao longo da história de determinados grupos. Para buscar um melhor entendimento da questão cabe lembrar que a formação do povo brasileiro sofreu muitas interferências, pelo menos desde os europeus que ao tomar posse desta terra trouxeram uma mentalidade de colonizador aqui chegando, para torná-la não uma nação, mas uma colônia. Este povo brasileiro foi constituído na sua origem pela miscigenação de europeus degradados, índios e escravos africanos, sendo que a filiação pouco importava, pois o que se buscava na formação deste povo era a produção de mão-de-obra (Ribeiro, 1995).

Este fato intrigante ainda pode ser constatado ao longo do território nacional, pois apesar de toda legislação vigente, podem ser encontradas situações extremas, as quais são facilmente identificadas pela sociedade como negligência paterna, quando se toma por referência o simples fato dos pais não registrar seus filhos logo após o nascimento.

A questão do registro de nascimento foi objeto de ampla pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), porém seus resultados, ao serem divulgados na grande imprensa, foram destacados como um fato novo, analisados de forma tendenciosa e sensacionalista, rotulando os pais como os primeiros violadores de direitos.

Para ilustrar este fato observe a citação que se segue:

Nascer e viver com dignidade nos 26 Estados do País e no Distrito Federal está cada dia mais difícil. O 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil aponta que aumentaram as chances de o brasileiro ter os direitos violados desde o nascimento. O documento, divulgado ontem, foi organizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e pela Comissão Teotônio Vilela. Os dados, que levam em conta o período de 2002 a 2005, revelam amplos abusos em diferentes grupos em todas as fases da vida. Começa ao nascer, abrange a criança, o jovem, o adulto e o idoso, além de minorias, como índios e negros (Manso, 16/mar./2007, p. 4).

Entendemos que as pesquisas e a análise de seus resultados é muito importante, mas precisamos diante desses fatos desenvolver um processo educativo, buscando despertar a consciência das pessoas sobre as conseqüências da infração legal. Não basta apenas existir. A Lei para o ser cumprida é necessário que as pessoas tenham acesso aos serviços para que todos possam acatá-las. Em relação à pesquisa publicada, seria muito importante verificar como estava a situação do registro das crianças antes de 1990, ou seja, antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A jornalista Légie Albuquerque, ao discutir os resultados da pesquisa da USP, faz uma consideração importante e mais coerente. Após apresentar que uma pessoa só é reconhecida legalmente quando é efetuado o seu devido registro de nascimento, comenta que as famílias que por motivos diversos não registram suas crianças são justamente as que permanecem excluídas por não terem acesso aos programas nacionais de transferência de renda, além da educação escolar, conforme pode ser observado na citação abaixo:

O estudo mostra que a violação dos direitos humanos no Brasil começa no berço. Quatro em cada dez recém-nascidos no Amazonas não são registrados - o maior índice do País. Quando o governo não reconhece legalmente a existência da criança, ela não se beneficia de políticas públicas. O sub-registro é um problema que atinge 16% dos bebês brasileiros, no geral (Albuquerque, 16/mar./2007, p. 4).

Diante desta triste realidade brasileira, identificada pelos pesquisadores da USP, pode se intuir que os dados sobre os índices de natalidade e de mortalidade oficiais não são inteiramente confiáveis. Seguindo esse raciocínio é fácil imaginar quantas crianças nasceram e morreram ao longo dos mais de quinhentos anos de história neste vasto Território Nacional, sem serem registradas e que, portanto, legalmente jamais existiram.

É importante ressaltar que o conceito de filiação passou a ser reconhecido como direito humano após a aprovação da atual Constituição Federal em 1988. Para assegurar esse direito às crianças é necessário que os pais, em primeira instância, assumam seus deveres e obrigações para com os filhos. O direito de filiação no formato atual, ainda se apresenta como

algo novo na sociedade brasileira, pois muitos desconhecem ou não respeitam, neste aspecto, as leis vigentes, até que elas se façam cumprir por meio de ações judiciais.

Lembramos ainda que o racionalismo legal é incapaz e ineficiente diante dos múltiplos sentimentos que são inerentes aos seres humanos. Para fomentar a transformação da sociedade nos restam ainda os ideais utópicos da educação em busca de uma nova cultura de proteção materna infantil.

4.3. A QUESTÃO DOS VÍNCULOS E A FAMÍLIA CONSIDERADA POBRE

Gostaríamos de esclarecer que nesta fase da pesquisa bibliográfica nos apoiamos principalmente na tese de doutorado de Cíntia Sarti (2005) devido à riqueza de detalhes que ela nos fornece. Lembramos que a autora abordou a questão da pobreza a retratando em sua essência. Como compartilhamos de suas idéias nos reservamos o direito de tratar a questão da pobreza reproduzindo algumas expressões que podem causar estranheza aos olhos daqueles que ainda não estão familiarizados com esse tema. Entendemos que os conceitos aqui introduzidos serão fundamentais para o aprimoramento do Programa Acalento, pois sua intenção educativa é voltada à família em situação de risco e vulnerabilidade social, sendo que a sua eficácia depende do embasamento teórico para compreensão da realidade vivida pela família considerada pobre. Encontramos na obra (op. cit.) reflexões valiosas que colaboraram significativamente para o entendimento da situação de pobreza. A referida autora fez uma extensa pesquisa sobre cotidiano das famílias pobres na periferia de São Paulo e com essa obra ela oferece grande contribuição no sentido do conhecimento da cultura das pessoas que vivem em condições de pobreza.

A compreensão dos valores, preconceitos, das lutas diárias e frustrações enfim, apresenta a realidade e a condição de sobrevivência daquela determinada comunidade. Sarti

nos dá ainda a oportunidade de conhecermos não apenas experiências tristes, mas relata os momentos alegres, com muita união e muito afeto, além da elevada capacidade de adaptação e sobrevivência. Desta forma concluímos que são vários aspectos que podem ser analisados sobre a realidade da vida das famílias pobres, no entanto vamos fazer algumas considerações sobre aquilo que mais se aproxima do nosso interesse destacando em especial o afeto e o vínculo familiar.

A referida autora destaca o papel da solidariedade entre as pessoas pobres, principalmente nos momentos de crise, como a morte de um membro da família ou de separação do casal. Em sua pesquisa a autora evidencia que as relações conjugais são bastante instáveis, sendo que as mães freqüentemente retornam para a casa dos pais para garantir a sobrevivência dos filhos (op.cit.): “A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social” (p.52 - 53).

A seguir a pesquisadora (op. cit.) introduz o conceito de rede familiar como uma importante estratégia de sobrevivência da classe pobre: “A família ultrapassa os limites da casa, envolvendo a rede de parentesco mais ampla[...]” (p.65). Os arranjos familiares acabam acontecendo em torno de uma pessoa, que seria a figura aglutinadora. Estes arranjos são necessários para a preservação da vida, em que as obrigações morais são as bases fundamentais do grupo e estruturam sua vida.

As relações sociais se ampliam formando uma rede além da família estendendo-se para a vizinhança. A autora referenda que esta relação se apóia no aspecto afetivo (op.cit): “A família para os pobres, associa-se àqueles em quem se podem confiar” (p.85). Nesse aspecto o conceito de família é ampliado, sendo entendida como um núcleo afetivo que vai além dos laços de consangüinidade, se vinculando por meio da afetividade e da identificação solidária, ampliando sua rede de proteção.

Portanto, para assegurar a sobrevivência, as famílias vão naturalmente se associando a uma rede informal de proteção comunitária, agindo de forma solidária umas com as outras nos momentos de crises econômicas ou nas dificuldades relacionadas com a saúde.

A respeito da identificação das redes sociais, consideramos importante citar Sluzki (1977) que neste livro destaca que o trabalho em rede teve início nos programas da Psiquiatria Comunitária do pós-guerra nos anos 1950. Essa prática acabou se consagrando como recurso para desinstitucionalizar pacientes psiquiátricos, permitindo-lhes o retorno à sua família de origem, contando com o auxílio de parentes e amigos, formando assim uma rede social de apoio.

O trabalho com redes sociais se expandiu além dos grupos terapêuticos e hoje está presente em muitos níveis de atuação, tais como instituições, grupos formais e comunitários. Cabe lembrar que nas comunidades carentes a rede social se forma de maneira espontânea, para garantir a sobrevivência nos momentos mais críticos. Por outro lado ao se buscar meios de proteção infantil, o Estado tem reconhecido a importância dessas redes informais como um mecanismo eficaz para a superação das necessidades, evitando intervenções drásticas as quais podem romper os vínculos familiares trazendo conseqüências devastadoras para as crianças e para a sociedade.

Ao observar esta relação percebemos que a família acaba agindo como um subsistema sócio-cultural aberto, estando em constante interação com os outros sistemas que a cercam, tais como: a comunidade, a igreja, associações e a escola, dentre outros, numa interdependência social.

Uma importante mudança na estrutura familiar ocorre com a chegada de uma criança, mudando inclusive os papéis sociais que cada um ocupava anteriormente. Os filhos se tornam pais, os pais se tornam avós, os irmãos se tornam tios, enfim depois de um nascimento os

papéis sociais já não serão mais os mesmos de antes, sendo que cada um passará a assumir novas funções junto da sociedade e do grupo familiar.

Além do grupo se reorganizar, surge novas expectativas, novos planos, entretanto, não se deve perder de vistas as novas responsabilidades e exigências para garantir a sobrevivência do novo membro familiar. As novas funções, no entanto, variam de acordo com os padrões culturais em cada grupo social, tendo em comum muitas vezes apenas os cuidados primários com higiene e alimentação para a sobrevivência do bebê.

Para compreendermos melhor a família contemporânea se faz necessário dar a palavra novamente para Sarti in Carvalho (2000) cujo artigo adverte que “os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos” (p.44).

Quando a criança nasce em uma família, ela acaba sendo acolhida e educada de acordo com seus valores e padrões culturais, assim os paradigmas e preconceitos vão sendo transmitidos de geração a geração. Quando não se consegue viver de acordo com a família idealizada, vão sendo constituídos novos arranjos familiares, conseqüentemente surgem também novos problemas de identidade da família em relação aos padrões sociais.

Um aspecto freqüente nas famílias de classe média e baixa é a ocorrência da gravidez precoce, sendo que quando a criança nasce a mãe adolescente tem dificuldades para assumir as suas responsabilidades de mãe, transferindo na maioria das vezes os cuidados da criança para as avós ou para terceiros.

A adolescente pobre por sua vez necessita da reciprocidade familiar para cuidar de seu filho. É freqüente encontrar o apoio familiar logo após o nascimento da criança, mas à medida que a criança vai crescendo ela acaba perdendo a atenção e os cuidados tão necessários para o desenvolvimento saudável.

Segundo Sarti in Carvalho (op. cit) essas dificuldades estão muito presentes nas famílias as quais se encontram num processo de reorganização, em que ela considera que os papéis não estão mais claramente definidos: “O problema da nossa época é, então, o de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares” (p.43).

A compatibilidade de papéis também se verifica no campo afetivo, pois com o final de sucessivos relacionamentos que podem gerar filhos, o responsável pela família, ao assumir uma nova relação com outro parceiro, é obrigado a assumir novos papéis passando a conviver com um número maior de pessoas pertencentes à nova família. Essa dinâmica de mudança temporária de papéis é comum na nossa sociedade como um todo, porém sua incidência nas classes pobres ainda é mais marcante, pois é comum encontrar mulheres assumindo o papel de responsável pela manutenção familiar, cuja família é constituída por filhos de uniões com parceiros diferentes. A mulher acaba ficando com o encargo de prover e educar os filhos, pois os homens raramente possuem uma renda fixa para continuar suprimindo as necessidades dos filhos. O homem se sente livre partindo assim para um novo relacionamento, formando conseqüentemente um novo grupo familiar, dessa forma, aqueles que ficaram precisam encontrar meios para sobreviver Sarti in Carvalho (2000).

Ao analisar a questão anterior e tentar avaliar a situação vivida pela família pobre é importante recorrer a um conceito de Ferrari e Kaloustian (2005) que alerta àqueles que se propõem analisar o sentido da pobreza, vivendo fora dela: “A pobreza é um problema para quem vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanentemente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, cada palavra ouvida” (p.12).

O desenvolvimento econômico e a industrialização têm contribuído significativamente para aumentar as desigualdades sociais no Brasil, as classes pobres e marginalizadas acabaram se concentrando nas periferias das grandes cidades, sobrevivendo muitas vezes em

condições desumanas e precárias. O ECA procura garantir a proteção dos direitos das famílias pobres incluindo o artigo 23: “A falta ou a carência de recursos materiais não constituem motivo para a perda ou suspensão do Pátrio Poder”.

É importante ressaltar que de acordo com esse artigo não temos o direito de defender o afastamento das crianças pobres de seus pais biológicos só porque a família vive em condições precárias ou até miseráveis. Cabe lembrar que o amor e o afeto também estão presentes na pobreza, portanto, criança pobre nem sempre é sinônimo de criança abandonada.

Se o artigo acima mencionado fosse respeitado, nenhuma família pobre poderia sofrer a suspensão ou a perda do Poder Familiar apenas por causa da pobreza. É importante considerar, no entanto, que o sistema capitalista contribui com o aumento da pobreza, dentre outros graves problemas sociais, dos quais destacamos a dependência química, negligência e abandono. Infelizmente esses três últimos aspectos estão frequentemente associados com a situação de pobreza, sendo que no Estatuto da Criança estes motivos são determinantes para justificar o afastamento das crianças de suas famílias.

Como dito, Sarti (2005) constatou na sua pesquisa que os pobres possuem vínculos muito fortes, sendo que são estes vínculos que garantem sua sobrevivência. Por meio da ajuda mútua o grupo familiar consegue se manter unido. Mas é importante ressaltar que as famílias, apesar de seu amor, necessitam do auxílio do Estado e da sociedade, para superar a situação de risco, para poder oferecer o mínimo necessário garantindo a sobrevivência de seus filhos.

O estado degradante da miséria é constantemente confundido com negligência, principalmente quando se trata de questões relacionadas à criança. O ECA procura ir além da proteção dos direitos das crianças, preocupando-se com a preservação dos vínculos familiares, mas contraditoriamente essa mesma legislação penaliza a família que não consegue manter seus filhos menores matriculados nas escolas públicas, prescrevendo a suspensão do Poder Familiar.

Nesse aspecto percebe-se que a legislação brasileira está bastante avançada, mas por outro lado as elites e as classes sociais mais privilegiadas economicamente ainda não são capazes de entender e interpretar as leis, no sentido de assumir suas responsabilidades como parte integrante de uma mesma sociedade. É necessário discutir amplamente as questões sociais visando à compreensão de que a população empobrecida não é responsável pela situação em que se encontra, mas é vítima do sistema econômico vigente. Antes de buscar a aplicação de determinada lei é necessário buscar o entendimento das dificuldades e das dores das classes pobres. Por outro lado é importante acrescentar que a classe pobre possui seus próprios valores e tem dificuldade em assimilar e aceitar os valores das classes superiores, as quais promulgaram as leis muitas vezes sem entender a cultura daqueles os quais elas serão aplicadas.

Cabe lembrar que os processos de educação das crianças nas famílias pobres reproduzem as experiências passadas, sendo que os pais procuram educar seus filhos da maneira que eles próprios foram educados. Os métodos utilizados podem se basear no uso da coerção, sendo que os conceitos sobre o que é certo ou errado na educação de seus filhos foram transmitidos pelo convívio social.

O ECA ainda é muito recente e ainda não foi suficientemente divulgado nas classes empobrecidas. Cabe ressaltar que antes de se fazer uma intervenção nas relações familiares, não se pode ignorar sua história, suas dores e seus sentimentos. A realidade brasileira mostra que a família pobre, além de lutar para satisfazer as suas necessidades básicas, está continuamente sendo violentada, vivendo à margem da sociedade e além de tudo disso, correndo o risco de perder seus filhos.

Como já foi observado anteriormente, apesar do ECA determinar que legalmente a pobreza não constitui motivo para afastamento das crianças de sua família, quando se visita um abrigo se constata que a grande maioria das crianças abrigadas é oriunda das classes

pobres. Nesse aspecto é importante observar que a família considerada pobre está mais exposta, ao passo que as violações de direitos dentro das classes sociais mais elevadas permanecem escondidas, enquanto que as falhas das famílias empobrecidas são mais visibilizadas.

Infelizmente percebe-se que o Estado, ao abrigar uma criança, não está em geral cumprindo seu papel de proteção familiar, no sentido de fortalecer os vínculos por meio da convivência familiar. É importante lembrar que o fato de abrigar uma criança, baseando-se no fundamento de proteção, culmina na violação de seu direito de continuar convivendo com sua família e sua comunidade, forçando a conviver com pessoas estranhas, na instituição onde foi abrigada.

É importante destacar que as famílias que tiveram a guarda de seus filhos suspensa temporariamente raramente são incluídas em programas educativos, por falta de recursos do Poder Público ou por falta de interesses da própria sociedade, a qual se sensibiliza pelos problemas da infância mantendo abrigos, mas por outro lado também se esquece de cuidar da família de origem dos abrigados.

Para a família que sofreu a suspensão da guarda, o Estado apenas oferece a justiça gratuita dando condições para os pais reivindicarem o direito de ter seus filhos de volta. No entanto, infelizmente quando a criança retorna após longos meses e às vezes até anos de afastamento, encontra a sua família na mesma situação na qual ela saiu.

Ao se discutir o tema família, deve se buscar uma fundamentação mais ampla. É preciso olhar além dos modelos idealizados pela nossa sociedade, devendo se levar em conta as múltiplas constituições existentes, respeitando os valores e padrões característicos dos grupos sociais. Deve se considerar que o grupo familiar pode ser constituído de várias formas: natural, adotivo, monoparental, dentre outras, sendo que o mais importante é a qualidade das

relações entre seus membros Bilac in Carvalho (2000) nos traz uma importante reflexão ao questionar: [...] “o que seria mais importante: a filiação ou a aliança?” (p. 36).

Esse questionamento é importante para reforçar o novo conceito de família contemporânea, a qual se sustenta pela relação afetiva entre seus membros. Os atores sociais precisam eliminar seus preconceitos para efetivamente contribuir com o desenvolvimento humano respeitando as suas diferenças e peculiaridades familiares.

5. A POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O processo de redemocratização da década de 1980 foi responsável pela promulgação da atual Constituição Federal aprovada em 1988, denominada Constituição Cidadã. Cabe lembrar que ainda hoje a sociedade brasileira caminha num processo lento de conquista da tão sonhada cidadania, a qual defende a igualdade de direitos diante da lei, liberdade de expressão e a participação popular referente à tomada de decisão do Estado. Nesse sentido os movimentos sociais ofereceram uma grande contribuição quando expressaram a opinião de determinados segmentos da população. A participação popular também é representada por meio dos conselhos deliberativos, constituindo no Brasil um novo modelo ético-político, em busca da democracia pautada na equidade social (PNAS, 2004).

Martins in Park (2007) contribui com nossa pesquisa quando sintetiza a questão da cidadania no âmbito da participação, como pode ser observado na citação abaixo:

A participação cidadã não é uma abstrata vontade ou consciência, mas práxis que procura superar os problemas sociais, como a ausência de bens materiais simbólicos e sociais. Eles poderão ser conquistados se os indivíduos apossarem-se de direitos e lutarem pela sua execução. Daí que cidadania implica a conquista da igualdade [...] (p. 84).

A reflexão do autor oferece subsídios para fazermos uma nova leitura crítica das conquistas sociais considerando que a atual Política Nacional da Assistência Social prioriza a inserção do indivíduo como sujeito, considerando que ele está apto ao exercício da cidadania,

partindo do pressuposto básico que esse sujeito já tem seus direitos sociais assegurados pela força da Lei Soberana.

No entanto, sabemos que o sistema capitalista na sua prática não oferece condições para a participação, uma vez que coloca muitos indivíduos à margem da sociedade. Portanto, podemos afirmar que o conceito de cidadania não se esgota na dimensão político-participativo, ela é caracterizada como um fenômeno de cunho emancipatório composto, pois, para atingir os objetivos propostos, a sociedade precisa do suporte econômico produtivo, complementado pela participação.

Podemos considerar que a emancipação é alcançada quando o indivíduo se torna capaz de desenvolver e efetivar seu projeto de vida autônomo, sem ter necessidade de ser assistido por terceiros (Habermas, set./1987). Para avaliar este desenvolvimento pessoal, o parâmetro estabelecido na LOAS¹⁴ toma como referência principal a questão econômica relacionando ao trabalho. Esta avaliação sócio-econômica foi agrupada nos três indicadores: renda per capita, alfabetização e expectativa de vida.

A conquista da cidadania passou a ser pensada como um fator de inclusão social, cabendo ao Estado o papel de desenvolver as políticas de proteção social, identificando desvios e se tornando o responsável pela assistência com cunho emancipatório.

Curiosamente as causas da exclusão devem ser identificadas no próprio pobre, sendo que a sociedade brasileira acabou assumindo os custos dos programas de assistência pública, taxada com encargos cada vez maiores. A pobreza torna-se um problema da sociedade, enquanto que o Estado ao assumir a assistência social como uma função sua, coloca-a como uma política social. Desta forma a LOAS foi promulgada com o objetivo de regularizar a Assistência Social em todo Brasil, por meio de um conjunto de idéias e nova concepção de direitos.

¹⁴ Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, promulgada em 7 de dezembro de 1993.

Não podemos negar, no entanto, que a LOAS trouxe uma nova forma de abordar a questão da assistência, a qual historicamente foi concebida com a visão de caridade, passando enfim a ser apresentada como política social. É oportuno lembrarmos, no entanto, que a Constituição de 1988 introduziu um novo conceito de seguridade social, ao considerar que o cidadão tem direitos não contributivos à saúde, previdência e assistência social.

Contraditoriamente observamos que a assistência da forma que foi implantada é executada como prática temporária, partindo do pressuposto de que as famílias, após um período recebendo a transferência de renda, sendo sujeitas das ações sócio educativas, tornam-se capazes de se integrarem ao processo produtivo, saindo da situação de pobreza ao se tornarem produtiva.

A política social vigente defende os direitos sociais dos excluídos, os quais são apresentados como mínimos sociais, desta forma ela se diferencia das outras políticas governamentais, ou seja, a política de saúde e educação que definem direitos permanentes comuns a todo cidadão brasileiro.

Mesmo assim, no meio de tantas contradições, a LOAS ainda é capaz de apresentar um caráter inovador ao buscar promover a assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Ela também contempla a garantia da universalização dos direitos sociais. Desta forma introduz o conceito de “mínimos sociais”, garantindo o Benefício de Prestação Continuada a todos aqueles que comprovadamente dele necessitam. Porém, é oportuno lembrar que a pobreza e a miséria não se resolvem com um conjunto de benefícios ou somente com programas governamentais. Entendemos, no entanto, que para mudar esta realidade, em primeiro lugar o Estado deveria adotar uma política de melhor distribuição de emprego e renda, oferecendo trabalho para aqueles que estão desempregados, além de desenvolver melhor a política de acesso a educação.

Tal proposta implica na participação real da sociedade civil organizada e do poder público, tornando-a uma alternativa viável para se alcançar a promoção individual e coletiva. Neste momento, que ainda pode ser considerado de transição democrática, cabe desenvolver um projeto efetivo pautado no respeito e na ética, capaz de construir o conhecimento e promover a sociedade em busca de uma cultura, além de solidária, responsável e comprometida com o desenvolvimento infantil (PNAS, 2004).

A atual Política Nacional da Assistência Social (PNAS), ao implantar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em todo território nacional, apesar de considerar as disparidades sociais, vem propondo ações isoladas e paliativas, mas não se pode negar o destaque dado à educação. Ela exige que todo município desenvolva ações educativas, direcionada à população referenciada regionalmente. A população inscrita nos programas de transferência de renda do governo federal é classificada como aquela que vive em situação de risco e vulnerabilidade social, sendo que no período que recebe a assistência deve ser sujeita da chamada ação educativa.

Observamos, no entanto, que as ações sociais propostas para desenvolver a população considerada em situação de risco são coordenadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), estando concentradas na área da assistência social, são ideologicamente defendidas e mantidas com verbas da assistência. As práticas educativas direcionadas aos membros das famílias referenciadas estão sendo apresentadas como processos de inclusão social, em busca da conquista da cidadania, desejando tornar o indivíduo capaz de superar a pobreza em curto prazo, oferecendo-lhe a transferência de renda mínima e a chamada qualificação profissional, por meio dos cursos de capacitação, sob a responsabilidade da área da assistência social.

As ações sócio-educativas são atribuídas aos assistentes sociais e psicólogos, os quais devem seguir as normas operacionais impostas pelo Governo Federal. Contraditoriamente para se executar esse tipo de trabalho não está sendo exigido qualquer tipo de especialização,

portanto, esta proposta educativa tão complexa acaba perdendo seu sentido transformador por falta de conhecimento técnico especializado na área da educação. Essas ações no Brasil estão sendo desenvolvidas em instituições públicas municipais, sendo que os municípios podem estabelecer parcerias com a iniciativa privada bastando para isso ter a aprovação dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e Adolescente ou da Assistência Social (PNAS, 2004). Cabe acrescentar que o compromisso com o processo educativo ainda está condicionado à visão do gestor público municipal.

Podemos tomar como exemplo o município de Salto – SP em que essa nova prática educativa, proposta para a área da assistência social, ainda não conseguiu estabelecer relações com a educação formal e com a área da saúde. Para entendermos esse delicado processo faz-se necessário retomar o conceito de que o Brasil ainda vive um processo de redemocratização, tentando redefinir suas políticas públicas (PNAS, 2004).

Ainda na busca da compreensão do significado da cidadania, seria importante relembrar o que institui a Constituição Federal em seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, a igualdade, à segurança e a propriedade [...]”.

A igualdade perante a lei propõe que a ela será aplicada independente da condição social em que o cidadão vive. Sendo que a garantia dos direitos à vida, à liberdade e à segurança indicam que o Estado passou a assumir a responsabilidade de tutelar os cidadãos. Inevitavelmente, a manutenção da ordem social, apesar da aparência democrática, ainda segue o princípio do positivismo assumindo apenas a função do controle social (Heller, 2002).

Podemos afirmar que a implantação do SUAS em todo território nacional, que teve como marco o final do ano de 2005, trata-se de mais um mecanismos de manutenção da

ordem social, em que são propostos diversos programas centrados na família, seguindo o princípio da equidade social, ao privilegiar os mais necessitados.

De acordo com esse novo modelo, os municípios foram mapeados e divididos, tomando como referência o grau de risco e vulnerabilidade social das famílias. Inicialmente com o propósito de atender grupos de até cinco mil famílias referenciadas, foram implantados os Centros Regionais de Assistência Social (CRAS¹⁵), cujo objetivo principal é desenvolver a promoção social familiar, por meio da profissionalização que deve capacitar os indivíduos para geração de renda. Não se nega a assistência social, no entanto, ela é prestada em caráter emergencial, sendo que as unidades de atendimento, também buscam estimular a participação no lazer e valorizar a cultura regional. Nos CRAS são atendidas obrigatoriamente famílias incluídas nos programas nacionais e estaduais de transferência de renda, no entanto, suas atividades estão abertas para participação de toda a comunidade.

5.1. A QUESTÃO FAMILIAR NA POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional da Assistência Social tem como foco principal a família, estimulando a convivência dentro de suas comunidades. Seus programas visam a despertar a solidariedade e a cooperação comunitária, procurando desenvolver a rede solidária de serviços assistenciais. Essa política se fundamenta nos princípios da LOAS, que afirma em seu artigo 1º: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um

¹⁵ Centro Regional de Assistência Social - são espaços públicos mantidos pelos Municípios, que recebem mensalmente repasse de verba do Governo Federal para o pagamento de despesas com a manutenção dos programas específicos de educação e profissionalização. O município é responsável pela construção e manutenção do espaço físico, além do pagamento dos servidores públicos.

conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Para atender o referido artigo, o Estado implantou o BPC¹⁶, garantindo um salário mínimo para as pessoas idosas, deficientes físicos e deficientes mentais, cuja renda familiar não ultrapassa ¼ do salário mínimo. Cabe salientar que esse benefício é assegurado àqueles que nunca contribuíram com a Previdência Social, e, após a aprovação da LOAS, o benefício passou a ser mantido com verbas destinadas à Assistência Social.

A seguir foram instituídos diversos programas, atualmente reunidos na denominada Bolsa Família, em que, por meio da transferência de renda mínima, busca-se garantir a sobrevivência e a convivência familiar, pois os usuários não são mais cadastrados individualmente, eles têm que “pertencer” a uma família. Teoricamente estas famílias, num período pré-determinado, recebem o benefício que pode atingir R\$ 90,00 devendo ser preparados para sua reinserção no mercado produtivo por meio de sua inclusão nos programas de qualificação profissional, os quais se apresentam como capazes de tornar seus membros cidadãos emancipados e independentes financeiramente. As diretrizes políticas da assistência buscam a integração familiar, pois ao adotar a família como referência para inclusão no programa de transferência de renda, não se concede o benefício ao indivíduo isolado.

O estudo social inclui todos os membros da família, analisando a participação financeira no estabelecimento da renda per capita familiar (PNAS, 2004). Desta forma a assistência social se fundamenta na LOAS que destaca no artigo 2º “A assistência social tem por objetivos: I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice”. Essa exigência visa assegurar a convivência familiar e comunitária, reconhecendo a importância da família para o desenvolvimento individual e social.

¹⁶ Benefício de Progressão Continuada.

A população denominada outrora “carente”, a partir deste modelo, passou a ser considerada como aquela que vive em situação de risco e vulnerabilidade social devendo, portanto, ser atendida em suas necessidades básicas e sociais. Difunde-se a idéia de que a pobreza é uma situação transitória, não definitiva. A idéia de carência ou de necessitado também não é mais aceita, partindo do princípio que suas necessidades já foram supridas por meio da transferência de renda mínima.

O Estado por meio da atual política de assistência social passou a assumir o papel de provedor e de protetor, estabelecendo os critérios de concessão de benefícios. Transfere aos municípios a responsabilidade técnica das avaliações sócio-econômicas, com objetivo de identificar a condição de vida dos grupos familiares. As famílias incluídas nos programas de transferência de renda passam a ser sujeitos das ações sócio-educativas. Desta forma é difundida a idéia de promoção social, mascarando o assistencialismo sob o título de transferência de renda.

Os serviços de proteção social básicos são executados nos CRAS, sendo que sua equipe multidisciplinar deve atuar junto às famílias no contexto comunitário. As orientações técnicas são direcionadas no sentido de fortalecer os vínculos e a convivência familiar e social.

Cabe destacar, porém, que esse modelo tem sido apresentado como mais uma proposta messiânica redentora, capaz de resolver as questões sociais. Percebemos, por meio desta análise crítica, que o atual modelo nasceu carregado da ideologia dominante, ao considerar-se capaz de resolver a questão social, sendo que a principal preocupação do Estado deveria ser a busca da justiça social, a caminho da sonhada democracia, tendo em vista que as diferenças de classes sociais sempre vão estar presentes na sociedade capitalista (Heller, 2005).

Precisamos ressaltar que a Política Nacional de Assistência Social ainda não oferece todos os elementos necessários para fazermos uma avaliação conclusiva sobre sua eficácia.

Partimos do princípio que sua implantação ainda é recente e não dispomos do resultado de pesquisas abrangentes no Território Nacional.

Sob o ponto de vista legal nossa pesquisa avalia que a sociedade brasileira está devidamente amparada no que se refere à legislação familiar, pois todos os aspectos de proteção foram contemplados. Verificamos que, na prática, essas questões estão muito longe de serem atendidas, pois ainda temos que conviver com altas taxas de mortalidade infantil, situações extremas de maus tratos, negligência e abandono de crianças.

Neste aspecto podemos afirmar que a Política Nacional ainda não atingiu o êxito esperado, já que ainda se faz necessário desenvolver programas específicos que sejam capazes de assegurar a convivência familiar no início da vida das crianças. Precisamos resgatar o valor do ser humano, para que ele se torne capaz de enxergar a fragilidade da criança, e, ao tomar consciência, seja mobilizado a protegê-la, resguardando-a enquanto sujeito de direitos sociais. Se conseguirmos atingir esses objetivos, estaremos contribuindo para transformar a sociedade, executando a verdadeira essência da educação.

Apesar das contradições sociais em que vivemos ainda encontramos nas práticas educativas a esperança de que poderemos praticar a justiça social, visando minimizar o sofrimento daqueles que ainda não conseguem defender seus próprios direitos. Acreditando que, oferecendo informações, o ser humano terá melhores condições de mudar seus conceitos e proteger aquele que gerou. Essas transformações podem ocorrer ao construírem-se as ações educativas familiares, direcionadas inicialmente às mães, no sentido de orientá-las sobre o direito que seus filhos têm de serem amamentados, imunizados e registrados, assim, as crianças serão devidamente cuidadas, protegidas e amadas, fornecendo-lhes condições de crescerem e se desenvolverem no ambiente familiar natural em busca da transformação da sociedade brasileira. Legitimamos o conceito expresso no texto constitucional -“família, a base da sociedade”- apoiamo-nos na educação com o objetivo de transformar velhos conceitos

em novas práticas de convívio familiar de acordo com as exigências contemporâneas. Para tanto, no capítulo seguinte, nos propomos a pesquisar uma alternativa educativa que possa fundamentar nossa intervenção.

CAPÍTULO III

PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO

Para buscar maior clareza às questões que envolvem o campo de atuação da educação, faz-se necessário ainda conhecer alguns aspectos da educação na sociedade moderna. Groppo (2006) contribui ao discutir a visão de educação de Durkheim, o qual atribui que a educação institucionalizada foi concebida quando a família nuclear burguesa já não tinha mais condições de garantir por si só a educação moral de seus membros. A escola seria a nova instituição por meio da qual o indivíduo ficaria submisso, aprendendo as leis morais necessárias para o convívio social. De acordo com essa visão, a escola foi idealizada desde seu início como um mecanismo de controle social.

Já após a Segunda Guerra Mundial, alguns pensadores conceberam a escola como um instrumento necessário para restabelecer a ordem social em busca de superar ou evitar os excessos cometidos contra os seres humanos. A Europa necessitava, naquele momento, restabelecer a paz e esquecer as barbáries cometidas, tais como o Holocausto. Em busca da paz desejada foi amplamente difundida na comunidade européia a necessidade de se concretizar o “Estado de Bem-Estar Social”. Visando a atingir esse objetivo os países da Europa contavam não apenas com a escola, mas com o auxílio de grupos comunitários que difundiam as novas idéias, além da educação moral para jovens e adultos, os quais não tinham acesso à escola formal.

Continuando a análise (op. cit.) foi citado que Adorno, um dos grandes membros da Escola Frankfurt, pensa a educação para a cultura no sentido de desenvolver a autoconsciência. Adorno fez sérias críticas sobre os rumos que a educação estava tomando, a qual estava se colocando a serviço do poder econômico. Apesar de Adorno reconhecer que a escola exerce seu papel como socializadora e adaptadora, defende que a educação não deve moldar os indivíduos aos interesses do sistema econômico.

Adorno pensa a educação como uma ação libertadora, que seja capaz de tornar o indivíduo consciente da realidade social onde ele está inserido, despertando por meio deste conhecimento sua consciência crítica, resultando na emancipação e, conseqüentemente, trazendo mudanças na sociedade. Nesta perspectiva a educação age como instrumento capaz de articular as informações e que ao transformá-las em conhecimento consegue fazer a mediação entre o homem e a realidade da sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento.

Nesse estudo Durkheim, destacado como um dos grandes nomes da sociologia, considera que a educação tem a função de integrar o indivíduo na sociedade, levando em conta que o ser humano torna-se social por meio dela. Por outro lado, os estudiosos da Escola Frankfurt, especialmente Marcuse, Adorno e Horkheimer, ao analisarem a sociedade industrial, constataram que os seres humanos após a industrialização tornaram-se mais individualistas e que a distorcida divisão do trabalho e a automação industrial acabam alienando o indivíduo do seu próprio grupo. A alta competitividade no mercado de trabalho do sistema capitalista cria um ambiente de desconfiança. Pode se considerar que o homem ao se isolar, fragmenta-se, perdendo a dimensão do pensamento social, deixando assim de ser sujeito coletivo com direitos.

Todo esse processo de mudança teve início na Europa, sendo que a Inglaterra, desde o século XVII já buscava mudar seu sistema de produção industrial. No entanto, foi a partir do século XVIII, que essas mudanças se efetivaram.

A mecanização, como um sistema produtivo, foi concebida ideologicamente como facilitadora do trabalho humano, no entanto, esse processo aliado ao poder econômico, acabou consolidando o sistema capitalista que tomou conta do mundo, gerando as desigualdades e a exclusão social que hoje observamos nos países capitalistas (Groppo, 2006).

Não se pode negar que o crescimento econômico é importante para o desenvolvimento humano, no entanto, seu processo exacerbado acaba gerando graves problemas sociais conforme Araújo (2006) destaca:

A exclusão social estabelece-se, em sua principal vertente, a partir da redução da necessidade do trabalho humano no incremento e aumento da produção, pois as mudanças no processo econômico e a inovação tecnológica reduzem a necessidade de mão-de-obra intensiva (p.20).

Acompanhando as exigências econômicas, a partir da Revolução Industrial, a educação sofreu grandes transformações e acabou se colocando a serviço da produção, passando a priorizar a formação do homem primeiramente para o trabalho, deixando a formação moral em segundo plano. Conseqüentemente, estas mudanças afetaram o relacionamento do homem em sociedade, pois este, ao assimilar o valor do sistema capitalista, colocou o ter em primeiro lugar, em detrimento das relações sociais. Desta forma a educação passou a assumir também o papel excludente, pois para se conseguir ascensão social, o homem teria que estar capacitado para o processo de produção. A graduação escolar, se vista nessa perspectiva, seria determinante para o reconhecimento profissional, apresentando a promessa de um futuro garantido.

O sistema de educação mudou seu enfoque ao procurar adequar-se ao sistema capitalista, priorizando a formação técnica, e acabou deixando de lado os relacionamentos afetivos e pessoais. O poder econômico mudou também o relacionamento familiar, pois a mulher, ao se inserir no mercado de trabalho, acabou transferindo a responsabilidade da educação de seus filhos para as entidades escolares, as quais foram concebidas sob o controle do Estado. A escolarização pública e gratuita passou a ser teoricamente um direito do cidadão e dever do Estado, no entanto, assistimos a precarização do ensino por meio da sua privatização, além da crescente abertura dos cursos superior à distância como mercadoria barata.

Observarmos que hoje o Estado, ao reproduzir a política neoliberal, acaba sendo um dos grandes responsáveis pelas desigualdades sociais, furtando-se de assumir a educação como um direito de todo cidadão. Para compensar essa realidade e minimizar os conflitos, são difundidos vários programas sociais devolvendo as responsabilidades para a família, fazendo com que ela seja enxergada como a grande vilã da história, quando não conseguiu garantir à saúde, a educação e o bem estar de seus membros de acordo com as expectativas da nossa sociedade.

Para validar nossa argumentação observe o que diz o economista norte-americano James Heckman, prêmio Nobel de Economia (2000) sobre o assunto: “O principal fator da pobreza, e tenho certeza que isto deve ser ainda mais verdadeiro no caso do Brasil, são as diferenças nos ambientes familiares e a influência disto no desempenho educacional” (apud UNICEF, 2005, p.67).

Não se pode esquecer, no entanto, que no início do século XX a indústria supera a mecanização original, instaurando a fase da automatização moderna, seguida da aquisição da alta tecnologia. Para atender à nova demanda industrial era necessário capacitar o homem. Nesta perspectiva a educação não-formal, surgiu a princípio como uma tentativa de profissionalização rápida, pois dentre outras exigências as indústrias precisavam de profissionais habilitados para seus serviços. A dificuldade para se encontrar tais profissionais se deu pela lentidão que permeia a formação oferecida pelas escolas formais, que já não conseguiam acompanhar a velocidade com que ocorriam mudanças e atualizações no mercado profissional, ao passo que a educação não-formal oferecia uma resposta imediata e econômica suprimindo as necessidades.

A industrialização pode ser considerada fonte de riqueza, mas contraditoriamente ela também é responsável pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Pois foi a industrialização que ocasionou a crescente migração para os grandes centros, deslocando as

pessoas da zona rural para a periferia dos grandes centros. A sociedade desde então procura uma forma de se reorganizar, sendo que o maior desafio é buscar novas alternativas para garantir a sobrevivência.

A educação escolar obrigatória assume o papel de controladora das tensões sociais, e, por exemplo, ao oferecer merenda nas escolas públicas ela se torna atrativa para as classes populares. Ocorre que muitas crianças são matriculadas não com o compromisso de passarem por um processo de aprendizagem necessário para o bom convívio social, mas com a finalidade de cumprir uma exigência legal, ou para assegurar-lhes o alimento necessário.

Mas a contínua evolução tecnológica vem gerando o fenômeno do desemprego estrutural. Esta realidade exige um esforço da sociedade e das instituições públicas no sentido de implementar ações políticas de caráter compensatório procurando criar ambientes seguros para as crianças na fase pré-escolar, além de espaços alternativos para jovens e adolescentes em situação de risco. Na busca de atender essa nova realidade se fez necessário formar profissionais qualificados para assumir a educação das crianças e adolescentes no horário extra-escolar numa perspectiva de inclusão social.

Cabe lembrar que as novas demandas na sociedade moderna recaem sobre toda a sociedade em geral, no entanto, o setor educacional foi o mais afetado, levando em conta que a socialização deixou de ser função apenas da família, passando a ser dividida com a escola.

Gadotti (2003) argumenta que educação precisa apresentar um novo processo na tentativa de resgatar o homem como ser social dentro de sua comunidade, porém quando as ações educativas são desenvolvidas pelo Estado ou por alguma entidade ao seu serviço, ela pode apenas estar assumindo o papel de amenizar conflitos.

Como já foi visto anteriormente na perspectiva sociológica, a educação formal se tornou incapaz de responder as demandas sociais, que lhes foram delegadas, impostas, ou desejadas. Historicamente a educação foi confundida com escola pois não se concebia essa

prática fora dela. O desenvolvimento industrial e o sistema econômico social exigiram uma maior reflexão sobre o sistema de ensino, sendo que a sociologia contribuiu fazendo uma análise das práticas educacionais, ampliando a sua concepção.

A educação não-formal passou, desta forma, a se desenvolver, diferenciando-se das práticas educacionais tradicionais, pois seus conteúdos não se subordinam aos requisitos formais estabelecidos nos PCN(s). Por meio destas novas práticas foram construídos diferentes modos de vivenciar e compreender os processos de ensino e aprendizagem.

Como já foi apresentado anteriormente a Política Nacional da Assistência Social tem atribuído aos municípios de todo território nacional a responsabilidade de desenvolver ações educativas visando a preservação dos vínculos familiares. Muito se tem falado sobre o assunto, as questões envolvendo crianças e adolescentes são amplamente debatidas. Todas as ações sócio-educativas são direcionadas para o grupo familiar, atribuindo-lhes responsabilidades no processo de resgate daqueles que se encontram em situação de risco ou em conflito com as leis. O papel da família no processo de reinserção social é fundamental, pois ela é aquela que melhor conhece seus membros. Para atingir esse objetivo, a educação não se restringe mais ao indivíduo, tratando-o isoladamente, mas inserindo-o nos programas juntos com seus familiares.

É interessante observarmos que mesmo nos casos de abandono e maus tratos, o Poder Judiciário tem se apoiado em devolver a criança para sua família de origem, baseando-se no ECA, que instituiu o direito à “convivência familiar e comunitária”. Concordamos que a família realmente é o espaço no qual toda criança deve crescer e se desenvolver, no entanto, sabendo da complexidade que esse tema carrega, pretendemos propor uma ação educativa que possa se iniciar no momento em que a criança nasce, podendo se estender até a criança completar seis meses quando for verificada a situação de risco e vulnerabilidade familiar.

Entendemos que para implantar uma ação educativa em busca da preservação dos vínculos familiares faz-se necessário compreender as questões sociais, além do domínio das técnicas educativas. Nossa intervenção educativa inicialmente será direcionada para as mães, buscando atingir depois toda a família na sua comunidade. Nesse momento, é fundamental encontrar um caminho para nortear as ações educativas, esperando que sejam capazes de trazer melhor esclarecimento para as famílias.

Entendemos que esses objetivos podem ser alcançados por meio do entendimento da educação não-formal. Na busca de melhor embasamento teórico, escolhemos três autores que têm contribuindo significativamente na construção dos conceitos da educação não-formal. No primeiro momento, ancoramo-nos em Paulo Freire tendo em vista que ele, na década de 1950, foi o precursor da educação fora dos muros escolares ao desenvolver seu projeto de alfabetização de adultos por meio do SESI (Serviço Social da Indústria), fora da educação formal. Seus experimentos mais tarde resultaram nas teóricas da obra “Pedagogia do Oprimido”, que será objeto de nossa pesquisa, contribuindo para nossas reflexões a caminho do entendimento da educação não-formal.

1. EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Como já foi destacada, a busca pela fundamentação teórica com objetivo de elaborar um projeto pedagógico direcionada à comunidade levou-nos ao encontro da “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire. Nesta obra ele apresenta alternativas concretas, buscando melhorar as condições de vida daqueles que pertencem às classes populares, além de oferecer respostas frente à ideologia dominante. O conteúdo dessa obra nos possibilita fazer uma profunda reflexão sobre a complexidade do desenvolvimento da educação no meio comunitário.

Freire (1987) afirma que durante o período que esteve no Chile, pôde refletir sobre suas experiências enquanto educador, desta forma pôde apresentar uma nova proposta denominado de educação libertadora. Pode se considerar que o autor, ao dar vazão aos seus sentimentos utópicos e humanísticos de transformação social, passaria a oferecer subsídios para se desenvolver um novo tipo de educação. Cabe lembrar que seus conceitos sobre a sociedade são fortemente influenciados pelo marxismo e pelo momento em que a referida obra foi escrita.

A discussão levantada sobre os métodos educativos trouxe grande contribuição para a educação brasileira, além de servir como referências às iniciativas na esfera da educação não-formal. Outro fator importante foi o processo de redemocratização brasileira, no qual sua proposta encontrou um terreno fértil e passou a germinar muitos frutos, possibilitando o desenvolver de trabalhos educativos com uma visão libertadora.

Seguindo o raciocínio de Freire, quando se educa é necessário conhecer o sistema político-social vigente, no sentido de buscar a fundamentação teórica necessária para a promoção humana. Neste aspecto a educação estaria possibilitando o auto-desenvolvimento do educando, pois ao tomar consciência de sua condição de vida, este se torna capaz de encontrar novos caminhos para superar os obstáculos a ele impostos. Nesse aspecto a educação transforma o indivíduo em sujeito de sua própria história resultando na transformação social. Para atingir esse objetivo é necessário fazer uma reflexão crítica sobre o sistema político sócio-econômico vigente, analisando os recursos disponíveis e as relações de poder na sociedade.

Nas últimas décadas, a educação ganhou maior espaço na sociedade, fora dos muros escolares sua atuação foi ampliada. Ressalta que as ações educativas não devem ocorrer de forma isolada sem articulação com os diversos poderes, caso contrário elas seriam ineficazes, devido à falta de integração entre seus agentes e a sociedade. Consideramos que as

observações de Freire estão sendo retomadas na contemporaneidade, quando as decisões judiciais exigem a re-inserção social de crianças e adolescentes em conflito com a lei, fazendo com que esses se desenvolvam prestando serviços na sua comunidade. Essas ações educativas desenvolvidas pela área de Serviço Social exigem a integração e a participação da família, da escola e da comunidade para oferecer condições do infrator se re-educar sem se privar da sua liberdade.

A prática educativa desenvolvida de forma autônoma torna possível o melhor conhecimento e a reflexão das relações de dominação que ocorrem na sociedade. A educação tem ainda a função de estimular a autocrítica, para que seja possível reconhecer as reais condições em que o ser humano está vivendo, bem como esclarecer seus direitos enquanto cidadão. No entanto, o educador não pode aceitar que a sua prática educativa seja utilizada ideologicamente, reproduzindo as relações como mantenedora da ordem social a serviço do Estado e das elites (op.cit).

Quando Freire critica o sistema da pedagogia tradicional, alerta que a educação não deve reproduzir a submissão do homem, mas, sim, oferecer-lhe a oportunidade para seu auto-desenvolvimento, enquanto que o papel do educador é esclarecer a complexidade das relações sociais, bem como os mecanismos do poder sobre elas.

Outra questão que precisa ser desmistificada, são as relações do sistema capitalista que no desenvolvimento do trabalho coloca o homem na posição de explorador ou explorado, sem que ele tenha consciência do papel que está assumindo. Em outros momentos faz com que o ser humano se sinta responsável pelos seus fracassos e se sentir incapaz, se acomodando à condição do clientelismo. Simionatto (2004) valida essa questão quando afirma que: “O senso comum é explorado e utilizado pelas classes dominantes para cristalizar passividade popular, bloquear a autonomia histórica que poderia resultar, para as massas, no seu acesso a uma filosofia superior” (p.80). A educação tradicional controlada pelo poder do Estado oferece

poucas condições para o ser humano desenvolver suas potencialidades, conseqüentemente a escola continua prestando um relevante serviço no mecanismo de controle social e da hegemonia necessária para a manutenção do sistema capitalista.

Neste aspecto é necessário resgatar os conceitos do intelectual orgânico em Gramsci, esperando que educador venha assumir o compromisso com as classes populares com as quais trabalha não se colocando a serviço da ideologia capitalista. As questões técnicas devem servir como instrumentos para as práticas educativas, não podendo mascarar os compromissos assumidos pautados na superação das dificuldades a caminho da transformação.

O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicitação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesmo das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado (op.cit, p. 59-60).

Freire (1987) adverte que, no processo educativo, é fundamental levar em conta que o homem deve ser o sujeito ativo da investigação. A educação só existe em função do ser humano devendo oferecer-lhe a oportunidade de exteriorizar a sua visão de mundo para que a pessoa possa ser compreendida. Nesses momentos podemos entender que a nossa visão de mundo pode se diferir muito daquele que é o sujeito da nossa ação.

O principal objetivo da educação deve ser a satisfação humana. Essa satisfação se torna possível por meios do convívio social e da superação das contradições. Para não reproduzir o sistema de dominação, precisamos estabelecer um diálogo, fazendo uma reflexão sobre os direitos e responsabilidades como integrantes da sociedade.

Paulo Freire (1996), no esplendor de sua maturidade, fez uma importante consideração sobre a arte de educar: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (p.59). Consideramos por meio dessa citação que no processo de educação voltado a família não se deve atribuir culpa, mas proteger os direitos daqueles que são sujeitos da nossa intervenção.

De acordo com Simionatto (2004), o educador deve ser um agente capaz de resgatar o educando da sua condição de alienação, oferecendo condições para que o usuário de um sistema se torne consciente de que não basta apenas ter suas necessidades mínimas atendidas. Ele deve ser encorajado para mudar sua condição de assistido, para se tornar capaz de produzir seu próprio sustento junto com seu grupo familiar. O educador, nesse contexto, precisa se envolver com a classe que trabalha, assumindo o compromisso de buscar o desenvolvimento social de todos, utilizando seus conhecimentos para desenvolver programas sociais, assumindo verdadeiramente um compromisso com a mudança e a superação das dificuldades. Consideramos que para o êxito esperado nas intervenções educativas, os profissionais envolvidos precisam compreender que: “Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais [...]” (op. cit, p.60).

Em Freire (1987) encontramos o conceito de diálogo como uma possibilidade da pessoa sair de sua condição de isolamento passando a se perceber como sujeito. No processo educativo o diálogo pressupõe uma ação conjunta, orientada no respeito. À capacidade do ser humano de se organizar em busca de seus objetivos. A transformação social se estabelece com o diálogo firmado na igualdade de direitos, sem fronteiras de classe ou posição intelectual, pois todos são sujeitos no ato da comunicação. Freire alerta que a educação tem que ser orientada seguindo um conteúdo programático de acordo com a realidade, anseios e conflitos, e que para atingir os objetivos não pode haver contradições entre o diálogo e as práticas.

As reflexões educativas devem permear as relações humanas em sociedade, numa perspectiva de que o ser humano é inconcluso, porém, carrega uma visão particular de mundo. As reflexões sobre a situação vivida devem levar em conta a realidade histórica que ocasionou os conflitos, bem como os anseios dos envolvidos na questão. O profissional deve investigar o

pensar e o agir característico de sua comunidade, a fim de conhecer seu comportamento diante de determinadas situações, além de perceber os sentimentos diante dos fatos vividos.

Para evitar erros que podem trazer prejuízos para a sociedade, em primeiro lugar, é necessário respeitar a opinião e a visão de mundo de cada comunidade, de acordo com sua cultura e seus valores, tendo sempre como alvo o crescimento e a emancipação do homem, enxergando-o como sujeito de sua história, capaz de escrever o mundo. Temos a convicção de que este tema é apaixonante e inesgotável. Antes de passarmos para a próxima discussão de educação não poderíamos deixar de transcrever esta última citação de Freire (1996) que tem servido de motivação para nosso trabalho: “Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar” (p.144).

2. A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

A educação não-formal historicamente teve sua origem no final da década de 1960 durante a International Conference of World Crisis in education no Estado da Virginia, E.U.A. Nesta conferência foi elaborado um documento indicando a necessidade de desenvolver outro sistema de educação, além da educação formal. Na década de 1980 o termo educação não-formal começou a ser difundido no Brasil, sendo que na década de 1990 o uso do termo passou a ganhar espaços nos meios educacionais. As Organizações Não-Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) passaram a desenvolver inúmeros projetos educativos vinculados ao poder público e empresas privadas (Garcia in Park 2007).

Na análise de Gohn (2001), a educação não-formal teve seu início nos anos 1970, por meio dos programas de alfabetização de adultos fora do espaço escolar tradicional, com uma nova visão:

Na maioria das vezes, entretanto, tratavam-se de programas de alfabetização de adultos cujos objetivos transcendiam a mera aquisição da leitura e da escrita e se inscreviam no universo da participação sociopolítica das camadas populares, objetivando integrá-las no contexto urbano-industrial (p.91).

Nesse período, a educação não-formal buscava a participação social dos indivíduos, principalmente os moradores na zona rural ou em comunidades consideradas pobres. E seu direcionamento buscava estimular a participação e o desenvolvimento comunitário. A autora chama nossa atenção para o caráter de controle social implícito nos programas desenvolvidos naquela época, voltados para o planejamento familiar e a sustentação econômica, além da participação cívica para estabelecer a ordem e o progresso de acordo com a visão do Estado naquele momento.

A visão da educação não-formal desde o seu surgimento foi tomando outros rumos, acompanhando as mudanças frente a nova realidade sócio econômica dos países onde ela estava sendo desenvolvida. A autora (op. cit.) destaca a participação da ONU e a UNESCO, como agências internacionais. Cabe resgatar que seus objetivos se fundamentam na defesa dos direitos humanos, principalmente voltados aos países considerados em fase de desenvolvimento. Em 1990, as agências internacionais, durante a conferência na Tailândia, apresentaram propostas para garantir o acesso à educação para todos. A visão de educação passou a ganhar novos conceitos influenciados, inclusive, pelas experiências educativas desenvolvidas pelas ONGs. Para melhorar o entendimento dessa questão, damos novamente a palavra para Gohn:

A partir da definição de necessidades básicas da aprendizagem, vistas como “ferramentas essenciais para a aprendizagem” e de seus novos “conteúdos básicos”, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana, os documentos da conferência ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola (p.93).

Essa conferência foi muito importante, pois difundiu uma concepção ampliada do saber, ao levar em conta que a educação é um processo construído pela interação social do

indivíduo, que adquire hábitos ao longo da vida influenciados suas relações sociais durante toda a vida (Gohn 2001). Essa consideração nos leva a afirmar que a educação não se restringe ao ambiente escolar, mas ela está presente em todas as trocas de experiências que vivenciamos durante a nossa vida. A educação é um processo contínuo na vida do homem em contato com seus semelhantes. A relação de trabalho e emprego também recebeu influências dessa nova visão de educação.

Atualmente o simples fato de se ter uma graduação ou uma especialização não é suficiente para se garantir um trabalho. Nesse momento de crise no mundo do trabalho, avalia-se principalmente a capacidade e a habilidade que são colocadas em prática para solução de problemas de forma criativa, traduzidas na relação com os seus semelhantes de forma tranqüila e sem conflitos. Resgatamos que essas características não são aprendidas exclusivamente nos bancos escolares, mas são desenvolvidas por meio do convívio social conforme destacados anteriormente (op.cit.).

O ser humano se transforma e se educa desde o seu nascimento, recebendo influências primeiramente de sua família e da comunidade, quando passa a ampliar a relação além de sua casa para a sociedade organizada, levando em conta suas relações econômicas, sociais e culturais. Podemos afirmar que a educação transforma o ser humano num ser coletivo, pois aquilo que ele é depende das suas relações com o mundo que o cerca.

Depois destas considerações passaremos a refletir sobre os conceitos da educação não-formal apresentados por Jaume Trilla (2003) que se difere da autora anterior ao afirmar que o surgimento da educação não-formal pertence ao campo pedagógico, como uma resposta às severas críticas direcionadas ao sistema formal de ensino.

O momento histórico de crise no sistema escolar abriu a possibilidade para uma nova discussão não só no campo pedagógico, mas também nas diferentes áreas do conhecimento como o serviço social e psicologia, dentre outros. Sob o ponto de vista pedagógico, verifica-se

que a educação formal se tornara incapaz de responder a todas as demandas sociais as quais lhes eram impostas, delegadas e desejadas.

Contextualizando que, historicamente, a educação depois de sua institucionalização, durante muito tempo, foi considerada como uma prática restrita ao âmbito escolar, já que não se concebia a educação fora das instituições. Com a crise do ensino, aliada às novas demandas na área industrial, as discussões sobre as práticas educacionais começaram a ser ampliadas e a sociologia trouxe uma grande contribuição fazendo com que a concepção do ensino pudesse ser ampliada para além do sistema formal de ensino existente. Podemos assim considerar que a educação não-formal é uma “nova” alternativa de aprender e educar o ser humano na convivência social. Essa prática vai além do campo da educação formal propriamente dita, pois podem se reproduzir em diferentes áreas de formação, tais como a saúde, a educação social, a educação cultural e desportiva.

A educação não-formal se desenvolveu por meio de diferentes práticas, permeando o campo das práticas educacionais e sociais, porém ela não era considerada como educação, por não obedecer aos requisitos formais estabelecidos nos diferentes Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN(s). No entanto, ela estava construindo com diferentes modos de vivenciar e compreender os processos de ensino e aprendizagem.

A educação não-formal apresenta outra organização na relação ensino-aprendizagem na qual o educador e o educando são ambos responsáveis pela produção de conhecimento no processo educacional, não desprezando as características e a importância das ações práticas e dos saberes e fazeres cotidianos.

As mudanças sociais contribuíram para o surgimento da educação não-formal, devido às novas estruturas da sociedade contemporânea, em que a educação formal já não dava conta das demandas emergentes. Neste processo a estrutura familiar burguesa foi paulatinamente reorganizada, perdendo suas características, sendo obrigada a se adaptar às exigências das

relações capitalistas e moldando-se ao mercado de trabalho. Ressaltamos que, no período de mudança e aquisição de nova identidade, a família e a escola já não atendiam às demandas sociais frente ao novo modelo econômico emergente, mas ainda não havia maturidade e credibilidade nas propostas criadas para preencher este vazio.

A migração da população rural para os grandes centros trouxe a necessidade dessa mesma sociedade se reorganizar e buscar novas alternativas frente às mudanças, principalmente no campo educacional. Em relação à educação das crianças, adolescentes e jovens, foi necessária a criação de outras opções. Por exemplo, a mulher se inseriu no mercado de trabalho, exigindo maior participação do Estado, tendo que buscar soluções para acolher as crianças em creches e outros espaços públicos visando a atender essa demanda cada vez mais crescente. Consta, assim, que a família e a escola já não eram mais capazes de suprir sozinhas as necessidades de cuidados, formação e socialização, tendo em vista que as crianças passaram a se inserir cada vez mais cedo no convívio social.

Surgiram, assim, diferentes demandas referentes aos cuidados específicos com os grupos de crianças, sendo que na época e no contexto da família burguesa estes papéis eram desempenhados pelas próprias mães ou por empregados domésticos que serviam às famílias. Na sociedade contemporânea, tornou-se necessário criar ambientes seguros e formar profissionais qualificados para assumir a educação das crianças e adolescentes também no horário extra-escolar. Essas demandas recaem sobre toda a sociedade em geral. Porém, o setor educacional foi o mais afetado, levando em conta que a socialização deixou de ser função social apenas da família, passando a ser dividida com a escola.

Observamos que as essas crianças, oriundas das classes média e daquelas consideradas baixa acabam se socializando nas ruas e praças, quando não dispõem de equipamentos sociais próximos, tais como creches e escolas de período integral (Sarti, 2005). Com tantas transformações sociais e econômicas, na qual as relações entre o conhecimento e a prática

estavam distantes, sendo que a formação não era capaz de garantir acesso ao trabalho, a educação não-formal surgiu na tentativa de dar conta das necessidades de profissionalização rápida visando suprir o mercado profissional e as diversas exigências das empresas que nem sempre encontram profissionais habilitados conforme a demanda existente.

A dificuldade para se encontrar tais profissionais se dá pela lentidão que permeia a formação oferecida pela escola formal, que não consegue acompanhar a velocidade das mudanças e atualizações no mercado profissional. Neste sentido a educação não-formal, por não ser burocratizada, consegue oferecer respostas mais rápida e algumas propostas mais econômicas. No entanto, ela não deve ser encarada como a salvação do sistema formal de ensino, pois se assim for concebida, estaria contribuindo, inclusive, para o desmanche da escola pública, eximindo o poder público de suas responsabilidades referentes à educação.

Segundo Trilla (2003), os meios de comunicação, em especial a televisão e, posteriormente, a Internet, tiveram um importante papel em defesa da educação não-formal, fazendo com que a sociedade e a própria escola percebessem que a educação já não é monopólio da escola e da família.

Não podemos, no entanto, tratar a educação formal como sendo de primeira linha, ou a não-formal como de segunda linha, o que se deve levar em conta é o contexto em que esta ou aquela se desenvolve nos processos educacionais, e que ambas devem ocorrer com qualidade. Faz-se necessário, portanto, deixar claro quais são as condições para que determinado tipo de educação possa ocorrer, quais são os limites impostos em cada uma delas e quais as alternativas para superar esses limites.

O autor (op. cit.) apresenta uma questão pertinente de que o surgimento da educação não-formal não se dá com o objetivo de ocupar o espaço ou substituir o papel da educação formal e da informal, mas vem atender uma demanda de mudança social para dividir e

partilhar os diferentes fazeres e para suprir as necessidades deste novo momento sócio histórico.

No caso brasileiro, a Constituição Federal promulga que as oportunidades de acesso à formação e aquisição de conhecimentos oferecidos pela escola formal é um direito fundamental de todo cidadão, devendo ser acessível a todos os brasileiros. É importante observar que a Constituição está se referindo ao sistema formal de ensino, hoje interpretado com a obrigatoriedade da permanência escolar mínima, sendo que os pais são obrigados a manter seus filhos matriculados nas escolas para não correr o risco de perder a guarda sobre eles, conforme estabelece o ECA, essa exigência também está presente para aqueles que querem se beneficiar da Bolsa Família.

Nossa pesquisa reafirma o conceito de que o surgimento da educação não-formal faz parte das mudanças sociais, sendo um processo histórico e necessário, complementando os diferentes fazeres, buscando suprir as necessidades deste novo momento.

Dando continuidade, a esse tema passaremos a pesquisar a obra de Park (2007) que colabora fazendo a distinção entre a educação formal e não-formal. A primeira acontece em locais e salas definidas, sendo regida por normas fixas, seguindo um projeto pedagógico previamente definido, não se preocupando tanto com a insatisfação dos alunos em relação ao conteúdo.

A educação não-formal tem maior liberdade e pode se ajustar aos interesses dos determinados grupos, no entanto se faz necessário esclarecer algumas dúvidas presentes desde sua origem, as quais ainda persistem até hoje. Para melhorar o entendimento dessa questão observe a citação de Garcia in Park (2007):

É importante evidenciar que a educação não-formal começou a aparecer no cenário como um possível campo para solucionar problemas que a escola não havia resolvido. Apesar de em, alguns momentos, a educação não-formal ser compreendida como um outro campo educacional, diferente do formal, a visão de oposição a esse campo foi construída e apontada desde o início, em função da

educação não-formal ser encarada com a possibilidade de atuar em questões da educação formal (p.34-35).

Entendemos que a educação não formal em determinadas situações pode oferecer respostas à educação formal, suprimindo inclusive algumas deficiências desta, mas se faz necessário entender que esse não é o seu principal foco de atuação. O maior compromisso da educação não-formal se situa nos objetivos, procurando atender as necessidades temporárias, que fogem da rotina. Sua prática educativa pode se desenvolver em lugares não convencionais, desta forma sua intervenção goza de maior liberdade, pois não se limita a normas e regras fixas preestabelecidas. Apesar desta liberdade, o processo da educação não-formal deve ser orientado por meio de objetivos, partindo do interesse do grupo ao qual ela esta sendo aplicada.

Dando seqüência ao tema, retornamos aos questionamentos apresentados anteriormente em Park (2005) quando adverte que a educação formal submete os alunos a normas rígidas e aos processos de avaliação, estando presa às exigências curriculares de acordo com parâmetros nacionais. Nesse aspecto ela se diferencia da educação não-formal, pois, em sua maior flexibilidade, busca em primeiro lugar despertar o prazer do educando em aprender, sendo que seu principal compromisso é com a satisfação daquele que está participando do processo de aprendizagem. Esta estratégia educativa consegue se tornar mais atrativa, aumentando a possibilidade de despertar nos educandos o interesse pelo aprendizado que ocorre de forma mais natural e harmônica.

Paradoxalmente, o que a educação formal considera indisciplina, a educação-não formal explora e usa para despertar os interesses dos alunos por meio de danças e jogos, como uma forma natural de canalizar as emoções, gastando energia, oferecendo espaço para expressões culturais resgatando valores de determinados grupos comunitários.

A própria estrutura arquitetônica das escolas tradicionais ainda segue o princípio disciplinar, nas quais os alunos são dispostos em fileiras, classes, corredores e pátios facilitando o controle (Foucault, 1987). Estas características estimulam a transgressão, pois os alunos sentem que enquanto circulam não têm liberdade, pois estão sendo observados e vigiados pelos adultos.

No aspecto pedagógico da educação formal, os projetos são definidos de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, fundamentados por normas rígidas. A presença da criança é cobrada, não se preocupando com o estímulo para a aprendizagem, o que importa é seguir rigorosamente o plano de aula cumprindo com o cronograma, sendo que a criança será avaliada de acordo com seu desempenho.

No campo da educação não-formal acontece de forma diferente, sendo que os projetos são elaborados em conjunto de acordo com as necessidades de cada grupo de alunos, sendo que a maior preocupação dos educadores se fundamenta em respeitar os direitos dos alunos enquanto cidadãos (Park, 2005).

Vale ressaltar que a execução da educação não-formal tem sido desenvolvida na maioria das vezes por organizações não-governamentais, porém a maioria das ONG(s) e OSCIP, dentre outras, não conseguem ser auto-suficientes. Cabe lembrar que estas organizações que deveriam assumir seu papel no terceiro setor, passaram cada vez mais a depender de recursos do Estado ou do mercado para sua manutenção, portanto a sua liberdade de atuação acaba sendo limitado de acordo com os interesses dos mantenedores, esse fato pode acabar comprometendo sua autonomia esperada na prática da educação não-formal (Garcia in Park, 2007).

Em Park (2005) encontramos exemplos de dirigentes de organizações que estão mais preocupados com seus interesses pessoais e financeiros, garantindo emprego para parentes e

amigos, ao se comprometerem com essas questões acabam prejudicando o atendimento das necessidades da comunidade e continuidade dos serviços prestados.

Quando ocorrem tais distorções as organizações se tornam vulneráveis, podendo inclusive perder sua liberdade de ação, pois para garantir a sua manutenção precisam ceder a pressões. A prática da educação não-formal quando é condicionada aos interesses de grupos difusos dos dirigentes de entidades e seus mantenedores podem perder seu sentido e suas características.

Outra dificuldade se situa na formação acadêmica dos profissionais, os quais receberam orientações pedagógicas voltadas para a sala de aula. Quando vão atuar em projetos sociais, apresentam dificuldades para enxergar a educação não-formal como um processo válido para aprendizagem, assim, reproduz-se às divergências entre a formação e as práticas pedagógicas distintas.

Podem ocorrer casos em que os profissionais que atuam na educação formal dentro de sua linha tradicional acabem encontrando dificuldades para aceitar as práticas de educação não-formal, em alguns aspectos chega haver competição destas duas práticas educacionais. A incompreensão dos objetivos da educação não-formal pode provocar uma leitura dissociada do trabalho pedagógico da escola enquanto legítima educadora, sendo que as outras entidades podem ser enxergadas como meros prestadores de assistência necessária às famílias, na vã tentativa de resguardar a escola tradicional na sua prerrogativa de educar.

Na obra (op.cit.) encontramos a análise de experiências e práticas de educação não-formal, na região de Campinas, que durante alguns anos foram considerados modelos, porém, acabaram sendo extintos. O artigo apresenta a opinião de algumas pessoas que freqüentaram os espaços dedicados à prática de educação-não formal. Podemos afirmar que esses relatos mostram a importância das experiências vivenciadas por elas durante o período que participaram de suas atividades. Cabe destacar que a importância do trabalho junto à

comunidade não foi suficiente para garantir a sua continuidade. O Projeto Sol, por exemplo, foi mantido no município de Paulínia durante 13 anos, apesar do reconhecimento da população acabou sendo extinto para abrigar uma creche municipal em 2001. Ao aprofundarmos nossa reflexão sobre a questão apresentada podemos afirmar que não houve interesse político e nem apoio popular em manter o projeto implantado na administração pública anterior, por isso ele foi extinto.

Outra experiência analisada pela autora foi desenvolvida por uma universidade em parceria com uma ONG em um bairro de Campinas que, segundo relatos, visa ao desenvolvimento do bairro. Os técnicos envolvidos buscavam a participação dos moradores e agentes comunitários para discutir os problemas locais em busca de soluções coletivas. Esse trabalho serviu como campo de pesquisa e estágio dos acadêmicos que, apesar de sua mobilização, não apresentou resultados concretos, já que foi se esvaziado acabando por ser extinto após três anos de existência.

Em Park (op.cit.) encontramos um alerta importante sobre as causas do fracasso dessas experiências como prática de educação não-formal, no primeiro caso considerado como falta de vontade política e o segundo a perda do interesse dos docentes e acadêmicos, os quais não assumiram os compromissos firmados com a comunidade. Ao analisar os depoimentos das crianças, percebe-se que elas fazem comparações assumindo posturas diferentes em cada espaço de prática educativa. Elas gostam das atividades desenvolvidas pela educação não-formal, enquanto que apresentam dificuldades de entender a educação formal. Com essas críticas enxergamos grandes impasses e equívocos, percebendo que a educação não-formal ainda não foi perfeitamente compreendida.

As contradições apresentadas são importantes para esclarecer que um tipo de abordagem educativa deveria complementar a outra e não rivalizar entre si como se tem se mostrado. Quando existe a rivalidade entre os dois tipos de educação uma acaba

enfraquecendo a outra, pois agentes da ação educativa, assim como os usuários, não conseguiram entender que a educação deve fazer parte da vida do homem em sociedade e tudo aquilo que ele aprende ou vivencia em suas relações com seus semelhantes são importantes para a construção da sociedade.

Faz-se necessário destacar que a educação não-formal ainda passa por um processo natural de reconhecimento, nasce da necessidade de se construir uma educação mais flexível, mais atraente para as crianças. Seguindo a trajetória de toda nova ciência e prática, ela precisa se assumir em sua especificidade, sendo capaz de assumir sua linha de atuação sem estar presa a regras e padrões para conseguir dar uma resposta à sociedade, aos profissionais e aos líderes comunitários que anseiam por mudanças. Antes de propor uma ação educativa é necessário, além de conhecer e identificar o tipo de educação a ser utilizado, identificar a correlação de forças, os interesses políticos e principalmente o envolvimento da população.

Em Garcia in Park (2007) encontramos importantes reflexões sobre a educação não-formal, a qual oferece a possibilidade da atuação de várias áreas do conhecimento. Nela atuam além de pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, dentre outros. Ressalta ainda que a educação não-formal vem atender as exigências do Estatuto da Criança por meio da aplicação de ações sócio-educativas, como forma de reintegração social de crianças e adolescentes em situação de risco ou em conflito com a lei.

Seguindo esse raciocínio nos sentimos encorajados a afirmar que para o devido cumprimento da Lei Orgânica da Assistência Social, a educação não-formal tem um papel relevante no processo denominado de inclusão social. Podemos acrescentar ainda que a Política Nacional da Assistência Social, por meio dos chamados programas de transferência de renda, efetua o depósito em conta destinado às famílias que foram avaliadas como incapazes de garantir sua sobrevivência devido a seus recursos insuficientes.

Paralelamente é atribuída aos gestores municipais a responsabilidade de desenvolver por meio dos técnicos os programas de profissionalização rápida para esses usuários da assistência social, atribuindo à educação a responsabilidade de resgatar a autonomia familiar pela reinserção no mercado produtivo. Apesar de entendermos que a Política Nacional é muito complexa e que os problemas sociais não são resolvidos por meio de medidas com caráter assistencial emergencial, não podemos negar a importância e a expectativa que se tem atribuído indiretamente à educação não-formal.

Nesse momento cabe resgatar a observação feita por Garcia in Park (2007) quando discute a questão da alfabetização: “A educação não formal não pode ser encarada como uma possibilidade salvadora para os problemas encontrados no campo da educação formal” (p.39). Essa crítica é relevante, pois uma pessoa que apresenta problemas de alfabetização e relacionamento no grupo social, dificilmente poderá desenvolver as habilidades necessárias visando a sua autonomia. Nessa perspectiva não estamos levando em conta apenas os aspectos da alfabetização, mas refletindo sobre outros aspectos sociais que levaram as pessoas à condição de usuários da assistência social.

Concluindo nossa análise ressaltamos que as inúmeras possibilidades de ações permeadas no campo da educação não-formal podem oferecer a sustentação necessária para as práticas sociais que estão sendo exigidas no campo da assistência social. Pois, como já foi citado, a implantação do SUAS no Brasil tem como objetivo principal resgatar o ser humano da sua condição de usuário da assistência, em busca da sua transformação, numa perspectiva de cidadania e de construção de uma sociedade mais justa. Além disso, verificamos que os programas educativos necessitam ser legitimados e reconhecidos como política pública, para que eles não venham a ser extintos de acordo com interesses de governos, ou de grupos políticos. Nesse aspecto as reflexões de Park (2005) trouxeram-nos especial contribuição,

alertando-nos sobre a necessidade da articulação política na defesa dos programas de educação não-formal.

3. EDUCAÇÃO EM BUSCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

3.1. PASTORAL DA CRIANÇA

Nem a arrogância é sinal de competência nem a competência é causa de arrogância. Não nego a competência, por outro lado, de certos arrogantes, mas lamento neles a ausência de simplicidade que, não diminuindo em nada seu saber, os faria gente melhor. Gente mais gente (Freire, 1996, p. 146).

Tomando emprestado o conceito acima descrito, na busca da compreensão dos processos educativos não podemos deixar de considerar as várias experiências e práticas educativas, principalmente aquelas voltadas para a família. Por isso não podíamos desconsiderar o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, que na essência de sua simplicidade, apresenta-se como mais uma alternativa na prevenção da mortalidade infantil, oferecendo a possibilidade das famílias continuarem convivendo com seus filhos.

Em se tratando de educação familiar é relevante a iniciativa da Igreja Católica que em seu bojo estruturou o trabalho da Pastoral da Criança (2001). Pode se considerar que esta instituição teve sua origem em 1982. Durante uma reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a paz mundial, na Suíça, o diretor executivo do UNICEF¹⁷, Senhor James Grant, sugeriu ao Dom Paulo Evaristo Arns¹⁸ a criação de um projeto, que fosse capaz de prevenir e combater as altas taxas de mortalidade infantil no Brasil, sendo que, naquela época, a maioria das causas de morte de crianças no país estava relacionada com a diarreia.

¹⁷ Fundo das Nações Unidas, iniciou suas atividades no Brasil em 1950, órgão que apóia o governo, realizando campanhas e projetos destinados a melhoria da qualidade de vida de crianças e mães.

¹⁸ Cardeal de São Paulo

Coube ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), Dom Geraldo Majella Agnelo¹⁹, a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento do respectivo projeto. Em 1983, na Arquidiocese de Londrina, foi implantado um projeto-piloto que deu origem à Pastoral da Criança sendo que no primeiro ano de atividade conseguiu reduzir a mortalidade infantil de 127 para 28 mortes em cada mil crianças.

Devido aos resultados obtidos em 1984, a Dra. Zilda Arns Neumann idealizadora desse trabalho, foi convidada a apresentar suas ações aos Bispos do Brasil, em Assembléia Geral da CNBB, em Itaipó. Passando a contar com o apoio da CNBB, a Pastoral da Criança conquistou espaços em todo Território Brasileiro, atuando especialmente nas periferias das grandes cidades onde se concentram a pobreza e miséria, além de estar presente no meio rural e nas áreas indígenas.

De acordo com a Pastoral da Criança (2001), sua metodologia sustenta-se na idéia de que a solução dos problemas sociais necessita da solidariedade humana, organizada em rede com objetivos definidos, na qual o principal agente de transformação são as lideranças presentes nas comunidades pobres ou miseráveis.

Uma característica peculiar da Pastoral da Criança é que mais de 90% dos voluntários são mulheres pobres cujos filhos foram assistidos e quando superaram seus problemas elas se colocaram à disposição para auxiliar as outras famílias. A Pastoral defende que esse esforço comunitário tem sido o grande responsável pelas mudanças sociais.

A Pastoral da Criança acredita que as mulheres ao participarem dos treinamentos são motivadas a melhorar as condições de vida da sua família e ao alcançar seus objetivos, acabam se transformando em agentes de mudança na sua comunidade. Desta maneira os voluntários por meio da convivência comunitária vão resgatando valores e práticas simples que estavam esquecidas devido ao seu isolamento.

¹⁹ Na época ocupava o cargo de Arcebispo de Londrina - PR.

A Pastoral da Criança defende que essa prática educativa consegue criar uma nova cultura de paz, sendo responsável pela melhoria da qualidade de vida de mais de um milhão de famílias, que são acompanhadas todos os meses pelos seus agentes.

O trabalho da Pastoral consiste essencialmente na organização da própria comunidade onde são treinados os líderes e voluntários, que assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas, oferecendo apoio para que eles possam se tornar sujeitos de sua própria transformação. Por meio de sua prática, a Pastoral da Criança pretende demonstrar que é possível garantir a qualidade de vida quando se oferece oportunidade e igualdade para todas as pessoas.

Apesar desse trabalho comunitário, a Pastoral reconhece que a promoção humana não depende apenas dessa prática, ela estabelece parcerias com o serviço público, privado e a sociedade civil a fim de estabelecer redes sociais solidárias, além de incentivar a adoção de políticas públicas nas esferas estaduais e federais a favor dos excluídos. Sendo que essas parcerias são fundamentais para efetivar as mudanças desejadas.

A expectativa, ao capacitar os líderes comunitários que residem na própria comunidade daqueles que necessitam de ajuda, é fazer com que eles se tornem agentes multiplicadores capazes de transmitir informações para as famílias, assim essas aprendem a cuidar melhor de seus filhos.

O processo educativo consiste também na criação de uma rede de informações e palestras relacionadas aos assuntos de saúde e convivência familiar. As experiências são vivenciadas no cotidiano comunitário e desta forma vão se construindo as bases do conhecimento em busca de mudanças e a solução dos problemas cotidianos.

O processo metodológico da Pastoral da Criança se fundamenta nos momentos de intercâmbio e troca de informações, ações coletivas, que segundo seus defensores, ajudam a fortalecerem a solidariedade comunitária. Em todas as comunidades em que a Pastoral está

presente, colocam em práticas ações conjuntas voltadas para garantir a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, a melhoria da qualidade de vida das famílias empobrecidas no plano físico e material além do plano espiritual. Desta maneira o grupo acredita que pode gerar oportunidades igualitárias promovendo a justiça e paz.

Dentre as ações rotineiras destacam-se principalmente a orientação e supervisão nutricional das gestantes, preparando-as para o aleitamento materno, além de incentivar seu comparecimento às consultas de pré-natal.

Essa articulação se faz necessária para garantir o atendimento às necessidades das crianças, gestantes e das lactentes acompanhadas mensalmente. Tudo acontece coma supervisão de uma coordenadora comunitária, que tem a responsabilidade de preencher as fichas, interpretar os dados e encaminhar para a presidente que responde pelo trabalho na cidade. Todos obedecendo às diretrizes básicas da Pastoral da Criança nas comunidades onde ela está presente.

Constatamos ao longo da nossa pesquisa que, desde o trabalho comunitário da Pastoral da Criança até as bases teóricas da Política Nacional da Assistência Social, nos últimos dez anos a sociedade tem orientado suas propostas de ações educativas buscando resgatar o ser humano dentro de sua família como um núcleo de apoio social.

3.2. INICIATIVA HOSPITALAR

Na área da saúde e nos hospitais verificamos que existe uma grande preocupação de incentivar a amamentação precocemente. Como exemplo mais próximo, citamos o trabalho desenvolvido há mais de nove anos na Santa Casa de Itu/SP, a qual mantém uma equipe multidisciplinar atuando na maternidade tendo como foco central estimular a amamentação de todas as crianças que nascem naquele hospital. Este grupo, é identificado como “Grupo Mama”, é composto por pediatra, enfermeira, fonoaudióloga, psicóloga e assistente social,

todos assumindo o compromisso de apoiar e auxiliar a mãe para que o recém-nascido possa ser amamentado no ambiente hospitalar confortável. O médico pediatra por sua vez não prescreve a alta hospitalar da criança enquanto ela não estiver conseguindo mamar satisfatoriamente. Para garantir o sucesso desse trabalho antes da alta é avaliado o ato da amamentação.

Quando a mãe não consegue produzir a quantidade de leite suficiente para alimentar seu filho é oferecido o leite humano pasteurizado como complementação, servido em copo plástico. Essa prática evita que a criança se acostume com o bico da mamadeira e posteriormente rejeite o peito materno.

A Santa Casa de Itu ao se tornar um hospital de referência²⁰ do SUS em 2000, passou a receber recém-nascidos transferidos de aproximadamente 23 municípios da região que não dispõe de recursos para o tratamento de prematuros.

Resgatando a história registramos que logo depois que hospital se tornou referência no tratamento de prematuros, muitos recém-nascidos vinham transferidos de municípios distantes, acompanhados apenas da auxiliar de enfermagem, enquanto as mães continuavam internadas nos hospitais de origem em recuperação após o parto.

Quando as mães acompanhavam a transferência ou vinha fazer a primeira visita aos filhos, a equipe hospitalar presenciava muitas cenas tristes de mães saindo do hospital chorando por não ter condições de ficar próximas de seus filhos. Em outros casos elas compareciam ao hospital apenas para buscar a criança quando recebiam a comunicação da alta hospitalar. Registramos ainda que neste período, houve dois casos de abandono, quando as crianças receberam a alta hospitalar tiveram que ser transferida para um abrigo no município de origem, em virtude das famílias não serem sido localizadas, pois tomaram destino ignorado após a internação da criança prematura. Preocupada com essa questão a

²⁰ O SUS oferece tratamento complementar a seus usuários viabilizando a transferência para outros hospitais que dispõe de serviços especializados de acordo com as necessidades.

coordenadora²¹ do Serviço Social da Santa Casa conseguiu sensibilizar a diretoria do hospital e com a assistência da comunidade, conseguiu equipar uma casa existente no terreno do hospital com móveis e ramal telefônico, para acomodar as mães de Itu e região, durante o período de internação dos recém nascidos na Unidade de Terapia Intensiva. Esse espaço foi denominado de “Cantinho da Mamãe”. Com essa iniciativa inédita na região as mães passaram a ter o direito de acompanhar o tratamento de seus filhos internados na UTI, além de poder amamenta-los de acordo com a demanda. Cabe registrar que até hoje as mães são acolhidas nesse espaço que continua oferecendo estadia e alimentação com conforto e segurança.

Consideramos que as experiências práticas adquiridas ao longo dos anos de trabalho, ainda que empíricas, nos forneceram as condições necessárias para implantar o Programa Acalento. No entanto sua complexidade atuando no campo da educação familiar exige sua fundamentação teórica, a fim de garantir sua eficiência.

4. BASES DO PROGRAMA ACALENTO

Para iniciar nossa pesquisa foi necessário analisar a legislação de proteção à família, além de refletir sobre as mudanças que ela sofreu nos últimos anos. Nesse momento passamos a descrever e refletir sobre a intervenção educativa do Programa Acalento. Para isso foi necessário o embasamento teórico em autores clássicos e contemporâneos, acrescentando a prática do trabalho da Pastoral da Criança, que pode ser considerada como simples, porém necessária para a construção de uma rede de proteção materna infantil, além da experiência vivenciada no ambiente hospitalar.

Situamos o Programa Acalento como uma intervenção na área da educação não-formal, desenvolvendo sua prática no campo da assistência social, fazendo a integração com a

²¹ Marisa Antonia de Souza

saúde pública e a sociedade civil, em busca de melhores condições de vida e saúde às crianças, envolvendo toda sua família no processo educativo ampliado.

Outra característica que reforça seu conceito como uma prática de educação não-formal se apóia na composição da equipe multidisciplinar. Cada membro da equipe em sua prática tem a liberdade de desempenhar suas funções aplicando seus conhecimentos técnicos específicos, integrando todos os esforços por meio da intervenção educativa. Essa prática comum é orientada no sentido de criar uma verdadeira cultura de proteção à criança, em busca do fortalecimento dos vínculos afetivos assegurados na convivência familiar.

Cabe resgatar que o Programa Acalento procura seguir as diretrizes e os rumos da assistência dispostos na LOAS, assim como seus desdobramentos, de acordo com as novas responsabilidades atribuídas aos municípios com a implantação da Política Nacional da Assistência Social Brasileira.

Dentre as obrigações pactuadas com os municípios por meio das conferências anuais da Assistência Social, destacamos a necessidade de proteção materna infantil, o estímulo a convivência familiar, o cadastro de famílias em situação de risco social, a prevenção do abandono e a educação para o exercício da cidadania. O programa surgiu quando a Administração Municipal de Salto/SP, diante dessas novas exigências, solicitou um projeto específico que pudesse contemplar as necessidades emergentes no âmbito familiar.

Nossa trajetória profissional de quase vinte anos percorridos na área da saúde forneceu-nos subsídios para inferirmos que o ato da amamentação, quando bem orientado, é importante para estreitar os vínculos afetivos entre a mãe e o recém-nascido, por se tratar de um ato prazeroso para ambos os lados quando acontece de maneira correta. No entanto, no início, se a sucção da criança não for correta ele pode causar muitas dores e incômodos. As dificuldades com a amamentação dentre outras enfrentadas pelas mães no início da vida da criança, podem interferir no estabelecimento dos vínculos afetivos entre ela e seus filhos.

Como já foi apresentado no primeiro capítulo, o índice de crianças abandonadas no nosso país tem sido muito elevado, devido à omissão das famílias e da sociedade. Procurando minimizar essa questão, a Política Nacional da Assistência Social exige a implementação de projetos educativos direcionados às famílias no sentido de fortalecer seus vínculos, na perspectiva de incluir o ser humano como parte de um todo levando em conta sua constante interação com a rede familiar e comunitária, além da sociedade a qual pertence (PNAS, 2004).

As responsabilidades pelas ações educativas foram atribuídas aos municípios, os quais assumem junto com governo federal o compromisso de atuar no sentido de reduzir o número de pessoas que vivem em situação considerada de risco. Um dos principais critérios de inclusão nos programas sociais é a participação da totalidade do grupo familiar.

Com o objetivo de assegurar às crianças os seus direitos, o Projeto Acalento (anexo I) foi elaborado, resultando num programa que, na sua forma operacional, articula os recursos públicos, envolvendo a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Ação Social e Cidadania, tendo como articuladora e idealizadora a atual presidente do Fundo Social de Solidariedade. Além dos recursos públicos, contamos com a colaboração da sociedade civil, representada pela participação da Pastoral da Criança.

Faz-se necessário resgatar nesse momento que a vinculação afetiva nem sempre é inata naquela que gera, pois a mãe pode sofrer influências negativas momentâneas ou circunstanciais, que podem trazer sérios prejuízos para todo o grupo familiar. O aconchego e a proteção da mãe podem determinar a qualidade da afetividade e do desenvolvimento psicológico da criança.

Podemos considerar que o Programa Acalento faz a conexão entre a educação e a assistência social de forma efetiva. Por outro lado essa inter-relação se justifica quando se leva em conta que o compromisso da educação é semelhante ao compromisso ético-político

do serviço social firmado na busca da transformação do homem, inserido no contexto sócio-histórico (Iamamoto, 2007).

Sob essa ótica entendemos que o Programa Acalento precisa articular os recursos existentes no Serviço Público e na comunidade, para implementar sua intervenção educativa fazendo a reflexão junto com as mães sobre o ato da amamentação e os benefícios que ele representa para seus filhos. Para isso é necessário romper com os mitos e preconceitos arraigados na nossa sociedade, tendo em vista que durante décadas sob a égide do sistema capitalista foi introduzido o conceito de que o leite industrializado é melhor para os bebês, enquanto que o leite materno é insuficiente e fraco.

Para atender à expectativa de fornecer uma educação com qualidade, a equipe multidisciplinar foi composta pela fonoaudiologia, psicologia, enfermagem e serviço social, com profissionais treinados para estimular a amamentação das crianças logo após o parto. O objetivo da equipe é transmitir informações seguras e confiáveis para as mães sobre as necessidades nutricionais e psicológicas da criança, assim como oferecer-lhes condições para o devido manejo das mamas, para evitar o desconforto físico que pode levar ao desmame precoce.

Essa intervenção educativa procura ampliar a liberdade das mães ao oferecer-lhes condições de tornar-se sujeitas do processo e fazer sua escolha consciente, podendo romper com a tradição de substituição alimentar sustentada pelo capitalismo. Pois ainda hoje o Estado por meio de parcerias oferece o leite industrializado, conseqüentemente isso contribui para o desmame precoce do bebê, evidenciando prejuízos para a saúde da criança.

A ação educativa da equipe multidisciplinar contempla todas as mães internadas nos dias úteis, por meio da abordagem hospitalar. Para reforçar as informações verbais é entregue a Cartilha do Programa Acalento (Anexo VI), que foi elaborada pela equipe técnica, fornecendo ainda os endereços e telefones que a mãe pode precisar num momento de

urgência. A segunda edição da Cartilha após apreciação da Banca de Qualificação de Mestrado da presente pesquisa necessitou de correções e adequações gramatical, atendendo as sugestões da Pedagoga, Prof^a Dr^a. Margareth Park, a qual identificou que linguagem não estava adequada para transmitir as informações de forma clara e segura para as mães.

Os compromissos do programa estão firmados no respeito humano e profissional. Cada técnico que compõe a equipe interdisciplinar tem a liberdade de desenvolver sua prática de acordo com sua especificidade, ao colocar seus conhecimentos a serviço das mães.

Todo esse trabalho busca assegurar à criança o direito de ser amamentada e educada, podendo conviver no seio de sua família natural. De acordo com os ditames legais o programa está atento também àquelas crianças que nascem em situação de abandono. Nestes casos específicos, a equipe se mobiliza para que as crianças tenham resguardados legalmente seus direitos por meio da colocação em família substituta.

Na contemporaneidade, a assistência é concebida em caráter temporário, buscando a inclusão e a promoção humana. O Programa Acalento por meio da sua intervenção apresenta uma proposta de educação familiar, na qual o nascimento de um novo integrante familiar é o momento oportuno de aproximação da família. Sendo que, os profissionais, dentro de sua especificidade, ao conhecer a dinâmica familiar, suas dificuldades e inseguranças procuram construir um novo relacionamento em conjunto com as pessoas assistidas, articulando todos os recursos disponíveis na busca da superação das dificuldades.

A abordagem inicial é materna, mas o programa não se limita a ela, partindo do princípio que o objetivo é incluir toda a família e a comunidade que a cerca, buscando a proteção de todos em torno do novo membro familiar. Desta forma, adotamos a visão contemporânea, distinguindo-se das práticas assistencialistas que servem apenas para fragmentar os indivíduos, tratando-os isoladamente, sem levar em conta seu contexto familiar. De acordo com as tendências nacionais, assumimos a idéia de que a família hoje se tornou

referência para a concessão de qualquer tipo de serviço ou benefício eventual, não deixando de levar em conta que a educação também deve seguir esse conceito.

Cabe acrescentar ainda que não basta oferecer os serviços à distância. Faz-se necessário implementar um serviço de acolhimento, indo ao encontro daqueles que se encontram isolados e apáticos, devido à condição de alienação provocada pela falta de conhecimento sobre seus direitos enquanto cidadãos. A família como grupo social necessita de segurança e valorização para que possa assumir a sua função de educadora e socializadora na construção de uma sociedade mais justa. A convivência familiar saudável produz um ambiente capaz de reduzir a violência.

4.1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA ACALENTO

O Programa Acalento inicia seu processo educativo na maternidade do Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat, que atende prioritariamente usuários do SUS. Diariamente são realizadas as visitas hospitalares a todas as mães internadas. Nesse momento é feita a entrevista e o cadastro (anexo III) para posterior visita domiciliar a todas as crianças nascidas nesse hospital, independente da condição financeira da família.

As mães participam do programa educativo, desenvolvido pelos técnicos de acordo com suas especificidade. São feitas abordagens individualizadas e em grupos durante o período de internação que pode variar de dois a três dias dependendo do tipo de parto que a mãe se submeteu.

Além deste trabalho educativo, diariamente a equipe da Vigilância Epidemiológica, coordenada pela enfermeira, no ambiente hospitalar inocula as primeiras vacinas aos recém-nascidos, emitindo a respectiva Carteira de Vacinação entregando-a para as mães.

O primeiro contato da técnica de enfermagem com a mãe tem o objetivo de acolhê-la e com essa aproximação, procura romper barreiras e conquistar sua confiança, aproveitando a oportunidade para transmitir informações, assim como conhecer as particularidades familiares e identificar possíveis problemas. Este momento pode ser considerado o início do processo educativo, pois são fornecidas preliminarmente as informações sobre amamentação e sobre os cuidados básicos necessários que oferecem segurança e conforto do recém-nascido.

Ao final da entrevista é oferecido um exemplar da “Cartilha Informativa” (anexo V) para cada mãe, constando as principais informações sobre os cuidados com o recém nascido e sobre amamentação, além dos endereços de todos os postos da Rede Básica. A cartilha foi elaborada pela equipe técnica procurando reforçar as informações transmitidas oralmente.

No período de internação, na medida do possível, é efetuado ainda nas dependências do hospital o registro de nascimento das crianças. Nem todos os registros são feitos no hospital, pois algumas mães não são casadas e por motivos diversos nem todo pai está presente no momento do nascimento da criança. Outro impedimento do registro no hospital é o fato do Cartório de Registro não funcionar nos finais de semana.

O Programa Acalento previne ainda o abandono, atendendo as mães que desejam entregar seus filhos para adoção. Quando a mãe manifesta o desejo de entregar seu filho em adoção, o assistente social e o psicólogo ouvem a mãe oferecendo condições para que ela possa refletir melhor sobre a complexidade desta atitude, bem como suas conseqüências. Em todos os casos o Conselho Tutelar é notificado, para que localize a família da mãe, em busca de apoio e o cumprimento das exigências do ECA.

Caso a decisão inicial seja mantida, a seguir a assistente social contando com apoio do Conselho Tutelar, providenciam o registro de nascimento da criança. Em conjunto é elaborado um relatório detalhado sobre o caso em forma de ofício sendo encaminhando com o registro de nascimento ao Poder Judiciário. A mãe é acompanhada munida de documentos até à Vara da Infância e da Adolescência. Durante a audiência com o Juiz de Direito ela tem a oportunidade de expressar o desejo de doar a criança, desta forma se inicia a tramitação legal do processo de adoção.

Enquanto isso, a criança permanece abrigada em caráter provisório no hospital, aguardando a decisão judicial. Esses procedimentos, desprovidos de preconceito, têm como objetivos respeitar e apoiar a mãe, efetivar a proteção da criança, preservar sua identidade, garantir sua sobrevivência, oferecer-lhe o direito de ter uma família substituta, devidamente cadastrada, em condições de assumir as responsabilidades de guarda, com fins de adoção.

Nos casos em que não se verificou intercorrências graves, a técnica de enfermagem do programa tem a responsabilidade de agendar a primeira consulta da criança na Unidade

Básica de Saúde, fornecendo os dados para que seja iniciado o acompanhamento pediátrico, conhecido como serviço de puericultura. Essa profissional agenda ainda a consulta da mãe com ginecologista, conhecida como revisão pós-parto²².

Após a alta hospitalar, antes de a criança completar sete dias de vida, é feita a primeira visita técnica no domicílio para todas as crianças cadastradas. Esta visita tem como objetivo principal reforçar as orientações fornecidas no período de internação, além de ser um momento precioso para oferecer suporte às mães. Nesta oportunidade torna-se possível conhecer a realidade da família e verificar suas reais necessidades, sendo que ao identificar qualquer tipo de problema, o profissional está preparado para fazer os encaminhamentos necessários para os recursos públicos ou comunitários, ou mesmo solicitar a presença do serviço técnico qualificado.

Quando se constata que a família vive em situação considerada de risco e vulnerabilidade social, uma cópia da Ficha de Cadastro é encaminhada para o CRAS da região em que a família reside. O assistente social da unidade fica responsável em fazer a visita domiciliar na primeira quinzena de vida da criança. Essa visita, além de buscar a proteção da criança, possibilita o acolhimento da família e a sua inserção nos programas de transferência de renda, pois nesse momento o profissional tem a oportunidade de conhecer as carências do grupo familiar, podendo estabelecer um diálogo por meio do qual se torna possível discutir e escolher os possíveis caminhos para a solução dos problemas. Os assistentes sociais, conhecedores dos equipamentos e mecanismos de proteção, podem oferecer os recursos disponíveis na comunidade. O compromisso do Serviço Social do CRAS é visitar a família periodicamente, incluindo-a em todas as palestras e cursos desenvolvidos naquela região. É solicitado o acompanhamento da família durante os primeiros seis meses de

²²Esclarecemos que essa consulta é obrigatória, pois o médico ginecologista é responsável pelo preenchimento do Formulário de Notificação de Puerpério. Esse documento é encaminhado para a Vigilância Epidemiológica. Após o controle burocrático o SUS libera o pagamento das despesas médicas e hospitalares para a instituição que realizou o parto.

vida da criança, conforme compromisso firmado na VI Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança²³.

O processo de educação familiar é desenvolvido por meio da educação não-formal. Os temas serão organizados num ciclo permanente de palestras, e todas estão voltados para os aspectos da convivência familiar. O objetivo principal da ação educativa é o fortalecimento dos vínculos familiares, no sentido de despertar na família e na comunidade o interesse de acolher e proteger suas crianças.

Além dessa providência a coordenadora do programa faz uma notificação para a Pastoral da Criança, informando sobre as condições da família e suas necessidades materiais, para que a equipe de voluntários possa acompanhar a família de acordo com seus princípios e critérios de inclusão. O Fundo Social de Solidariedade encaminha para a Coordenadora Regional da Pastoral uma cota mensal de enxoval de criança. Ela faz a distribuição conforme a necessidade da família. Essa centralização na partilha foi adotada para não haver dupla assistência material. A única recomendação feita à Pastoral da Criança é que sua primeira visita domiciliar seja realizada antes da criança completar quinze dias de vida.

Quando em alguns casos especiais a mãe, por motivos diversos, não consegue registrar a criança durante os primeiros quinze dias de vida, é solicitado o apoio do Conselho Tutelar, para que sejam tomadas as devidas medidas legais que possibilitem a emissão do devido registro de nascimento. A fim de evitar longos processos judiciais em primeiro lugar o Conselho Tutelar acompanhada de uma Assistente Social, procura localizar o suposto pai, a fim de orientá-lo sobre suas possíveis responsabilidades e sobre o direito da criança de ter reconhecido a sua paternidade. Caso não seja possível a localização do suposto pai ou sua anuência, a equipe providencia o registro da criança, constando apenas o nome da mãe,

²³ A Conferência foi realizada no dia 28 de junho de 2007, em que o Programa Acalento foi apresentado e aprovado como uma política de proteção à criança. A partir desse momento as intervenções educativas realizadas na comunidade passou a fazer parte dos compromissos pactuadas pela Secretaria de Ação Social e Cidadania, de acordo com as exigências contidas na Política Nacional de Assistência Social.

orientando-a sobre as medidas necessárias para a devida abertura do processo de reconhecimento de paternidade.

Além disso, o Programa Acalento pretende criar uma nova cultura de proteção à criança, para isso busca despertar na sociedade saltense o espírito de solidariedade e proteção infantil. O respectivo programa ampliou seu âmbito de atuação, implantando, no mês de novembro de 2007, o Posto de Coleta de Leite Humano. Desta forma ele oferece às mães que amamentam a oportunidade de contribuir doando o excesso de leite para suprir as demandas nutricionais de outras crianças que, apesar de todos os esforços, não tiveram êxitos na amamentação.

4.2. ANÁLISE DE DADOS – PROGRAMA ACALENTO

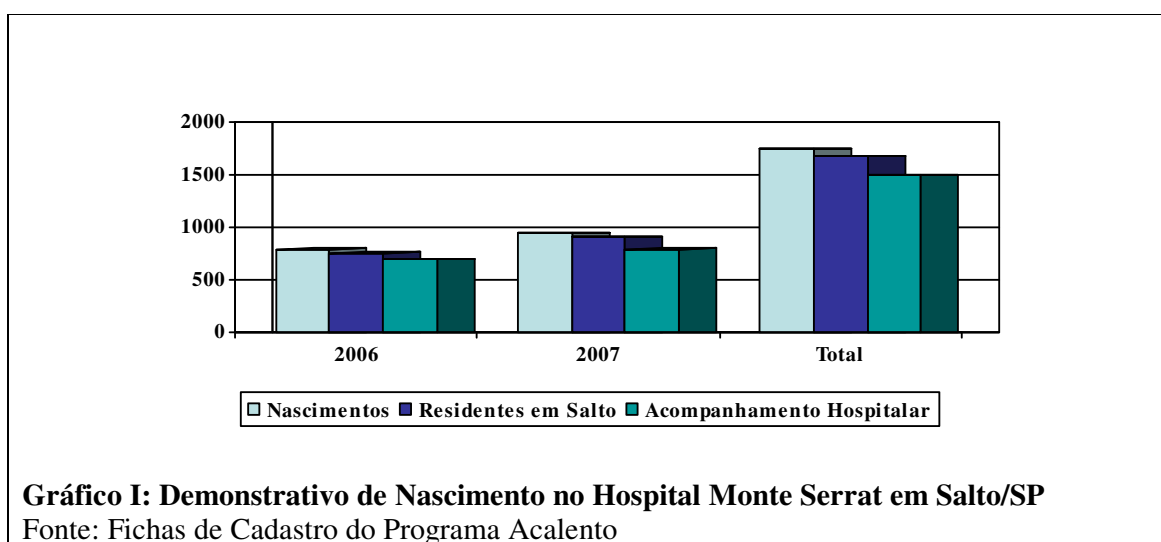
O Programa Acalento teve seu marco de implantação no dia 12 de outubro de 2005. No entanto, o efetivo registro de dados quantitativos passou a ser efetuado apenas no mês seguinte. O primeiro fechamento da estatística anual foi feito no mês de novembro de 2006, sendo assim, esse mês também foi tomado como referência para a análise de 2007. Desta maneira se tornou possível a comparação dos dados em cada período correspondente.

Inicialmente vamos fazer a análise quantitativa do primeiro ano de implantação do Programa Acalento. Conforme dados apurados na ficha de cadastro do programa, nesses doze primeiros meses nasceram 800 crianças no Hospital Monte Serrat, sendo que 764 mães residiam no município de Salto, enquanto que as outras 36 eram procedentes de municípios vizinhos.

Foram realizadas 702 intervenções educativas no ambiente hospitalar com a participação da equipe multidisciplinar conforme rotina proposta pelo Programa Acalento. Ao analisar o número total de nascimentos, observamos que 98 mães não receberam o devido acompanhamento hospitalar proposto no programa. Ressaltamos que esse fato ocorreu porque a equipe de servidores municipais trabalha apenas em horário comercial, de segunda a sexta feira. Portanto, quando a criança nasce na sexta feira após as 17 horas, normalmente recebe alta no domingo, desta forma a mãe não participa das ações educativas propostas no ambiente hospitalar. Ela passa a ser incluída no programa a partir da visita domiciliar, que é realizada no primeiro dia útil de trabalho da técnica de enfermagem; isso causa certo prejuízo na qualidade do processo educativo, pois o acompanhamento é feito apenas no domicílio e não inclui as abordagens técnicas das áreas de fonoaudiologia e psicologia.

Nesse período correspondente foram realizadas 740 visitas domiciliares. Ao compararmos com o número de mães residentes no município, observamos que 24 mães não receberam a visita domiciliar. Quando esse fato foi apresentado junto à coordenadora do

Programa Acalento, recebemos a informação que os endereços não correspondiam com as informações fornecidas no ato da internação hospitalar, além de existir alguns casos cujas mães foram passar o período de licença na casa de familiares em outros municípios. Acrescentamos que o Conselho Tutelar recebe a devida notificação da equipe do Programa Acalento quando a mãe não é localizada.



Ao observarmos o gráfico I, constatamos que o número de nascimento de crianças no hospital Monte Serrat aumentou no período correspondente a 2007. Para correta interpretação desse fato se faz necessário resgatar que o referido hospital no período de 2000 a 2004 não funcionou em sua plena capacidade. Os gestores municipais limitaram o número de internações para reduzir os gastos na área de saúde.

Apesar da mudança da administração municipal, em 2005 a medida anterior continuou causando impacto, pois nesse ano se registrou uma média de 30 nascimentos por mês²⁴. Esses dados evidenciam que só as mães que não possuíam condições de procurar outros serviços na região deram à luz no Hospital Monte Serrat.

²⁴ Dados fornecidos durante a entrevista realizada em 19 de outubro de 2007 com a Sr^a Ceumi Silveira Andreasa, Diretora Administrativa do Hospital Monte Serrat – BOS, conforme cadastro do Serviço de Arquivo Médico.

Em 2006 essa média subiu para aproximadamente 60 partos mensais. Além da implantação do Programa Acalento, a administração municipal tem procurado resgatar a credibilidade do hospital diante dos usuários. Em junho de 2005, a administração hospitalar foi transferida para o Banco de Olhos de Sorocaba, que é o atual gestor. O hospital passou por uma reforma geral, modernizando suas instalações internas, adquirindo novos equipamentos e melhorando sua fachada externa.

Prosseguindo a análise dos dados, no período de 2007 registrou-se o nascimento de 984 crianças, registrando 184 crianças a mais do que no período de 2006, sendo que a média mensal de partos passou de 60 para 82.

Dos 984 nascimentos foi registrado que 910 mães residiam no município de Salto quando foram internadas. Podemos considerar que na questão de procedência das mães não houve nenhuma mudança significativa. A equipe do Programa Acalento atendeu 799 mães durante a internação, no entanto, constatamos que 185 não foram contempladas pelas ações educativas hospitalares. Esse número representa que 9% das mães não foram atingidas pelo programa no ambiente hospitalar.

Ao comparar com o período anterior percebe-se que o índice de exclusão dobrou nos últimos 12 meses e esse desvio pode ser visualizado no gráfico I. Consideramos que a incidência de nascimentos nos finais de semana não serve mais como parâmetro, principalmente se levarmos em conta que de acordo com o regimento hospitalar as cesarianas programadas são agendadas normalmente nos dias úteis. Enquanto que nos finais de semana são realizadas apenas cesarianas de emergência, quando existe risco de morte da mãe ou da criança, além de partos normais.

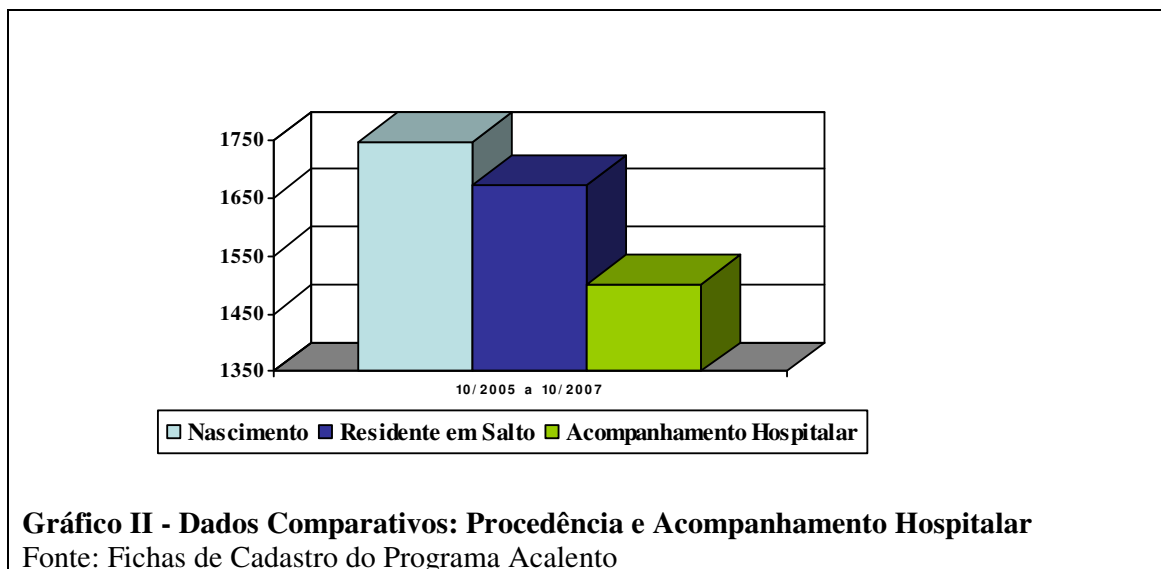
Nesse período correspondente foram realizadas 841 visitas domiciliares, ficando excluídas do acompanhamento domiciliar 59 mães durante o período de um ano. Quando se compara com o número de nascimentos do município, confirma-se o novamente o desvio,

pois o índice de exclusão nessa questão também dobrou em relação ao período anterior. As causas desses aumentos devem ser investigadas com maior atenção, para não se correr o risco de comprometer os objetivos propostos pelo Programa Acalento. Um dado positivo revelado na pesquisa do Programa Acalento trata-se da incidência de óbitos. No período considerado de 2006 ocorreram 8 casos de óbito, sendo que no período seguinte ocorreram 9 óbitos; cabe destacar que apesar da média de nascimento ter aumentado, o número de óbitos de recém-nascidos permaneceu praticamente inalterado, representando 2% do total de nascimento, as causas dos óbitos não foram investigadas na presente pesquisa, pois no município de Salto, fica a critério do Comitê de Avaliação de Mortalidade Infantil²⁵.

No que se refere ao grau de satisfação das mães com relação aos serviços hospitalares é importante destacar que esse item da pesquisa foi respondido durante a entrevista domiciliar, considerando que no ambiente familiar a mãe teria melhores condições de responder às questões de forma tranqüila e segura, sem qualquer tipo de influência.

Ao fazer a pesquisa referente à procedência das mães, de acordo com dados registrados na ficha de cadastro individual, constata-se que 95% dos endereços pertencem ao município de Salto. Essa mesma fonte de pesquisa indica que as intervenções educativas realizadas pelo Programa Acalento no ambiente hospitalar atingiram apenas 86% do total de mães, independentemente da sua procedência.

²⁵ O Comitê de Avaliação de Mortalidade Infantil foi instituído em 2004, seguindo as determinações do SUS. É composto por uma equipe técnica composta por Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo, Fonoaudióloga. A enfermeira trabalha em período integral, colhendo informações por meio de entrevistas com as mães que perderam seus filhos menores de 6 meses. O grupo se reúne mensalmente para analisar os dados coletados e apresentar sugestões para o Poder Público.



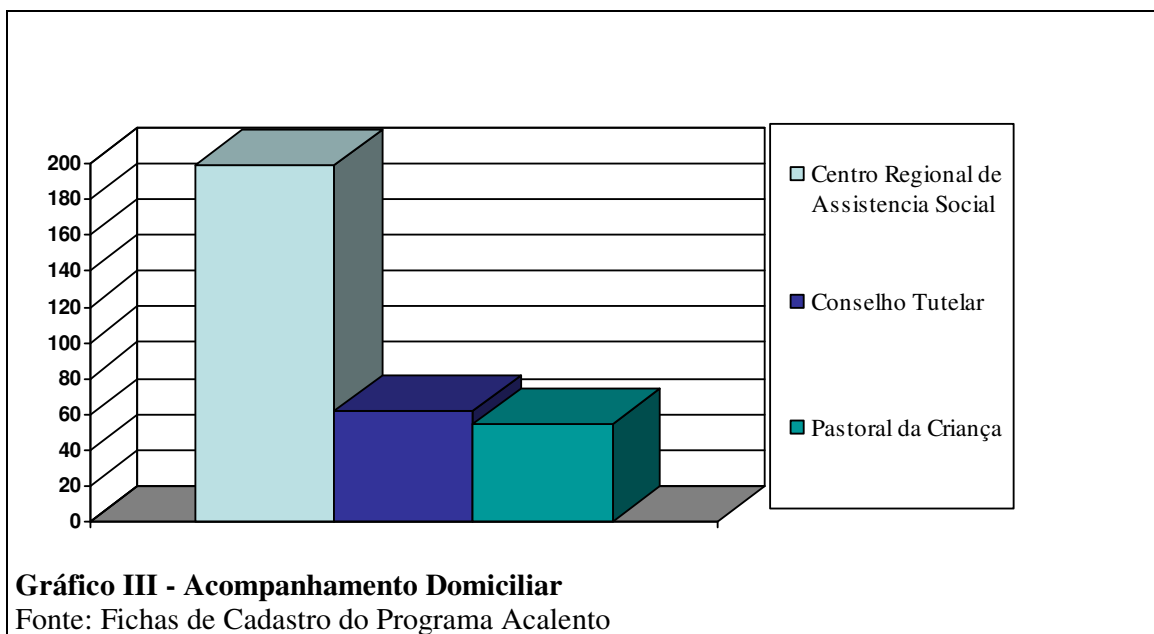
Por último registramos um dado importante que não consegue aparecer nos gráficos, mas é muito significativo: o Programa Acalento foi responsável pelo encaminhamento de 12 crianças para adoção. Esse dado significa que em 0,7% das crianças que nasceram na cidade de Salto, as genitoras manifestaram o desejo de não ficar com a criança. Os direitos dessas crianças foram resguardados, por meio da colocação em família substituta, assegurando-lhes a convivência familiar²⁶. Neste Aspecto o Programa Acalento contribui no sentido de prevenir o abandono e as adoções ilegais, além de proteger e amparar legalmente o direito de escolha da genitora.

4.3. ANÁLISE DOS ACOMPANHAMENTOS COMPLEMENTARES

O Programa Acalento desde sua implantação realizou 1581 visitas domiciliares. Esse número significa que 94,5% das mães que residem no município receberam pelo menos uma visita e as orientações em sua residência, independente de sua condição financeira.

²⁶ Apesar das exigências contidas no PNAS, que adotou como foco principal de atuação a matricidade familiar. No município de Salto o Programa Acalento ainda é a única iniciativa que busca assegurar o Direito da Criança de Conviver em Familiar. No dia 25 de maio de 2005, durante a comemoração do Dia Nacional da Adoção, a presidente do FUNSSOL lançou a idéia de se constituir um Grupo de Apoio a Adoção, esse se reuniu por aproximadamente 10 meses, mas deixou de existir por falta de interesse da população. Nesta mesma data no ano de 2006, o dia Nacional da Adoção foi comemorado contando com a presença da palestrante Janete Valente, Assistente Social responsável pelo Programa Sapeca de Campinas, que trabalha com Acolhimento Familiar. Apesar da idéia ter sido lançada o programa de Acolhimento Familiar não foi implantado no município por falta de interesse dos gestores municipais.

Dos 1674 nascimentos registrados no município, 327 mães necessitaram de algum tipo de atendimento complementar. Consideramos que esses dados são bastante elevados, pois demonstra que 19,5% das mães necessitaram de algum tipo de apoio profissional ou comunitário para poder assumir a sua função social de protetora e defensora dos direitos daquela criança. Indicam ainda que durante o acompanhamento do pré-natal não houve a preocupação com outras necessidades, além daquelas relacionadas a saúde e o desenvolvimento do feto. Outra questão importante levantada por meio da presente pesquisa refere-se ao fato de que participação do Poder Público ainda é fundamental na efetivação da proteção familiar. O gráfico apresentado abaixo consegue representar visualmente essa conclusão que chegamos ao analisar os dados expressos no Programa Acalento.



Das 327 mães que necessitaram de acompanhamentos, 199 foram acompanhadas pelas Assistentes Sociais dos CRAS(s), dado que representa 12,5% da assistência prestada às famílias. Em segundo lugar destacamos o Conselho Tutelar, sendo responsável por 62 acompanhamentos. Cabe registrar que todos estavam relacionados com as questões de registro

de nascimento; esse número representou que 4% das mães não tiveram condições de efetuar o registro de nascimento de seus filhos sem o apoio institucional.

Conforme acordos firmados na implantação do Programa Acalentam a Pastoral da Criança atendeu 54 famílias; esse atendimento representou 3,5% do total de crianças cadastradas. Os resultados contabilizados indicam que o Programa Acalento necessita de ajustes. E essa constatação está demonstrada na tabela I: ao fazermos a comparação entre os períodos de 2006 e 2007, aparecem dois desvios, um deles no acompanhamento hospitalar e o outro nas vistas domiciliares, evidencia-se uma queda quantitativa significativa desse tipo de acompanhamento.

A tabulação dos dados demonstrou que no período de 2006 não foi possível localizar 3% das crianças que nasceram no Hospital Monte Serrat, cujas mães declararam sua residência no município de Salto. Já no período seguinte de 2007 essa porcentagem de exclusão subiu para 8%, no entanto, a porcentagem final de 5,5% acaba mascarando esse desvio porque no último período houve um aumento do número de nascimentos.

Quando quantificamos esses dados constatamos que 93 crianças não foram localizadas. É curioso observar que esses casos foram tratados de forma isolada e assim acabou por não despertar nenhuma preocupação por parte da então coordenadora do Programa Acalento²⁷, que apenas arquivou as fichas. Esse desvio passou despercebido durante os dois anos de vigência do programa, mas foi identificado graças à tabulação de dados exigida na presente pesquisa. Nas fichas de acompanhamento foi apontado que 80% dos endereços estavam incorretos e nas 15% das fichas restantes constava que a mãe tinha se mudado para casa de parentes em outras cidades²⁸ ou para locais ignorados; os reais motivos deste desvio ainda não foram investigados.

²⁷ Sra. Maria Benedita Francischinelle, assistente social.

²⁸ Após a constatação desses dados a equipe do Programa Acalento foi orientada (nos casos em que não foi efetuado o Registro de Nascimento da criança no hospital), a protocolar a denuncia junto ao Conselho Tutelar,

Tabela 1 - Nascimentos e Acompanhamentos

Descrição	2006	2006	2007	2007	Total	Total
Nascimento	800	%	948	%	1748	%
Óbito	8	1%	9	1%	17	1%
Adoção	5	0,6%	7	0,7%	12	0,7%
Residência Declarada no Município de Salto	764	95,5%	910	96%	1674	95%
Visitas Hospitalares	702	87,5%	799	*84%	1501	86%
Acompanhamentos Domiciliares	2006		2007		Total	
Domiciliados em Salto	764		910		1647	
Visitas Domiciliares	740	97%	841	*92%	1581	94,5%
Centro Regional de Assistência Social	85	11,5%	114	13,5%	199	12,5%
Conselho Tutelar	18	2,4%	44	5,2%	62	4%
Pastoral da Criança	15	2%	39	4,6%	54	3,5%
Total de Atendimentos Complementares	118	15,9%	197	23,5%	315	20%

* *desvio*

Fonte: Ficha de Cadastro do Programa Acalento

Esses dados merecem atenção e são alarmantes considerando-se que podem ocultar inúmeros problemas. Eles evidenciam que os objetivos iniciais de proteção contidos no Programa Acalento ainda não foram atingidos em sua totalidade. Esses dados alarmantes podem ocultar inúmeros problemas e evidenciam que houve sonegação de informações por parte das gestantes no ato da internação²⁹. A tabulação de dados acabou demonstrando que os objetivos

que tem a responsabilidade de entrar em contato com o Conselho da suposta cidade que a mãe mudou-se após o parto.

²⁹ Como medida emergencial esta sendo solicitado o Cartão de Pré-Natal, onde consta o endereço da gestante, no ato da internação hospitalar. Essa medida visa assegurar as informações de forma indireta, quando existe

de proteção contidos no Programa Acalento ainda não foram atingidos em sua totalidade. Pois persiste a hipótese de que as adoções ilegais continuam sendo praticadas, os endereços não localizados podem estar ocultando o verdadeiro destino das crianças.

Quando avaliamos a porcentagem dos acompanhamentos complementares realizados na comunidade, observamos que a porcentagem de encaminhamentos aumentou significativamente no período de 2007, superando em 7,5% no período anterior. Esses dados evidenciam que a percepção e o envolvimento dos profissionais que fazem o acompanhamento domiciliar têm se desenvolvido e ampliado, contribuindo para o fortalecimento do Programa Acalento.

Além dos dados quantificados o acompanhamento domiciliar possibilitou o registro de nascimento de 18 crianças, na faixa etária de zero a 14 anos, pertencentes a duas famílias, que viviam em situação de pobreza absoluta, excluídas de todos os programas existentes, incluindo o acesso à escola, devido à ausência da documentação.

CONCLUSÕES

O Programa Acalento foi lançado em 12 de outubro de 2005, no município da Estância Turística de Salto, com a iniciativa da presidente do FUNSSOL, em busca da necessária proteção materno infantil. Tendo como principais objetivos evitar a negligência, o abandono e adoções ilegais. Sua prática inicial se fundamentava no incentivo à amamentação logo após o parto, além de fornecer orientações sobre os cuidados necessários requeridos ao recém-nascido, seguida de uma visita domiciliar.

Inicialmente contou com o apoio do BOS – Banco de Olhos de Sorocaba, atual gestor do Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat, que permitiu a entrada da equipe da Secretaria de Saúde, responsável pelas abordagens no ambiente hospitalar. O Programa foi implantado de forma precária contando apenas com uma auxiliar de enfermagem sem experiência na área, além da fonoaudiologia e psicologia. À medida que o programa foi se desenvolvendo outros técnicos espontaneamente vieram compor a equipe dedicando parte de seu tempo nas ações educativas do Programa Acalento.

A Pastoral da Criança assumiu o acompanhamento domiciliar, sendo que o apontamento dos dados ficou sob a responsabilidade das coordenadoras regionais da Pastoral. À medida que o tempo foi passando surgiram algumas dificuldades relacionadas às questões burocráticas. A presente pesquisa evidenciou que o trabalho da Pastoral da Criança tem uma metodologia própria e critérios de inclusão bastante distintos da proposta do Programa Acalento, apesar de ambos buscarem a proteção da criança no âmbito familiar. Essa constatação exigiu a transferência das responsabilidades do acompanhamento familiar às Assistentes Sociais do CRAS, de acordo com sua área de abrangência. Desta forma a Pastoral da Criança continuou fazendo parte da rede de proteção à criança, porém sendo respeitada em suas particularidades.

O referencial teórico na área da educação forneceu-nos a sustentação para as devidas intervenções educativas, nos dando o suporte necessário que o conhecimento na área da assistência social não conseguiu oferecer.

Os vários caminhos percorridos durante essa pesquisa foram fundamentais no sentido de identificar e situar as intervenções educativas contidas no Programa Acalento como uma prática situada no campo da educação não-formal. Esse aprofundamento capacitou-nos para congregarmos as diversas áreas do conhecimento em busca de um mesmo ideal. Que se resume na necessidade de proteger o direito da criança de crescer e se desenvolver convivendo em família.

Além desta importante contribuição a orientação do sociólogo Prof. Dr. Luís Antonio Groppo, foi fundamental para identificarmos que o Programa Acalento precisava se tornar uma Política Pública, a fim de garantir a sua continuidade independente das sucessivas mudanças do governo municipal.

Articulamos-nos no campo político apresentando o Programa Acalento para a vereadora Rosana Costa Pinto, médica pediatra, que acatou a idéia sendo que no dia 27 de agosto de 2007, fez a Indicação Nº. 173/2007, solicitando ao Executivo a transformação do referido programa em Lei Municipal. No mês seguinte o Departamento Jurídico da Prefeitura contando com a nossa participação, elaborou a referida Lei. Podemos considerar que a presente Dissertação logrou êxito, o Programa Acalento foi aprovado na Câmara de Vereadores, se transformando na Lei Municipal Nº. 2.853/2007. Passando assim a integrar a Política Pública de proteção materna e infantil do Município da Estância Turística de Salto/SP, sob a responsabilidade das Secretarias de Saúde e Ação Social e Cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, C.H., Luzio, N. *Educação: uma aposta no futuro*. Brasília: Missão Criança 2006.
- BOWLBY, J. *Apego. A Natureza do Vínculo* v. 1- 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CABRAL, C. (org.). *Acolhimento Familiar: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Booklink Publicações Ltda., 2004.
- CARO, S. M. P.; GUZZO, R.; LOBO, S.. *Educação Social e Psicologia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.
- CARVALHO, M.C.B. (org.) *A família Contemporânea em Debate*. 3ª ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2000.
- CASTEL, R. *Desigualdade e Questão Social*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2007.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987
- _____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____, Gutierrez, F. (org) *Educação Comunitária e Economia Popular*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- GENTILI, Pablo (Org). *Pedagogia da Exclusão*. 10º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- GOHN, M. G. *Educação Não-Formal e Cultura Política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GROPPO, L. A. *A modernidade e a sociologia da educação*. digitado. Americana, 2006.
- HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*. set./1987, n. 18, p. 103-114.

HELLER, A. e FEHÉR, F. *A Condição política pós – Moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) *Família Brasileira a base de tudo*. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005

LAKATOS, E. M. *Sociologia Geral*. 4ª ed. São Paulo: Atlas 1982.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: coletânea de Leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) Assistente Social. São Paulo: CRESS, 2004.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1993). LOAS: lei orgânica da assistência social: legislação suplementar / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAN (et al.) – 5 ed. – Brasília: MDS, 2004.

MONDIN, B. *Curso de Filosofia: os Filósofos do Oriente*. 8ª ed. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2003.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005.

NOVO CÓDIGO CIVIL: exposição de motivos e texto sancionado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

PARK, M. B. e FERNNANDES, R. S. (Orgs). *Educação Não-Formal: contextos, percursos e sujeitos*. Holambra: Editora Setembro, 2005.

PARK, M. B., FERNANDES, R. S. e CARNICEL, A. (Orgs), A. *Palavras – chaves em Educação Não-Formal*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2007.

PASTORAL DA CRIANÇA. *História do dia-a-dia*. 3ª ed. Curitiba, 2000. 120p.

_____. *Nós somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização*. 3ª ed. Curitiba, 2001. 64 p.

_____. *Guia do Líder Comunitário*. 5ª ed. Curitiba, 2002. 206p.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Brasília: MDS, 2004.

PONTES, R.N., *Mediação e Serviço Social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHREINER, G. *Por uma Cultura da Adoção para a Criança?: grupos, associações e iniciativas de apoio à adoção no Brasil*. São Paulo: Editora Consciência Social, 2004.

SARTI, C.A. *A família como Espelho; um estudo sobre a moral dos pobres*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SLUZKI, C.A. *A rede sistêmica na prática social / alternativas terapêuticas*. São Paulo: Médicos, 1977.

SIMIONATTO, I. *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SPOSATI, A. *A menina LOAS um processo de construção da Assistência Social*. 3ª ed. São Paulo, 2007

TRILLA, J. (Org). *Profissão Educador Social*. São Paulo: Artmed, 2003.

_____, J. *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel, 1993.

UNICEF. *Situação da Infância Brasileira*. Brasília: Unicef 2005.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. L.S., LEONTIEV, A.R. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Editora Ícone, 1988.

WEBER, L.N. D. *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

SITE:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

Pastoral da Criança: Disponível em <http://www.pastoraldacrianca.org.br/> Acesso em 18 de abril 2007.

ANEXOS

ANEXO I

PROJETO ACALENTO³⁰

I - IDENTIFICAÇÃO

Coordenação:

Fundo Social de Solidariedade da Estância Turística de Salto.

Parceiros:

- Secretaria da Saúde
- Pastoral de Ação Social e Cidadania
- Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat – BOS / Salto

Área de Atuação

- Maternidade do Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat
- Todo território da Estância Turística de Salto.

II - JUSTIFICATIVA

A Política Nacional Brasileira por meio da LOAS, define que o Poder Público tem a responsabilidade de oferecer uma efetiva proteção materno infantil. A mulher após o parto encontra numa situação de vulnerabilidade física e psicológica, sendo que em certas circunstâncias pode até necessitar de auxílio para cuidar adequadamente da criança.

III - OBJETIVOS:

a) Objetivo Geral:

Atender as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme disposto em seu artigo 19: “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...]”. Criar uma rede de proteção familiar a fim de assegurar aos recém nascidos, seus direitos oferecendo-lhes melhores condições de sobrevivência.

³⁰ O Projeto Acalento aqui transcrito trata-se do documento original elaborado em junho de 2005 por Marisa Antonia de Souza, Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Salto.

b) Objetivos Específicos:

- Integrar o Poder Público e a Pastoral da Criança na prestação de serviços a infância;
- Incentivar o contato físico por meio da amamentação;
- Assistir as mães em suas necessidades emergenciais;
- Viabilizar o registro de nascimento da criança no hospital;
- Imunizar os recém nascidos no hospital antes da alta;
- Divulgar os serviços de atendimento ao recém nascido;
- Entregar a “Cartilha Informativa” para mãe;
- Criar uma cultura solidária de proteção ao recém nascido e a mãe;
- Prestar o atendimento humanizado no período de internação hospitalar;
- Criar um Posto de Coleta de Leite Humano.

IV – METODOLOGIA:

- Visitas hospitalares;
- Entrevista técnica e orientações do serviço social, enfermagem, psicologia e fonoaudióloga;
- Visitas domiciliares;
- Acompanhamento social e encaminhamentos.

V - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

(anexo II)

VI- RECURSOS**6.1. Recursos Humanos:**

- 01 assistente social coordenadora (Presidente do FUNSSOL)
- 01 fonoaudióloga (Secretaria de Saúde)
- 01 enfermeira (Secretaria de Saúde)
- 01 auxiliar de enfermagem (Secretaria de Saúde)
- 05 voluntários (membros da Pastoral da Criança)

Obs.: Com exceção da Auxiliar de Enfermagem, (os outros profissionais dedicaram uma parte da sua carga horária para atender aos objetivos do programa)

6.2. Recursos Materiais:

- 01 veículo do Fundo Social
- 02 salas para atendimento
- 01 mesa com gavetas
- 01 mesa redonda
- 01 mesa para computador
- 04 cadeiras
- 02 cadeiras giratórias
- 01 computador com impressora
- 01 linha telefônica com acesso a internet
- 01 aparelho de telefone
- 01 armário de aço com chave

6.3. Recursos Financeiros:

Prefeitura da Estância Turística de Salto, através da Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e Cidadania e Fundo Social de Solidariedade

VII - METAS

7.1. Curto prazo:

Local para instalação do projeto

7.2. Médio prazo:

- Visitar 80% das mães e recém nascidos durante o período de internação;
- Visitar 100% dos recém nascidos em seu domicílio;
- Entregar diariamente a “Cartilha informativa para mães”;
- Envolver outras Secretarias Municipais no projeto;
- Participar de eventos municipais divulgando o programa;
- Iniciar o acompanhamento no período de gestação.

7.3. Longo prazo:

Fortalecer os vínculos familiares oferecendo melhores condições de vida na primeira infância.

VIII - AVALIAÇÃO

Será feita através de reunião mensal com a Coordenadora do Projeto, junto ao Secretario de Saúde, Presidente do FUNSSOL, Pastoral da Criança e Administração do Hospital.

Salto, 10 de junho de 2005.

Marisa Antonia de Souza
Pres.do Fundo Social

ANEXO II

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ACALENTO

Atividades	Responsáveis	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.
Idealização do projeto	Fundo Social	x					
Busca de parcerias	Fundo Social	X	X	X			
Definição do Espaço Físico	Fundo Social Gabinete	X	X				
Adequação do Espaço Físico	Secretaria De Obras		X	X			
Apresentação Do Projeto para Comunidade	Secretaria de Sade Fundo Social			X			
Coordenação do Projeto	Fundo Social			X	X	X	X
Visitas Hospitalares	Secretaria de Saúde Fundo Social			X	X	X	X
Visitas Domiciliares	Séc. Saúde Pastoral da Criança			X	X	X	X
Denúncias	Séc. de Saúde Fundo Social Pastoral da Criança			X	X	X	X
Constatação de Denúncias	Conselho Tutelar			X	X	X	X
Viabilização de Recursos Encaminhamentos	Secretaria de Saúde Fundo Social			X	X	X	X
Avaliação	Reunião com Coordenadores			X	X	X	X

ANEXO III

FICHA DE ACOMPANHAMENTO – PROGRAMA ACALENTO N° _____**Visita Hospitalar**

Nome do bebê: _____ \ DN. ____/____/____

Sexo: _____ Peso: _____ Tamanho: _____ Tipo de Parto: _____

Condições de amamentação:

Bebê: sugando bem? _____ Mãe motivada? _____ Queixas: _____

Filiação:

Pai: _____ Idade: _____ Profissão: _____

Mãe: _____ Idade: _____ Profissão: _____

N° de Filhos: _____ Vivos: _____ Mortos: _____ Convivem com a mãe: _____

Total de pessoas na casa: _____ Tipo de residência: _____

Fez Pré-Natal: _____ N° de consultas: _____ Local: _____

Endereço:

Rua: _____ n°: _____

Bairro: _____ Tel. _____

Ponto de Referência: _____

Reside em Salto? _____ Tempo: _____

Observações: _____**ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR****1ª Visita Domiciliar:**

Inscrito na UBS? _____ Tomou vacina? _____ Fez teste do Pezinho? _____

Recebe leite materno? _____ Se não Por que? _____

Problemas de saúde? _____ Foi ao médico? _____

Atendimento hospitalar? () Ótimo () Bom () Ruim

Justifique: _____

* *Necessita de assistência?* _____ *Qual?* _____

Foi registrado? () SIM () Não () Porque? _____

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

2ª Visita Domiciliar

Data: ____/____/____

Inscrito na UBS? _____ Tomou vacina? _____ Fez teste do Pezinho? _____

Recebe leite materno? _____ (Se não) Por que? _____

Tipo de leite? _____ Outros: _____

Teve problemas de saúde? _____ Foi ao médico? _____

Coto Umbilical: _____ Apresenta assaduras? _____

Esta ganhando peso? _____ Porque? _____

Foi registrado? () SIM () Não () Porque? _____

* Necessita assistência? _____ Tipo? _____

1ª Entrevista no CRAS

Data: ____/____/____

Tipo de leite? _____ Outros: _____

Criança está bem? _____ Problema: _____

Encaminhamentos: _____

Continua no Programa? _____ Interesse: _____

2ª Entrevista no CRAS

Data: ____/____/____

Tipo de leite? _____ Outros? _____

Criança está bem? _____ Problema: _____

Encaminhamentos: _____

Continuará no Programa? _____ Interesse _____

Parecer Técnico:

Data: ____/____/____

Carimbo

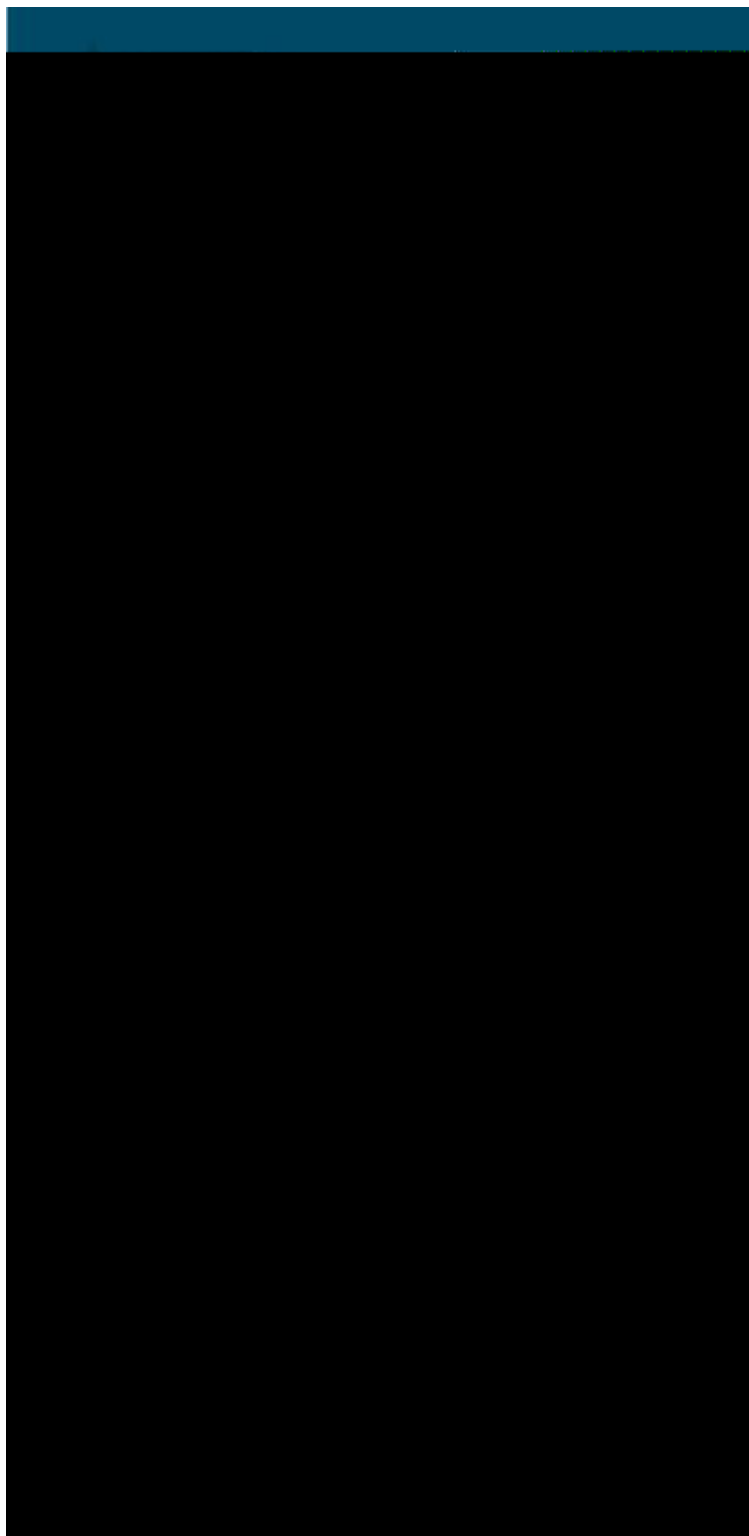
ANEXO IV



31

³¹ Logomarca do Programa Acalento - Criação e arte: Estação da Comunicação – Salto | SP - Usado no veículo e em camisetas para identificar os técnicos a serviço do Programa Acalento.

ANEXO V



32

³² Cartilha Informativa do Programa Acalento - Criação e Arte: Estação da Comunicação – Salto | SP

introdução



A AMAMENTAÇÃO COMO TUDO COMEÇA

O bebê já nasce com a capacidade de respirar pelo nariz e precisa se alimentar.

O melhor alimento para ele é o

leite materno, que além de servir para nutrir o bebê, é muito importante para o seu desenvolvimento afetivo, criando laços profundos entre a mãe e seu bebê.

Para se alimentar, os bebês utilizam da **sucção** e este é o primeiro estímulo responsável pelo crescimento facial. Ao sugar o bebê exercita toda sua musculatura da face. É esta musculatura que, mais tarde, ele também utilizará para falar.

Sendo assim, o **desenvolvimento da musculatura facial inicia-se com a amamentação, que é o primeiro e o mais importante estímulo**. No caso da amamentação por mamadeira, não há tanta força de sucção como no seio materno. Além disso, com o uso da mamadeira não ocorrerá o vedamento labial, o que desestimula a respiração pelo nariz (nasal) e estimula a respiração pela boca (oral), e isso não é bom.

O alimento materno e o exercício que a amamentação proporciona são de grande importância para a saúde do bebê. Devemos ter consciência que é indispensável a prevenção para que não haja desequilíbrios no crescimento das crianças, e **a primeira providência que você deve tomar é amamentar seu bebê em seu seio**.

Algumas mães ficam preocupadas com a parte estética, achando que os seus seios podem ficar flácidos ou deformados com a amamentação, o que não é verdade, e com isso perdem a grande oportunidade de viver momentos de profunda interação com o seus bebês.

Com esta cartilha você ficará melhor informada, e perceberá o quanto é prazeroso e importante a amamentação, tanto para a mamãe como para seu bebê.



AMAMENTE SEU FILHO E GARANTA A SUA SAÚDE

O leite materno é o mais completo alimento para o seu bebê.

Isso, você já sabe. O que talvez você não conheça são as vantagens que a amamentação traz para a mulher. A mãe que amamenta fica ainda mais próxima de seu filho, transmitindo a ele mais carinho e segurança. Além disso, ela fica protegida de diversas doenças. Amamentar seu filho desde o nascimento faz você perder mais rapidamente o peso que ganhou na gravidez.

A amamentação também diminui o sangramento do útero, prevenindo a anemia. Além disso, reduz as chances de você desenvolver osteoporose, câncer de mama, de útero e de ovário.

São muitos os motivos para você só alimentar seu bebê com o leite materno.

NAS PRÓXIMAS PÁGINAS
VOCÊ SABERÁ
O QUE FAZER PARA AMAMENTAR
SEU BEBÊ CORRETAMENTE.





LEITE MATERNO NUNCA É FRACO

O leite materno é sempre mais adequado para o desenvolvimento do bebê. Nos seis primeiros meses de vida, não é preciso dar chá, água, suco, outro leite ou qualquer alimento além do leite materno. No primeiro dia, a produção de leite é pequena. Esse leite, chamado de colostro, é transparente ou amarelado e tem alto valor nutritivo. Ele é o suficiente para as necessidades do bebê e age como uma verdadeira vacina, protegendo-o contra doenças.



QUANTO MAIS SEU BEBÊ MAMAR, MAIS LEITE VOCÊ VAI TER

Sugar o peito estimula a produção de leite e exercita os músculos da face do bebê. Amamentar desde a sala de parto faz com que o leite desça mais rápido. Procure manter o bebê ao seu lado, do nascimento até a alta. A criança que mama no peito várias vezes durante o dia e a noite - sempre que tiver com vontade - não precisa de nenhum outro alimento.

UNIDOS PELA
CRIANÇA



COLOQUE O BEBÊ NA POSIÇÃO CORRETA PARA MAMAR

Para que o bebê sugue bem, ele deve estar em posição de poder abocanhar não só o mamilo (bico do peito) mas grande parte da aréola (parte escura do peito), com o corpo totalmente voltado para o da mãe (barriga com barriga). Quando a criança pega o peito corretamente e com a boca bem aberta, o leite sai em quantidade suficiente. O bebê engole tranqüilamente, respirando pelo nariz, estimulando os músculos da face e a mãe não sente dor e nem terá rachaduras no peito. Evite amamentar deitada. Amamente seu filho sentada confortavelmente.

NUNCA USE BICOS, CHUPETAS, CHUQUINHAS OU MAMADEIRAS



Todos esses produtos prejudicam a amamentação.

Os bebês que fazem uso de mamadeiras e chupetas acabam largando o peito. E além disso a mamadeira provoca a respiração oral. A respiração deve ser nasal, pois a oral causará alterações em todo o organismo. Algumas das conseqüências da respiração oral são: mau hálito, sono agitado, postura corporal incorreta, entre outros problemas.



EVITE QUE A MAMA FIQUE MUITO CHEIA

Se isso acontecer, retire o leite observando as recomendações a seguir: ferva um vidro com tampa de plástico por 10 minutos, prenda os cabelos e lave



bem as mãos, coloque os dedos onde termina a aréola e aperte várias vezes até o leite sair.

Guarde o leite no vidro, na geladeira - até 12 horas.

Para esquentar o vidro com o leite, faça em banho-maria. Nunca use forno microondas ou fogo direto. Depois que o seu bebê tomar o leite, jogue o resto fora. Na falta de geladeira, o leite poderá ser guardado até 2 horas em local fresco e dado ao bebê, de copinho ou colher, mas só se a mãe não estiver em casa.

AMAMENTAR É UM
ATO DE AMOR

CUIDE ADEQUADAMENTE DAS MAMAS

Para evitar rachaduras, não lave os mamilos antes nem depois das mamadas. Basta o banho diário, evitando o uso de sabonete nos mamilos.

O próprio leite protege a pele, evitando infecções.

Não use pomadas nem cremes nos mamilos.

Troque o sutiã quando estiver molhado.

PROCURE AJUDA

Procure conversar com quem está passando pela mesma experiência que você. Peça ajuda à sua família nas tarefas de casa para que você possa descansar.

ATENÇÃO:

- Se por algum motivo você tiver dificuldades para amamentar seu filho, procure um profissional da saúde para orientá-la.
- Seu filho não deve ser amamentado por outra mãe.
- Lembre-se: Leve seu bebê tomar as vacinas nos tempos corretos e dê muito amor para ele.
- Só tome medicamento com ordem médica.



**SE POSSÍVEL, AMAMENTE
ATÉ A CRIANÇA
COMPLETAR DOIS
ANOS DE IDADE
OU MAIS**

Hoje a medicina recomenda que todo bebê seja amamentado exclusivamente no peito até os seis meses de vida.

Depois, dê também frutas e comidinhas, e continue amamentando até dois anos de idade ou mais. Quando o bebê mama no peito, ele exercita os músculos da boca que são importantes para o desenvolvimento da fala e da alimentação.



**CONHEÇA OS DIREITOS DA
MÃE TRABALHADORA**

- Licença maternidade de 120 dias.
- Quando retornar ao trabalho, dois descansos remunerados de meia hora por dia para amamentar seu filho até ele completar seis meses de idade.
- Berçário ou creche no local de trabalho, sempre que a empresa tiver trinta ou mais mulheres trabalhando.

UNIDOS PELA
CRIANÇA

mensagem

AMAR AMAMENTAR

MAMÃES QUE AMAMENTAM FALAM AQUI, COM VOCÊ:

" Amamentar é uma experiência maravilhosa e gratificante. É o amor mais profundo que já conheci."

" É uma sensação que toda mãe deve experimentar: a emoção e o prazer de amamentar um filho."

"Amamentar tem um significado único e especial para mim e para meu bebê. Amamentar é a melhor coisa que já fiz em minha vida!"

"É do amor que vem o amor. O peito é o amor da mãe por seu bebê, é a ponte de contato com um outro ser. Dar o peito é dar amor."

"Amamentar é uma experiência íntima e integradora. O bebê que vive esta experiência, de intimidade e confiança, poderá em sua vida se lançar a outras experiências sem medos, pois ele se fortalece fisicamente e como pessoa."

" Quando amamento meu bebê, sinto que eu estou alimentando o seu corpo com o meu alimento e o seu espírito com todo meu amor".





ENDEREÇOS DAS UNIDADES DE SAÚDE

Posto CAIC

Av. Eugênio Coutro, 1841
Fone: 4029.0590

Posto Santa Cruz

Av. Princesa Isabel, 1576
Fone: 4029.8820

Posto Pq. Bela Vista

R. Emílio Ribas, 380
Fone: 4028.2547

Posto Cecap

R. Estácio de Sá, 05
Fone: 4028.2542

Posto Jd. Donalísio

R. Paulo Malimpensa, 335
Fone: 4028.2548

Posto Jd. Marília

R. Atibaia, 130
Fone: 4029.8819

Clínica SaltoSaúde | Nações

Av. dos Migrantes, 04
Fone: 4028.6742

Posto Jd. Saltense

R. Teófilo Leite, 550
Fone: 4028.2534

Posto Salto de São José

R. Dos Bagres, 57
Fone: 4028.2541

Centro de Saúde | CSII

R. Rodrigues Alves, 655
Fone: 4028.2514

Casa da Mulher

Fone: 4029.5580
4029.2378

Secretaria da Saúde

R. Europa, 1571 - J. Celani
Fone: 4602.9004



Prefeitura da
Estância Turística
de Salto

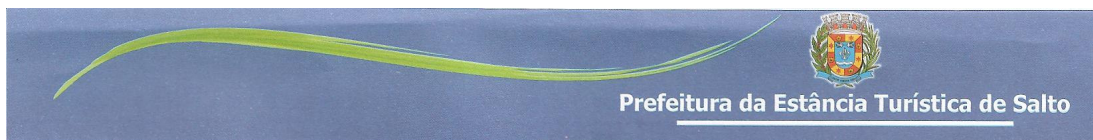


SECRETARIA
DA SAÚDE

PASTORAL DA
CRIANÇA

SECRETARIA
DE AÇÃO SOCIAL
E CIDADANIA

ANEXO VI

**LEI Nº 2.853/2007**

Criar no âmbito da Estância Turística de Salto, o Programa **ACALENTO** que atenderá aos recém nascidos, assegurando-lhes o direito à convivência e o fortalecimento dos vínculos familiares

JOSÉ GERALDO GARCIA, Prefeito da Estância Turística de Salto, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Salto aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado no âmbito da Estância Turística de Salto, o Programa **ACALENTO**, que atenderá aos recém nascidos, assegurando-lhes o direito à convivência e o fortalecimento dos vínculos familiares, prevenção da negligência e do abandono, oferecendo melhores condições de sobrevivência às crianças, atendendo ao disposto no artigo 227 da Constituição Federal/88 e art. 278 da Constituição Estadual, que trata de programas de assistência integral à criança, ao adolescente e a família.

Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos descritos no artigo anterior será formada uma equipe multidisciplinar com profissionais no âmbito da área da saúde e social.

Artigo 3º - O programa consiste nas visitas hospitalares, entrevista técnica e orientação dos serviços social, enfermagem, psicologia e fonoaudióloga, por meio de abordagens individualizadas, visitas domiciliares e acompanhamento social e outros.

Artigo 4º - A fiscalização para o cumprimento da presente Lei, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde.

Artigo 5º - As despesas decorrentes para execução dessa Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Salto
Em 13 de dezembro de 2007

JOSÉ GERALDO GARCIA
Prefeito da Estância Turística de Salto

Registrada no Gabinete do Prefeito, publicada na Imprensa local e no Quadro Atos Oficiais do Município.

MÁRIO GILMAR MAZETTO
Secretário de Governo



“Doe órgãos, Doe sangue: Salve Vidas.”

Rua 9 de julho nº 1053 • Vila Nova
Salto • SP • CEP 13322-000
Tel./Fax.: (11) 4602.8500

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)